

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Vol. II

Dezembro, 1944

N.º 6

S U M A R I O

<i>Editorial</i>	337
<i>Ideias e debates:</i>	
JOSÉ AUGUSTO, Política americana de educação	339
DJACIR MENEZES, Sumário histórico da educação no Estado do Ceará	351
REGINA M. REAL, Os museus de arte na educação	375
ERNESTO DE SOUZA CAMPOS, O problema do assistente nas instituições de educação superior	385
MOISÉS GICOVATE, A geografia e o professor	390
<i>In memoriam:</i>	
F. VENÂNCIO FILHO, Jônatas Serrano, educador	396
<i>Documentação:</i>	
Uma investigação sobre jornais e revistas infantis e juvenis (II)	401
Construções escolares no Estado do Rio Grande do Sul	422
Instituto Nacional de Cinema Educativo	429
Serviço de Rádio-Difusão Educativa do Ministério da Educação	432
<i>Vida educacional:</i>	
A educação brasileira no mês de setembro	436
Informação do país	446
Informação do estrangeiro	447
BIBLIOGRAFIA: <i>Saul de Navarro</i> , O Mundo que vai nascer: <i>Amaro J. T.</i> <i>América</i> , A seleção pela idade na vida do imaturo	450

ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAIS: <i>Artur Ramos</i> . Esplendor e decadência da palmatória; Visando a obra de reconstrução espiritual; Ensino e experimentação; <i>Olívio Montenegro</i> , O professor; <i>Celso Kelly</i> , Vinte anos de ideal; <i>Nogueira dr Matos</i> , Democracia e educação; <i>Assis Memória</i> , O cinema e a difusão cultural.....	454
---	------------

Atos Oficiais:

LEGISLAÇÃO FEDERAL: Decreto n.º 16.915, de 20-10-944; <i>Regimento Interno do S. E. E. S.</i> ; Circular n.º 2, de 17-6-944, da Divisão de Ensino Comercial; Portaria Ministerial n.º 468, de 13-10-944	46S
LEGISLAÇÃO ESTADUAL: Decreto n.º 1.252, de 27-10-944, do listado do Rio Grande do Sul	476
<i>Colaboradores do II volume</i>	477
<i>Índice do II volume</i>	479*

AO FINDAR O ANO

Ao termino do ano, cabe aos professores, administradores escolares e chefes de serviços educacionais, em geral, um momento de pausa e de reflexão sobre a tarefa realizada. Que realmente se fez ?.. . Foram cumpridos os projetos, os planos, os programas que se tinham em vista?... Se assim não ocorreu, por que não teria ocorrido ? ... Se ocorreu, que lições haverá a tirar da experiência para que, em o novo exercício, algo se possa fazer de maior e de melhor ?... Essas indagações, naturais aos responsáveis por quaisquer empreendimentos, com maiores e mais fortes razões se impõem àqueles sobre os quais recaia uma parcela, por pequena que seja, nas atividades da educação. Porque, dessas atividades, todas as demais, direta ou indiretamente, estão agora dependendo, ou dependerão em futuro próximo. A reflexão sobre o que foi cumprido, e sobre o que Itaverá a cumprir e de ver a que nenhum educador, seja qual fôr o plano ou setor, em que atui, poderá fugir. Para isso faz-se necessário, antes de tudo, documentar as realizações e, tanto quanto as realizações, as condições em que hajam elas transcorrido. Mesmo ao professor de classe, a que o trabalho se possa afigurai eminentemente pessoal, condições das mais diversas lhe modelam a tarefa e devem ser conhecidas. Documentar o que se realiza será o primeiro passo para a inteligência do próprio trabalho, para conhecimento das dificuldades a remover e dos defeitos a corrigir. A escrituração escolar, sempre exata e sempre em dia, os resumos estatísticos, o caderno de observações pessoais serão do maior alcance para o mestre consciente de seu mister. Claro que, aos administradores escolares, diretores de escola, inspetores e chefes de serviços técnicos, muitos elementos dessa documentação original, e outros, irão servir depois para elucidativos confrontos, a visão mais larga das tarefas em curso, a apreensão de mais complexos problemas da organização escolar. Já então, com maior número de dados, poder-se-á chegar a níveis de segura indagação, ao relacionamento de fatos de ordem geral, a sua discriminação causai, ou seja, em termos próprios, à verdadeira pesquisa. Órgãos de jurisdição mais ampla, desde que assim informados, poderão a seu turno rever planos e normas de

trabalho; reajustando os sistemas escolares, como convém que a cada ano se faça. Sob os aspectos gerais, justo é salientar que dispõe o país, desde o Convênio Interestadual de Estatísticas Educacionais, de modelares serviços, nos quais a vida dos estabelecimentos de ensino e a das instituições de cultura, das mais variadas espécies, a cada exercício refletem de modo fidedigno o seu movimento. Muito Itaverá a fazer, no entanto, para mais profundo conhecimento do processo íntimo do trabalho educacional, que realizam, e de que esses mesmos dados estatísticos resultam. Para citar apenas dois aspectos, de capital importância no ensino, bastará lembrar o dos programas de ensino primário, ainda tão variáveis, na extensão e na composição, de uma para outra unidade federada, e o dos critérios de promoção de alunos, deste para àquele grau escolar. A investigação que, sobre a primeira dessas questões, a dos programas, vem realizando o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, é das mais expressivas, como se verá quando publicada. Com relação aos critérios de promoção, também variáveis, pois que dependentes do conteúdo dos próprios programas, a questão se apresenta como de ordem mais complexa, mas, por isso mesmo, digna da maior atenção. Não se poderá cuidar, ainda por muito tempo, do estabelecimento de critérios absolutamente uniformes para todo o país. Urge, porém, que em cada unidade federada se ponham em prática os mesmos processos para a verificação do rendimento escolar, a fim de que haja documentação menos precária do trabalho de mestres e alunos, exame das condições reais desse trabalho, e possibilidade, enfim, de pesquisa sobre a validade dos processos e normas de ensino que tenham adotado. De sete Estados (Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Espírito Santo. Bahia. Pernambuco. Maranhão e Pará), além do Distrito Federal, há notícia de ensaios de maior ou menor extensão, com esse objetivo, e no qual o emprego de testes pedagógicos, ou, provas objetivas, tem sido utilizados com real proveito, muito particularmente, para a revisão e reajustamento dos programas. Não se deve esquecer que são as escolas mantidas para um rendimento. Se não se chega a conhecer, de modo objetivo, qual ele seja, a tarefa dos mestres e administradores escolares perde grande parte de seu próprio sentido. De outra forma, como refletir sobre o trabalho realizado, e como corrigir-lhe os defeitos?... Ao findar o ano, não será descabida a reflexão desta matéria por parte de quantos mestres se tenham entregue com amor ao trabalho, e de quantos administradores hajam compreendido as suas responsabilidades técnicas.

POLÍTICA AMERICANA DE EDUCAÇÃO (*)

JOSÉ AUGUSTO Da
Associação Brasileira de Educação

A humanidade está atravessando uma das fases mais tormentosas de toda a sua história.

Certas nações, dominadas pela mística da força e da violência, não se contentam em ensandecer e escravizar os seus povos, e procuram estender o domínio das suas idéias e dos seus exércitos às outras nações, aos povos de não importa que continente.

Tudo quanto a civilização cristã havia realizado até agora, os ideais jurídicos, os princípios morais, as regras de conduta entre governados e governantes, ou entre países e povos, tudo isso, tudo quanto constitui o esforço de tantos séculos em bem de um viver pacífico e feliz, é posto de lado, para dar lugar ao primado exclusivo da força, em nome de preconceitos raciais, da necessidade de espaço vital ou de ideologias políticas que não representam mais do que a ressurreição de doutrinas que desapareceram com o desabar da selvageria, do vandalismo, do barbarismo que foram as características dos povos que viveram as épocas primárias e iniciais da história do mundo.

A acreditar na pregação dos novos doutrinadores dessa exquísita filosofia política, que se pretende organizadora de uma *nova ordem*, mas que é apenas uma escavadora de idéias que já sumiram na voragem dos séculos, o homem não deve passar de peça de uma máquina toda poderosa que é o Estado, abdicando de tudo quanto conquistou através de tantas lutas, dos seus direitos, das suas liberdades, dos seus ideais, das suas mais caras aspirações, da sua própria dignidade de ser humano, para se submeter, passivo e plástico, aos movimentos e ao exclusivo interesse do Estado, ou, melhor e mais precisamente, às conveniências e desvarios do dominador político da hora.

(*) Conferência realizada sob os auspícios do Instituto Brasil-Estados Unidos e da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa.

Trata-se, como é evidente, de um movimento antes de tudo dirigido contra o espírito, contra a inteligência, contra a cultura, para reagir contra o qual, se são imprescindíveis os exércitos, as forças bélicas e econômicas que as democracias, numa demonstração inequívoca de vitalidade, improvisaram, organizaram e estão tornando vitoriosas, necessário também se torna que se preparem os movimentos culturais, as associações em que se congreguem, para expender idéias e debater problemas visando a paz e a felicidade do homem, os representantes, os filhos das nações que preferem marchar pelos largos caminhos da fraternidade, em busca de uma fase de relativa perfeição em que a convivência humana seja possível, dada a cada indivíduo que dela tenha de participar a garantia de condições que lhe permitam trabalhar e viver tendo, pelo menos, asseguradas as suas liberdades essenciais e o mínimo de condições materiais imprescindíveis a uma vida confortável.

Este foi o ponto de vista em que se colocaram desde sempre a Inglaterra, os Estados Unidos, o Brasil e todos os povos americanos.

A formação mental e moral que receberam esses povos levou a todos para essa larga estrada de dignificação humana; os seus educadores nunca lhes ensinaram outro caminho.

E porque é essa a realidade, é que se formam em nosso país associações como a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa e o Instituto Brasil-Estados Unidos, sob o patrocínio dos quais venho hoje falar, tendo ambos por objetivo a interpenetração cultural do Brasil com as duas grandes nações de formação saxônica que estão dando ao mundo, na hora que passa, uma formidável lição de quanto valem as forças morais, de como elas são as mais poderosas forças humanas, mesmo quando contra elas se levantam os mais aguerridos e poderosos exércitos, longa e tecnicamente adestrados, desde que estes não estejam a serviço do bem, antes à disposição de condutores e chefes que pretendem imperar sobre massas humanas escravizadas e passivas.

A persistência das duas grandes nações, nesses ideais de cultura e espiritualidade é que lhes dá pujança bastante para resistir às investidas do mal, e prestígio para colocar ao seu lado todas as energias sãs do mundo novo, como é o caso de todo o continente americano, atraído espontaneamente para a causa da liberdade e da justiça que é a sua própria causa, pois para ela, e em nome dela, é que fomos educados.

A tese que aqui venho hoje desenvolver, e em derredor da qual vou formular alguns conceitos, é a de que os educadores americanos sempre nos levaram para esse caminho, é a de que, sendo a educação a maior

força com que conta a sociedade para a preparação das gerações que se sucedem, a *política americana da educação* sempre se norteou no sentido democrático, de elevação e dignificação do homem.

POLÍTICA E EDUCAÇÃO

Sendo a política a arte de dirigir os povos, os condutores e líderes dos países sempre compreenderam que era para os problemas educacionais que deviam se voltar preferentemente as suas vistas e cuidados.

Michelet perguntava certa vez: "Qual é a primeira parte da política? A educação. A segunda? A educação. E a terceira? A educação". E a seguir acrescentava estas advertências aos legisladores de sua Pátria: "Menos leis, eu vos suplico; mas pela educação fortificai o princípio das leis, fazei que elas sejam aplicáveis e possíveis: *formai homens e tudo marchará bem.*"

Estas palavras indicam que, aos olhos do grande escritor, a política e a educação devem andar sempre harmonizadas, esta, a educação, servindo de suporte e alicerce às aspirações daquela, a política.

Certo, muitas vezes a política desvairou e procurou servir-se da educação para objetivos menos nobres.

E' o caso por exemplo, das nações totalitárias, contra as quais estamos agora alistados todos os americanos, tentando, através do seu sistema escolar, deformar a inteligência, o espírito, o caráter das gerações novas, preparando-as para a submissão e para o automatismo diante dos imperativos do Estado, e procurando realizar pedagogicamente tudo quanto nega e contradiz os próprios postulados da pedagogia e da educação, feita para desenvolver as faculdades humanas, para dar mais força e possibilidades ao ser humano, nunca para torná-lo instrumento passivo, simples peça de uma máquina, que se move aos caprichos e pelos interesses de um só indivíduo.

Os educadores americanos pensaram de modo diverso, e toda a nossa política educacional sempre se orientou no sentido de preparar homens e não autômatos.

Como era e é natural, começamos por formar cidadãos, isto é, filhos de cada nação.

A comunidade nacional é inquestionavelmente a célula de uma possível federação maior, e esta federação maior, segundo reputado e ilustre escritor argentino, é a única senda possível para um ordenamento mais justo e mais humano do mundo.

Mas o ponto de partida é a Pátria, que não contradiz o espírito de cooperação internacional, antes o robustece.

Assim como a família exige para sua felicidade que todos os que a formam e compõem sejam sadios, fortes, capazes, assim a humanidade pede que todos os membros da família humana, que são as Pátrias, tenham a força resultante de sua pujança, que se traduz antes de tudo pela consistência de uma verdadeira consciência nacional.

O patriotismo é um sentimento muito alto, e é de continuo uma expressão de amor e fraternidade.

As democracias não se convertem em ditaduras pelo simples fato de impregnarem as suas gerações novas do espírito de comunidade nacional.

Este é que lhes dá conteúdo.

Democracia é cooperação, e só é possível cooperação de forças que têm consciência de sua missão e do seu papel.

As democracias americanas, sem exceção de uma só, tiveram os seus educadores, os evangelizadores dos seus ideais educacionais.

Claro, nos poucos momentos de que disponho para esta conferência que é antes uma simples palestra, não posso referir-me a todos, nem mesmo me abalanco a enumerá-los.

Deter-me-ei em quatro que foram realmente primaciais nas épocas que viveram, e cujas idéias e doutrinas, pelas verdades profundas que encerravam e consubstanciavam, continuam a influir na marcha da história dos povos, para que eles viveram e trabalharam.

Foram Horace Mann nos Estados Unidos, Sarmiento na Argentina. José Pedro Varela no Uruguai, Rui Barbosa no Brasil, qual deles mais seguro e firme nas doutrinas expendidas, mais genial na antevisão dos problemas, que, sucessivamente, surgiram nos países de que eram filhos e por cujo bem-estar e progresso se empenharam.

HORACE MANN

A respeito de Mann já falaram aqui duas das mais ilustres figuras representativas da cultura brasileira. James Darcy e Carneiro Leão mostrando quanto lhe deve a grande nação do norte do nosso Continente, pioneira dos progressos educacionais de todo o mundo.

Carneiro Leão considera Mann a maior figura da história da educação norte-americana, realizando a sua construção pedagógica sobre

as bases do amor e preparando pela educação esse espírito de liberdade que faz dos Estados Unidos o modelo dos povos democráticos.

James Darcy afirma que de todos os grandes homens que a América teve, e já se foram para o além, Mann é daqueles que ela menos perdeu, isto porque o educador é o homem que aponta os caminhos do futuro.

Por isso, tudo quanto Mann criou, há cem anos, dura e resiste à ação do tempo, e todo o edifício pedagógico americano assenta ainda fundamentalmente sobre alguns princípios que ele firmou de maneira perene.

Mann juntava às suas qualidades de doutrinador emérito e de entusiasta da causa a que se consagrou, as de um realizador prático e objetivo e as de habilíssimo organizador.

As primeiras escolas normais da América foram por êle fundadas, abriu bibliotecas, e a sua ação se estendeu pelos aspectos vários da cultura pública.

As suas afirmações eram as de que "em uma república a ignorância é um crime", unindo assim a sorte da democracia e a da escola.

Realmente, entregar ao povo o direito de dispor dos seus destinos e não dar-lhe as luzes indispensáveis a discernir entre o bom e o mau caminho, é realizar uma obra mais do que incompleta, porque destinada a insucesso inevitável.

Os historiadores da Educação americana sintetizam as suas realizações pedagógicas, dizendo que Mann pretendeu a casa de escola confortável, higiênica e elegante, e a América do Norte cobriu-se de palácios escolares; a escola gratuita, e não se viram nos Estados Unidos escolas públicas remuneradas, que êle considerava *um estigma da civilização*.

Pretendeu e obteve a escola comum aos filhos dos ricos ou dos pobres, afim de apagar os preconceitos aristocráticos que separavam em estabelecimentos distintos os filhos de um mesmo povo; sustentou a necessidade da coeducação dos sexos, e a tese de que o ensino deve ser dado preferentemente pelas mulheres, cujas aptidões são maiores que as dos homens para transmitir ao cérebro da criança as noções elementares de que carecem, como esboço geral da cultura.

Como essas, quase todas as grandes idéias, que foram mais tarde incorporadas ao patrimônio geral da pedagogia, tiveram em Horace Mann um precursor avisado e um trabalhador incansável.

Tal foi a sua paixão pela causa da educação, de tal modo com ela se identificou e solidarizou, tendo-a como o problema essencial para o pro-

gresso e felicidade do povo, que, em 1852, eleito governador do seu Estado, e no mesmo dia convidado para a direção de um colégio que seria criado, não hesitou um instante e optou pela função mais modesta na aparência, mas, como diz James Darcy, aos seus olhos muito maior, porque tinha por objetivo educar, isto é, preparar o espírito da mocidade para novas e mais duradouras realizações.

"Abrasado de fé na obra que instituirá, diz James Darcy, seu dinamismo vencedor suscita um verdadeiro despertar da nação, e com instaurar-lhe uma idade da história, toma as proporções de uma das figuras centrais na evolução da sua Pátria.

Reúne e coordena grandes forças, volta-se desveladamente para os indivíduos como criaturas vivas que hão de agir no tempo e no meio próprios, não como seres desenraizados ou suspensos no vácuo; implanta a coesão consciente, indispensável à duração de um povo que quer vencer a morte, que carregam as negras ondas do tempo."

Mann é assim, através de todos os tempos, o artífice máximo, porque o que deu o impulso inicial e vigoroso da criação e consolidação do espírito norte-americano, voltado para os grandes ideais humanos, o maior dos quais é o da construção de um mundo verdadeiramente democrático, no qual não falem ao homem, com o pão, o vestuário e o teto, as quatro liberdades essenciais, pelas quais clama sem cessar a voz oracular de Franklin Delano Roosevelt, esse grande cidadão do mundo novo e livre, esse autêntico e indiscutido líder da Nova América.

SARMIENTO

O Horace Mann argentino foi Domingo Faustino Sarmiento.

Ingenieros, na sua Sociologia Argentina, estuda maravilhosamente a personalidade do grande Sarmiento, ciclópico na sua atividade, obse-cado pelo afã de educar, idéia que gravitou sempre em seu espírito como os grandes focos incandescentes no equilíbrio celeste, subordinando à sua influência toda as massas menores do seu sistema cósmico.

"Tinha a clarividência do ideal e escolheu os meios para realizá-lo: organizar civilizando, elevar educando", diz Ingenieros.

Todas as fontes foram escassas para saciar sua sede de aprender, tudo achava pouco para coibir a sua inquietação de ensinar. Sempre alto e viril, porta-bandeira dos seus próprios ideais, seguiu os caminhos que lhe traçara o destino, prevendo que a glória se prepara em auroras

fecundadas pelos sonhos dos que olham para mais longe e para mais alto.

A Argentina o aguardava.

Quando cumpre construir, construir ou transformar, forma-se o clima propício ao gênio.

Sua hora soa como fatídica apelação a encher uma página de luz.

O homem fora do comum, o homem extraordinário revela-se auroralmente, como se obedecesse a uma predestinação irrevogável.

Seu livro mais famoso, *Facundo*, representa o clamor da cultura moderna contra o crepúsculo feudal, diz Ingenieros.

Seus ideais de sociólogo, sua visão de política, sua inteligência, sua atividade, seu esforço, toda a sua personalidade de homem de pensamento e de homem de ação, pôs a serviço de sua Pátria."

Para erguê-la, para elevá-la, para dignificá-la, para torná-la próspera e livre, uma só coisa era necessária: instruí-la, educá-la, dar-lhe saber, dar-lhe cultura.

Presidente da República, pôs todo o prestígio do cargo e toda a força da administração a serviço do seu ideal.

A elevação intelectual das camadas populares — eis a sua idéia dominante.

Com êle, com Sarmiento, verdadeiramente começou o ciclo histórico da educação argentina.

Fez Ministro da Educação um outro apaixonado pela grande causa, Avellaneda, e os dois se entregam à cruzada imortal, levando a todos os recantos do país a palavra de entusiasmo e de fé e fazendo em toda a parte congregar forças e energias para combater o inimigo da Pátria, o analfabetismo, a ignorância.

Criou-se, então, o Conselho Nacional de Educação, vultosas subvenções foram acordadas às Províncias, fundaram-se escolas normais, viveiros do professorado, escolas federais surgiram na Capital e nos territórios.

Fundam-se bibliotecas populares e cuida-se de colégios e escolas particulares.

Sarmiento marcha pela mesma senda que Mann trilhara nos Estados Unidos encontrando por certo dificuldades e bem maiores decorrentes das condições do meio geográfico e social em que tinha de agir.

Mas a sua ação não permite intermitência e a sua marcha é continuamente para a frente buscando para a sua Pátria mais instrução, Sempre mais instrução.

E' imenso o legado que Sarmiento deixou à Argentina. Ernesto Nelson sintetizou: — "o primeiro em haver imbuído no espírito do povo o culto pelo conhecimento."

Passou a ser vergonhoso o conservar-se o homem ignorante.

O chamamento de Sarmiento chegara a todas as portas, e se fêz um notável movimento educacional.

A segunda conseqüência da ação de Sarmiento é haver assegurado a escola única, a cuja posse aspiram ainda hoje certas nações mais avançadas da Europa, vítimas de preocupações sociais que o tempo decorrido faz difícil desarraigar.

Sarmiento quis sempre evitar certas convulsões sociais, possibilitando, através da escola comum, a ascensão de todas as camadas populares a todas as situações possíveis.

A deliberada e sistemática exclusão das classes populares do gozo da oportunidade social que deve oferecer toda democracia é causa bastante para exacerbar os ânimos coletivos e levá-los à conquista violenta de uma igualdade que é ilusória enquanto não transita pelo passo de uma organização educacional que restrinja o seu sentido absoluto e a reduza a uma igualdade de oportunidade educativa.

"A escola, tal como resultou de Sarmiento, diz Ernesto Nelson, o modelador da grande organização argentina, foi o órgão maravilhoso que era indispensável à democracia argentina e sem a qual essa democracia era impossível,

Este órgão deu à igualdade democrática o seu verdadeiro sentido, porque a igualdade perante a lei não significa, nem pode significar, uma igualdade de capacidades, e portanto não confere uma absoluta igualdade de direitos sociais.

A sociedade deve aceitar como um fato biológico a desigualdade nos méritos sociais e morais.

Por não reconhecer essa desigualdade, a sociedade se converte muitas vezes em um caos e marcha para a anarquia.

Alguma coisa deve haver, pois, na estrutura democrática, que sirva de crisol humano para descobrir a pepita de ouro entre os minerais sem valor.

Mas esta função discriminativa só pode ser realizada por uma escola que não seja cúmplice das desigualdades convencionais, uma escola que diga ao mais humilde dos cidadãos que ali está o lar intelectual dos seus filhos.

Tal escola evidentemente não pode ser a que mantém cada indivíduo no sítio que lhe é assinalado por sua condição social, mas a que refaça continuamente as categorias sociais, tornando a coletividade social mais fluida, e exaltando e elevando o indivíduo de acordo com os seus méritos e a sua capacidade."

Foi a escola que sonhou e realizou Sarmiento na Argentina, e daí, como demonstra Ernesto Nelson, o pacifismo social da grande nação vizinha e amiga diante das trágicas ambições e das ânsias violentas de reivindicações.

Os bancos escolares realizam pacificamente a transformação que em outras partes é cruenta e semeadora de ódios e lutas acerbadas.

JOSÉ PEDRO VARELA

A renovação educativa do Uruguai procede de José Pedro Varela.

No seu livro "De la Legislacion Escolar", Varela expôs a sua doutrina sobre as causas verdadeiras e genuínas das crises contínuas que afligiam aquele país, crises econômicas, crises políticas, crises financeiras.

"A primeira, disse Varela, decorre de que se gasta muito e se produz pouco na vida privada, por falta de inteligência e de trabalho; a segunda, se origina em que as instituições escritas não se adaptam ao estado de sociabilidade, pois enquanto as populações rurais não concebem senão o absolutismo do caudilho, as populações urbanas, dirigidas pelo grêmio de doutores (advogados), marcha por estradas extraviadas, devido a que o ensino da Universidade inculca teorias que só servem para divorciar as classes populares e para dar à ação preponderante dos caudilhos a forma culta das *elites*, e a terceira crise, a financeira, decorre de que o Estado não gradua os seus consumos pelo total das rendas.

O autor vislumbra no futuro os mais graves perigos, se não forem feitos esforços para modificar o mal presente.

O mal tem remédios complexos, um dos quais seria a educação do povo."

O livro de Varela produziu sensação, mormente porque não se limitava a indicar remédios vagos, concluindo ao contrário por um projeto de lei no qual era organizado um sistema de educação comunitária para o Uruguai, em condições de atender às suas vitais necessidades.

O governo uruguaio impressionou-se fundamente com as idéias do pedagogo e deliberou torná-las uma realidade, claro está que com as modificações que reputou necessárias.

Ao mesmo tempo, José Pedro Varela é investido na direção geral da Instrução Pública para que desse vida às suas idéias.

A mais tenaz oposição ergueu-se contra o espírito renovador.

Alegava-se sobretudo, e em face de razões políticas, que a situação do Uruguai era de ditadura sob Latorre, o que negava todas as idéias pregadas por Varela, mas este respondia vitoriosamente: "A tirania não é um fato de Latorre; é o fruto espontâneo do estado social da minha Pátria. Não se pode combater com mais segurança a ditadura do que transformando as condições intelectuais e morais do povo, e só por meio da escola podem ser transformadas essas condições. E, posto que eu aspire ver aquela transformação por este meio, e que o povo não me dá a direção escolar, recebo-a de quem me dá, seja quem fôr. Não exterminarei a ditadura de hoje, que tão pouco exterminará o povo, porém sim terminarei com as ditaduras do porvir."

Varela persistiu. As suas idéias triunfaram.

Os que mais pugnazmente o combateram tiveram que fazer-lhe justiça e reconhecer que a razão estava do seu lado.

Um deles, Carlos Maria Ramirez, poucos dias antes do falecimento do reformador, proclamava: "A bandeira do espírito moderno, a bandeira da nossa regeneração social está em mãos de José Pedro Varela. Quero saudá-lo desta tribuna com o tributo que já lhe outorgaram as simpatias populares: com o título de "Horace Mann Oriental".

José Pedro Varela conseguiu impregnar de tal maneira as suas idéias de renovação pela escola, que hoje é o Uruguai o país de menor número de analfabetos em toda a América do Sul, o que explica o seu grau de adiantamento, a facilidade com que resolve as suas crises e a solidez da sua orientação democrática.

RUI BARBOSA

O Brasil nunca teve, como aconteceu com os Estados Unidos, com a República Argentina, com o Uruguai, uma figura do porte de Horace Mann, de Sarmiento, de José Pedro Varela, dedicada à tarefa de defender a instrução e de fazer da propaganda da escola e da cultura a razão de ser da sua vida pública.

E' seguro afirmar que não nos faltaram, nem nos faltam até hoje, espíritos compenetrados de que o progresso da Pátria depende, na sua melhor parte, de um vigoroso aparelho escolar, mas a verdade é que nunca possuímos um autêntico apóstolo da grande causa.

Quem poderia tê-lo sido era Rui Barbosa.

Os seus pareceres de 1882 sobre Reforma do Ensino Secundário e Reforma do Ensino Primário oferecidos à Câmara dos Deputados do Império são dois documentos notáveis, reveladores de uma formidável cultura, de um profundo conhecimento dos problemas educacionais no mundo inteiro, da literatura pedagógica da época, e das necessidades culturais do país.

Seriam o aspecto brasileiro da *política americana de educação*, a que me refiro nesta palestra e que se apresenta com características de unidade de fins e objetivos nos três grandes reformadores dos Estados Unidos, da Argentina e do Uruguai, Mann, Sarmiento e Varela, antes referidos e analisados.

A linguagem de Rui Barbosa é a mesma dos outros.

Ouçamo-lo:

"Ao nosso ver, diz Rui, a chave misteriosa das desgraças que nos afligem, é esta e só esta: a ignorância popular, mão da servilidade e da miséria. Eis a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação; eis o formidável inimigo, o inimigo intestino, que se asila nas entranhas do país. Para o vencer, releva instaurarmos o grande serviço da defesa nacional, contra a ignorância, serviço a cuja frente incumbe ao Parlamento a missão de colocar-se, impondo intransigentemente à tibieza dos nossos governos o cumprimento do seu supremo dever para com a Pátria."

E em outro trecho: "Os espíritos de mais largo descortino, as Cabeças mais progressistas, os estadistas mais práticos da Europa, curvam-se, hoje, diante desta realidade, atribuindo esse fato, aparentemente quase sobrenatural pela sua imensidade prodigiosa — o desenvolvimento incomparável dos Estados Unidos — à mais natural e palpável das causas — à generalização do ensino popular, à identificação da vida nacional com a escola comum."

Ainda este outro: "A educação geral do povo, enquanto a nós, é exatamente, na mais literal acepção da palavra, o primeiro elemento de ordem, a mais decisiva condição de superioridade militar e a maior de todas as forças produtoras."

E aos que objetavam que não era possível cuidar de escolas quando as nossas finanças não eram folgadas Rui respondia vitoriosamente: "A extinção do *déficit* não pode resultar senão de um abalo profundamente renovador nas fontes espontâneas da produção. Ora, a produção é um feito da inteligência; está, por toda a superfície do globo, na razão direta da educação do povo. Todas as leis protetoras são ineficazes para gerar a grandeza econômica do país; todos os melhoramentos materiais são incapazes de determinar a riqueza, se não partirem da educação popular, a irais criadora de todas as forças econômicas, e a mais fecunda de todas as medidas financeiras."

E para findar esse trecho incisivo: "Não enunciamos paradoxo nenhum confessando a opinião, que nos domina, de que as necessidades do ensino estão perfeitamente no mesmo pé que as da defesa nacional. Não o dizemos só no sentido, inegavelmente verdadeiro, de que o povo mais instruído vencerá sempre o que menos o fôr. Dizemo-lo, também, para estabelecer a regra de que os sacrifícios com a reforma e o custeio do ensino são, pela sua inevitabilidade, estritamente equiparáveis aos sacrifícios de guerra, de que, assim não encurtaríeis ensanchas as despesas, para salvar nos campos de batalha a honra nacional, não menos obrigados estais a ser generosos quando se trata de fazer da honra nacional uma realidade poderosa, criando, pelo ensino, uma nação consciente e viril".

Eis aí a linguagem do nosso Rui Barbosa. E' a mesma de Mann, de Sarmiento, de José Pedro Varela.

Inegavelmente, não lhe foi possível passar das palavras aos atos, talvez por não haver conseguido galgar uma situação de governo, com força e prestígio bastantes para executar um programa.

Mesmo assim, os seus ensinamentos e as suas lições são tudo quanto possuímos de orgânico e sistemático a traduzir a parte brasileira da política americana de educação.

Essa política nós não a executamos de uma só vez, e em obediência a um plano de conjunto como o fizeram as três outras nações que estudei, mas o certo é que vamos realizando por partes, a passos seguros e firmes, cada vez mais integrados na orientação geral do continente; como os Estados Unidos, como a Argentina, como o Uruguai, toda a política educacional do Brasil visa o avigoramento das energias individuais, o fortalecimento, a dignificação do homem.

Ainda aqui não somos vozes destoantes.



SUMÁRIO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ

DJACIR MENEZES

Da Faculdade Nacional de Filosofia I.

PRELIMINARES

Somente depois que se fixaram os primeiros nódulos sociais, definindo a configuração vaga de uma futura sociedade, é que se pode perquirir as origens da educação e o desenvolvimento de seus órgãos, nesse trecho do nordeste brasileiro. A radicação desses núcleos dênicos em qualquer área geográfica não se realiza arbitrariamente: condicionam-na fatores complexos, que a análise ecológica procura dilucidar. No imperativo biológico de conservação e propagação, os homens agem modificadoramente sobre as circunstâncias ambientes. Essa ação se processa coordenada, na associação do esforço comum do grupo, criando *técnicas* que se aperfeiçoam progressivamente.

Dessa forma, o processo produtivo, como base real da vida, está condicionado por fatores fisiográficos, sociais e biológicos, isto é, influências que vêm da terra, que vêm da sociedade, que vêm do homem.

No nordeste das secas, o quadro cósmico imprimiu direção geral à fixação inicial do material humano. Os portugueses e mestiços que penetraram no Ceará, rasgando as primeiras vias de povoamento (1), procediam dos focos de irradiação situados na Bahia e Pernambuco. Demandavam o Maranhão — e nuclearam-se, inicialmente, nas costas, aliando-se aos tupis.

Duas áreas etnográficas diferentes se delimitaram no nordeste: tupis e tapuias. A colonização ia precipitar a *deculturação* principiada em todos os pontos habitados pelo elemento invasor: a decomposição da cultura ameríndia.

(1) Djacir Menezes. *O Outro Nordeste*, pág. 53. Liv. José Olímpio, Rio.

Divulgam-se informações sobre as terras propícias à criação: e o pastoreio vai se desenvolver, pontilhando de "currais" as caatingas, as margens dos riachos fugazes, onde quer que as condições edáficas e climáticas favorecessem.

Enquanto nas zonas pernambucanas se desenvolve uma lavoura da cana, delineando uma sociedade patriarcal, baseado na monocultura e no trabalho escravo — tão bem estudada por Gilberto Freyre —, no nordeste das secas vai surgindo uma área cultural diferenciada, onde domina o *vaqueiro* como seu tipo mais característico. Nas faixas litorâneas, define-se a área dos pescadores, nas praias arenosas, rasas e cheias de dunas.

O processo etnogênico das caatingas acelera a decomposição das culturas ameríndias, que a expropriação a ferro e fogo a dizimando. A concessão de sesmarias determinava refregas incessantes. Não faltam documentos de câpitães-mores acusando Paiacus, Quixelós, Cariris, Anas-sés, Jaguaribaras, Carateús, Icós, Jucás, etc, de sanguinários e predatórios e aconselhando "guerra de morte" ao "gento de corso".

II. PRIMÓRDIOS EDUCACIONAIS

Ainda quando não se iniciara a fixação dos núcleos colonizadores, verificara-se a tentativa dos jesuítas para aldear os índios e educá-los, segundo o propósito e a pedagogia dos filhos de Santo Inácio. No Ceará, começaram fracassando: Francisco Pinto é massacrado na Serra da Ibiapaba, escapando seu companheiro Luís Figueira, que se foragiu no mato. Tal foi o "fim daquela gloriosa missão deste valerosíssimo soldado de Cristo, para banda do Ceará e Serras da Ibiapaba, em as quais moram os Tabajaras, em cuja busca ia esse primeiro missionário da gentildade do Estado do Maranhão", como relata a Crônica da Companhia de Jesus (2).

O branco, ou mesmo o faiodermo indióide, que se senhoreava de sesmaria, ou vinha a possuir "curral", recorria ao braço do índio como instrumento de trabalho. Não julgavam necessário educação, que, na maioria dos casos, não tinham mesmo. Por volta de 1683, várias ordens regias vedaram que "os soldados", sob pretexto de fiar algodão, tirem índios das aldeias pelo escândalo que daí se segue". A mesma ordem determina que "quando quiserem algodão fiado para suas redes o entre-

(2) Barão de Studart, *Documentos para a história do Brasil*, pág. 52, vol. 1.º.

guem aos missionários que lhe mandarão fiar e que as índias, salvo casos de exceção, só possam ser contratadas para amas de leite" (3).

Anteriormente, o Conselho do Ultramar atendera ao reclamo do padre João Duarte do Sacramento, Prepósito de Congregação do Oratório e Prefeito Apostólico das Missões, pedindo a el-rei que "seja advertido o capitão-mor do Ceará que os soldados do *prédio não levem Os índios para suas casas a pretexto de fiação de redes*, pois isso dá ensejo a escândalo e atentados, e *que esses serviços seja feito sob as vistas dos missionários* (4).

Essas notas historiográficas elucidam a situação em que se encontravam os índios e a confiança que a coroa depositava no jesuíta como elemento capaz de impedir a exploração mercantil e sexual por parte do colono. Para exercer suas atividades, os filhos de Santo Inácio necessitaram de organizar um hospício ou casa de residência, segundo se constata da decisão regia motivada pelo parecer do Conselho de Ultramar em 9 de novembro de 1721 (5). A 15 de março desse ano, D. João ordena a ereção de hospício, cominando a cada "curral que tiver cem cabeças de gado, que pague seu dono uma e tendo quinhentas cabeças duas" a fim de dar rendimento para aquela fundação "sem vexação dos povos".

Urge, para bem compreender o ambiente social da colônia, que se atente na proporção dos seus diversos contingentes étnicos e na miscigenação crescente entre eles. Em 9 de outubro de 1749, a câmara do Aracati representa a El-Rei sobre a absoluta falta de "homens brancos para exercerem os cargos públicos", solicitando que fosse concedida a freguesia de Russas para distrito daquela vila" (6). Seis anos depois uma provisão regia declara que "os filhos de Portugal, que casarem com índias, e sem' descendentes, serão preferidos para os empregos públicos". Nessa mesma provisão se proíbe "que alguém por desprezo chame caboclo aos indígenas sob pena de degredo para fora da comarca aos contra-ventores". (7).

(3) Barão de Studart, *Datas e Fatos para a história do Ceará*, vol. 1.º, Ceará-Colônia, pág. 89.

(4) Pág. 88. ob. cit. 20 de março de 1863.

(5) O Barão de Studart desfez o engano de J. Brigido quando dá a fundação do hospício, na Serra da Ibiapaba. como sendo do ano de 1697, em seu *Resumo d História do Ceará para uso das escolas*. Nesse ano há apenas a ordem do rei D. Pedro para ereção.

(6) Barão de Studart, pág. 246, *Datas e Fatos*, vol. 1.º.

(7) Ob. cit., pág. 265.

III. A PRIMEIRA ESCOLA PRIMÁRIA

Tais medidas implicam na valorização do *caboclo*. Do elemento que se forma — faiodermo do aborígene, habituado à vida libérrima das caatingas onde se desenvolvia o pastoreio. É o "híbrido vigoroso", de resistência física e energia moral, que Jennings encontrou alhures, desmentindo o prejuízo vulgarizado por uma etnologia superficial (8).

Mas a política da Metrópole vai sofrer profunda modificação. O Marquês de Pombal imprimirá nova orientação, compatível com os interesses do nascente capitalismo lusitano, a que abriu resolutamente os caminhos históricos. Organiza o ministro famoso monopólios de tudo. As "companhias do comércio" são bombas para chupar a economia colonial. Bombas poderosas e asfixiadoras. Apoiado nessa burguesia que se impunha, Pombal abre fogo cerrado contra a nobreza e contra o clero. aniquilando-lhes os privilégios, implacavelmente (9).

É, entretanto, essa nova política que inspira os alvarás de 6 e 7 de junho de 1755 concedendo aos índios do Maranhão e Pará a liberdade de suas pessoas e bens, preferindo-os para os cargos da justiça e milícia. O alvará de 8 de maio de 1758 amplia essas disposições aos índios de todo o Brasil. Do mesmo passo, o alvará do ano seguinte, de 28 de junho, retira as prerrogativas dos filhos de S. Inácio, afastando-os da atividade educacional, para eles apenas preliminar indispensável à obra catequética.

De 1720 em diante é que aumenta o aldeamento dos índios sob influxo dos missionários, como se pode verificar nos documentos do tempo: cartas regias, representações, ordens regias, datas de sesmarias, etc. Em 24 de outubro de 1721, por exemplo, D. João recomenda aos vereadores e oficiais de Aquiraz "que prestem toda ajuda e favor ao padre Antônio de Sousa Leal, que volta às capitanias do Ceará e Piauí a continuar o ministério de missionário, que nelas exercitou por espaço de 18 anos com grande zelo e fervor" (10).

Já então florescia o aldeamento da Ibiapaba, que passara à jurisdição de Pernambuco, apesar de uma representação feita do governador do Maranhão (11).

(8) Jennings, *The biological Basis of human Nature*, pág. 279, New York.

(9) João Lúcio de Azevedo, *O Marques de Pombal e sua época*. V. do mesmo autor *Épocas de Portugal Económico*. — Ligeiras notas sobre a asfixia económica da colónia, "in" *O Outro Nordeste*, pág. 115.

(10) Studart, pág. 156, vol. 1.º, ob. cit.

(11) Carta regia de 31 de outubro de 1721.

Depois que o alvará pombalino banuiu os jesuítas do ensino público, abrem-se a 9 de junho de 1759 duas escolas primárias. Uma na Caucaia (atualmente Soure), com 142 discípulos de ambos os sexos, alguns já casados. O mestre foi Manuel Félix de Azevedo. A segunda, na aldeia de Paiacus, com 29 meninos e 34 meninas (12).

Três meses depois, a 15 de outubro, a aldeia de Caucaia recebia o título de Vila Nova de Soure, reunindo-se, dois dias após, em vereação, o Senado e a Câmara. Dela participavam, como juizes ordinários, André Vidal de Negreiros e Diogo Pereira Lopes — que assinaram de cruz a ata. Assim assinaram-na todos os presentes. Era realmente escassa a técnica da escrita.

Abandonando o ensino público por força dos alvarás inspirados pela política pombalina, recolheram-se a Recife a 28 de fevereiro de 1760 os jesuítas que residiam no hospício do Ceará (13). Lá chegaram escoltados. A 5 de maio do mesmo ano embarcavam com os demais para a Europa.

O claro deixado na educação não foi preenchido com facilidade. As medidas da metrópole são lentas.

Os dois hospícios de que falamos — o de Ibiapaba e o de Aquiraz —, fundados no dealbar do século XVIII, ministravam o ensino público gratuitamente. Segundo o testemunho do Senador Pompeu (14), o golpe pombalino atrasa ou paralisa o ensino incipiente. Em agosto de 1759 chega a Viçosa o mestre Albano de Freitas, nomeado para a escola ali recentemente criada.

A 18 de maio de 1759, o governo de Pernambuco oficia ao capitão--mor do Ceará no sentido de prestar todo auxílio do *braço militar* ao ouvidor Bernardo Coelho da Gama. Este vinha incumbido de restaurar as antigas aldeias aborígenes, organizando novas vilas com vigários, coadjutores e mestres. O provedor de Fazenda Real do Ceará recebeu um ofício de Lobo da Silva ordenando-lhe o pagamento trimestralmente dos mestres das aldeias eretas em vila.

Carta de 6 de novembro de 1772 criou escolas nas colônias lusitanas sob inspeção da Real Mesa Censória, de Lisboa. Para custeá-las havia o imposto conhecido pelo nome de *subsídio literário*, que até 1831 ficou consignado no orçamento brasileiro (15).

(12) Studart, pág. 284, ob. cit.

(13) ob. cit. pág. 290.

(14) *Ensaio Estatístico do Ceará*, vol. 1.º.

(15) Varnhagen, *História do Brasil*.

Eram chamados de *mestres régios* e recebiam a provisão assinada por El-Rei. Depois de sua nomeação, a Mesa Censória ordenava ao Ouvidor o exame do mestre, que exercia o cargo durante um ano. Os resultados dos exames realizados eram enviados para Lisboa, onde eram estudados. Com a aprovação, expedia-se-lhe título, provendo-o na cadeira por seis anos.

É, portanto, desde 1772 que a autoridade lusitana passou a interferir diretamente na nomeação de mestres, anteriormente dependentes apenas das autoridades locais.

IV. A EDUCAÇÃO ATRAVÉS ALGUNS ATOS ADMINISTRATIVOS

A situação precária da instrução residia também no seu aparelhamento nulo. Já falamos no *subsídio literário*, nome sob que figurava no orçamento a verba destinada à educação pública.

Este imposto, segundo esclarece Tomás Pompeu, consistia na taxa de 10 réis. por canada de aguardente fabricado na Ásia, na África ou na América; de 1 real, por cada arratel de carne vendida na Ásia ou na América, bem como por canada de vinho; 4 réis por uma canada *de* aguardente do reino; 160 réis por cada pipa de vinagre.

No minucioso e imenso documentário compilado pelo Barão de Studart respigamos, aqui e além, atos oficiais pertinentes à instrução. De certa forma, através deles, lobrigamos aspectos do ensino público do tempo.

Em 1784, no dia 27 de março, a câmara de Viçosa ordena o pagamento de cinco bancos encomendados para a escola de Ibiapaba, pedidos pelo professor José de Barros Vanderlei. Presidiu a sessão o Capitão Francisco da Cunha Brandão. A despesa com os bancos era de 1\$240 (16).

A 30 de abril, o Governador Montaury nomeia mestre da escola dos índios de Soure a Luís Antônio de Melo. Ele era soldado da infantaria paga da guarnição de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, de que era comandante o Tenente Antônio Borges da Fonseca. No dia 5 de junho, este mestre-escola presta juramento como escrivão da Câmara, tabelião público, judicial e notas, escrivão do crime, civil, órfãos e almo-tacéria, nomeado pelo juiz ordinário Manuel Félix de Azevedo (17).

(16) Studart, ob. cit., pág. 372.

(17) Id.. pág. 372.

O que denota como eram escassos os alfabetizados para esses cargos, todos nos ombros de um só...

Em 22 de outubro de 1785, a Mesa Censória nomeia professor de latim da vila de Santa Cruz de Aracati, sem tempo determinado, o Sr. Teodorico Luís da Costa Moreira, com 240\$000 anuais, em quartéis adiantados (18).

A 21 de julho de 1787 o ouvidor de Pernambuco manda examinar o padre Francisco de Sousa Magalhães, no intuito de provê-lo por seis anos, percebendo o ordenado de 300\$000 pagáveis por quartéis. Este fora suspenso pelo serventuário Antônio José Alves de Carvalho, ouvidor do Ceará.

A 28 de abril de 1788, Manuel Antunes de Almeida é nomeado mestre de ler, escrever e contar, da vila de Aracati, com 100\$000 anuais. No mesmo ano, a 27 de maio, uma provisão regia manda examinar e nomear por um ano Albino Ferreira Barreto, mestre de ler, escrever e contar de Aquiraz, com ordenado de 120\$000 (19).

O governador Feo Torres assina uma provisão nomeando João Camilo de Deus mestre-escola dos índios de Soure, a 12 de novembro de 1789 (20).

Instruções da Mesa Censória de Lisboa mandam prover por um ano no cargo de mestre de ler e escrever da Vila de Fortaleza a Manuel de Siqueira Braga, a 25 de novembro de 1789. Os vencimentos seriam arbitrados em Lisboa (21).

Provisão regia nomeia, a 20 de julho de 1790, Albino Ferreira Barreto mestre de ler e escrever do Aquiraz, por 6 anos com ordenado de 180\$000 (22).

Carta Regia, sob proposta da Mesa Censória, manda nomear Antônio Pereira Ávila mestre de ler e escrever da vila de Nossa Senhora da Assunção, a 3 de setembro de 1790.

No ano seguinte, no dia 17 de janeiro, foi nomeado pelo Ouvidor, vencendo ordenado de 80\$000, o que é confirmado por provisão regia de 13 de julho durante 6 anos. Em 28 de janeiro de 1803 é dado por incapaz, sendo substituído por Luís Marreiros de Sá (23).

(18) J. Brígido, *Homens e Fatos*, pág. 110.

(19) Studart, pág. 387.

(20) Id., pág. 393.

(21) Id., pág. 393.

(22) Ob. cit., pág. 395.

(23) Ob. cit., pág. 395-396.

A 7 de julho de 1791, a Rainha D. Maria confirma Antônio de Ávila no cargo de substituto da escola de ler da vila de Fortaleza, por espaço de 6 anos, com ordenado anual de 80\$000 (24).

O ensino, porém, sofria as injunções do ambiente colonial. As irregularidades eram notórias. Não só os incapazes de educar se encontravam à frente dos cargos do magistério. Assim, a 19 de dezembro de 1791, o capitão-mor do Aracati, José de Castro e Silva, representa à Rainha contra a conduta do professor de "língua romana" Teodósio Luis da Costa Moreira. Acusa-o no documento de proceder de forma a afastar o discípulo. E, não tendo a quem ensinar latim, aluga a casa a negociante, embolsando com pontualidade invejável os 240\$000 do ordenado anual (25).

A 24 de novembro é nomeado mestre de primeiras letras no Aracati, Félix Gonçalves Ribeiro da Gama, que não assume o cargo.

Por esse tempo, o Ceará vai atravessando um tremendo período de seca. Em fins de 1792, a varíola grassa terrivelmente (26).

Ganhando 100\$000 desde seu embarque em Lisboa, Antônio Alves de Miranda Varejão vem assumir o cargo de mestre de primeiras letras no Aracati, nomeado a 12 de novembro de 1794, por espaço de 6 anos.

O documentário coligido pelo Sr. Barão de Studart não dá notícia do magistério de primeiras letras exercido por mulher. A primeira mestra que aparece é D. Ana Clara da Encarnação, nomeada por provisão de Bernardo Manuel de Vasconcelos, já governador da capitania do Ceará, a 16 de novembro de 1791 (27).

É nesse último ano do século XVIII que a carta regia de 17 de janeiro "separa a capitania do Siará da imediata subordinação em que se achava do governo geral de Pernambuco". A 24 de janeiro cria-se a junta da Fazenda, substituindo a Ouvidoria. O Bacharel Manuel Leo-cídio Redemaker é nomeado Juiz dos Feitos e Deputado da Junta da, Fazenda. Nomeam-se cabo de esquadra, sargento-mor das milícias do Ceará, juizes ordinário, cirurgião, médico, "hidráulicos" e topógrafos. — Apesar da seca anterior, que impossibilitara "levantar um imposto ou finta suficiente para contratar-se ao Ceará um médico, um cirurgião, hidráulicos e topógrafos" (28), — o aparelhamento do Estado vai se orga-

(24) Studart, ob. cit. pág. 399.

(25) Ob. cit. pág. 400.

(26) Ob. cit. pág. 40.3.

(27) Id. pág. 432.

(28) A ata de vereação da Câmara e Repúblicas de Fortaleza, em 4 de maio de 1799. Cf. ob. cit., pág. 428.

nizando melhor, no disciplinamento das energias de uma sociedade que se desenvolve.

Dessa série de atos se pode colher uma vaga impressão de decadência a que chegara o ensino com o golpe vibrado contra a atividade educativa dos jesuítas. O reacionarismo posterior, que a nova política da Rainha desencadeou, não remediou o que fizera o Marquês de Pombal.

Quando se vai iniciar o século XIX, a situação do ensino é precária, com professores mal pagos, incapazes do exercício do magistério, no "mais baixo nível intelectual e moral" (29).

V. o SÉCULO XIX

Até a época que estudamos, a vida colonial exigia conhecimentos escassos na luta pela existência. É, portanto, uma ingenuidade admirar-se da exigüidade de escolas — pois a escola primária, tal qual se conheceu até bem pouco tempo, objetivava apenas o ensino de ler, escrever e contar. Ainda não se descortinara o seu alcance sociológico como órgão do grupo social e interessado no grande problema humano das adaptações, na transmissibilidade da herança cultural, cuja continuidade assegura.

A própria vida social da colônia não era mister de grande número de indivíduos alfabetizados; grande parte das atividades requeridas nas unidades humanas prescindia dos conhecimentos de leitura e escrita.

Escassez de livros, jornais, etc. — o ambiente que deveria suscitar essas necessidades de aprendizado não se criara ainda. Vemos, nesses primórdios, mais precisamente acentuadas essas necessidades, ao começar o século XIX.

Não precisamos minuciar, delongando exaustivamente, os atos oficiais referentes à instrução pública.

Sumariemos.

De 1801 a 1815, rasteando os documentos descobertos e registrados pelo Sr. Barão de Studart, encontramos 14 nomeações de professores de primeiras letras para Soure, Aracati, Sobral, São Bernardo das Russas, vila Viçosa, Fortaleza, Icó, São João do Príncipe. Os ordenados anuais, pagos por vezes pela verba *subsídio literário*, são fixados invariavelmente em 80\$000.

(29) Tomás Pompeu, *O Ceará no Centenário da Independência do Brasil*, pág. 683 vol. 2.º.

Em 1802 há a nomeação de um professor público de gramática latina, Luís Marreiros de Sá, cujos vencimentos não se estipulam no documento.

Vê-se como vem de remotas eras o estado de penúria econômica em que sempre se encontrou o magistério cearense. Pior pagos que o trabalhador braçal, como adverte Tomás Pompeu, não é para espantar a incapacidade intelectual e, por vezes, moral, de parte de seus componentes.

Não exageramos.

A escola era freqüentemente um ambiente desagradável, que metia medo à criançada; imperavam os mais absurdos métodos pedagógicos. A crueldade — peculiar aos homens de governo, diz J. Brígido — estava associada à idéia de ensino. Esse ponto de vista começava no próprio lar, onde os pais seviciavam os filhos a chicote. Quando o mestre na escola, como segundo pai, recorria aos processos violentos para corrigir a coleção de monstrosinhos enfileirados nos bancos, contava com a aprovação tácita e compacta da família.

A palmatória era o castigo usual. O número de bolos variava numa escala escandalosa, matizando enormemente as possibilidades do castigo. Gradação que se modificava incessantemente, em função do temperamento, do humor professoral, da dificuldade das lições, etc.

Negociavam-se as palmatoadas futuras prometidas, que deveriam caber ao faltoso, descontando-se mercê de uma vitória alcançada. Era uma contabilidade curiosamente triste...

Nos casos mais difíceis, quando o mestre julgava tais penas insuficientes para a falta cometida, punha a nu as nádegas do paciente de quatro pés, flagelando-as a chicote (30).

Segundo J. Brígido era mais ou menos esse o ambiente educacional por volta de 1810.

Ainda respigando dos documentos, à cata de atos oficiais relativos à instrução, contamos, de 1815 a 1841, um total de 56 nomeações de professores de primeiras letras para diferentes localidades do Ceará. É um período que compreende 26 anos. — o que denota a marcha lenta da ação administrativa nessa esfera. Nesse espaço de tempo, a população quase triplicara, segundo alguns dados demográficos vacilantes que se apontam.

O governador Sampaio, em 1813, reputava em 149.285 habitantes a população da província. Feijó, no ano anterior, calculara em 150.000.

(30) J. Brígido, *O Ceará*, pág. 238.

Em 1850, Tristão de Araripe dá-nos 350.000 e Villiers de l'be Adan, 400.000.

A criação de escolas não acompanhou o desenvolvimento da massa social.

Mas, como notamos anteriormente, releva observar que a escola não se articulava com o organismo colonial em via de desenvolvimento, seqüestrada de suas necessidades práticas imediatas. Não fornecia ensinamentos úteis, permitindo valorização do homem.

Ainda segundo testemunho de João Brígido, freqüentavam as escolas indivíduos maiores de 12 anos, porque "as crianças não resistiam a tão duro regime".

Seriam precisos longos anos, república a dentro, para os dirigentes esbarrarem o bestunto nesta elementaríssima verdade — e troar, de toda parte, o brado dos salvadores, pregando a boa nova...

As classes dominantes requeriam um mínimo de instrução — escreve Tomás Pompeu. Para que? A carreira das armas exigia pouco. A agricultura e a lavoura dependiam de processos antigos, de conhecimento empírico que se vinha transmitindo de geração a geração. A escola, com o seu centro de gravidade no aprendizado de ler e escrever, era uma inutilidade para a vida prática que se desenvolvia em torno. Os interesses não a penetravam. E quanto tempo ainda se levaria para compreender essa verdade — a da penetração recíproca e vital entre os meios social e o órgão escolar! Havia, é claro, um mínimo de conexão entre ambos: o quanto seria necessário e impossível de elidir. Sempre fora assim.

Com a queda do Marquês de Pombal, como se sabe, triunfou em Portugal o mais tacanho reacionarismo beato. Uma rainha doente serviu de instrumento ao espírito regressivo de um clero ignorante, preocupado em aniquilar todas as medidas inspiradas na política pombalina.

Foi nesse estado que se abriu o século XIX.

A decadência e incompetência do ensino oficial era crescente. E já marchávamos para nossa independência política.

VI. FISCALIZAÇÃO E PROCESSOS DIDÁTICOS ATÉ MEADOS DO SÉCULO XIX

Depõe o Senador Pompeu, segundo o resultado das pesquisas a que procedeu, que, por volta de 1800, foi nomeado "diretor geral dos estudos em todo o bispado" o bispo de Pernambuco, D. José Joaquim d'Azevedo Coutinho: este propôs a "criação de cadeiras e fiscalizava-as,

percebendo das juntas fiscais de cada capitania o produto dos impostos chamados literários, que eram destinados ao custeio do magistério público" (31).

Na opinião citada, existia então na capitania 5 aulas de latim nas vilas de Fortaleza, Aquiraz, Icó, Viçosa, Sobral e 5 escolas primárias.

Depois foram criadas outras escolas primárias.

Em 1826, foi criada uma cadeira de filosofia, cujo provimento jamais se realizou. Em 1830, instituíram-se as cadeiras de geometria, de português, de francês, de filosofia, que, posteriormente, foram incorporados ao Liceu do Ceará, fundado em 1844.

Mas detenhamo-nos um pouco em 1827, quando surge a lei de 15 de outubro. Esta assinala, pela ordem de suas preocupações culturais, um momento notável na vida educacional do país.

Esta lei estabelece que se criem escolas primárias em todas as vilas e cidades que exijam tal providência. Autorizava, para consecução dessas medidas, aos presidentes das províncias, em audiência das respectivas Câmaras, a remover professores e escolas, extingui-las quando em pontos pouco populosos, criá-las em localidades mais densas, etc. De tudo deveriam justar contas às Assembléias Gerais, onde se fixariam as resoluções definitivas.

A lei ainda prevenia quanto à competência e à moralidade.

Determinava a vitaliciedade das nomeações feitas mediante provas de exame público e vedava a nomeação de pessoas cuja conduta sofresse nota desabonadora.

Ainda os vencimentos, que pendiam de arbítrio do presidente, poderiam ser majorados depois de 12 anos de exercício, como prêmio à exatidão e atividade no cumprimento do dever. A majoração não ultrapassaria a terça parte do ordenado.

Quanto à didática, a lei estabelecia que nas capitais das Províncias, nas cidades e vilas populosas, o método devia ser o do "ensino mútuo". Aos professores que não estivessem capacitados para empregar o método, o dispositivo legal facultava fossem instruírem-se convenientemente nas escolas da capital à custa dos respectivos honorários.

Tais eram, em linhas gerais, as medidas adotadas. Mas não dependia apenas de providências legislativas a criação das condições desejadas. O professorado, na sua maior parte sem competência para os cargos, opunha o maior embaraço ao desenvolvimento do número de

(31) Senador Pompeu, *Ensaio Estatístico da Trovincia do Ceará*, pág. 800.

escolas. O ofício não era dos mais apreciados. A educação girava na rotina do abecedário, em casas desagradáveis, numa estagnação retrógrada, que ainda se prolongaria por muitos anos. A freqüência das poucas escolas existentes era insignificante em face dos núcleos dênicos onde se radicavam.

Por outro lado, era quase nula a fiscalização do ensino.

No ano seguinte, verificando-se as conseqüências desanimadoras da lei de 15 de outubro de 1827, surge uma nova lei de 19 de outubro de 1828, conferindo às Câmaras municipais a incumbência de inspecionar as suas aulas primárias (32). Assim estava redigido o seu artigo 70:

"Terão (as Câmaras Municipais) inspeção sobre as escolas de primeiras letras e educação e destino dos órfãos pobres".

Ainda um decreto posterior, datado de 19 de novembro de 1829, procurava firmar essa obrigação das municipalidades, estabelecendo que uma comissão redigiria um projeto de regulamento escolar.

"A dificuldade de prover as aulas — escreve Osiel Bourdeaux (33) — motivou ainda a expedição do decreto n.º 18, de 5 de agosto de 1833 pelo qual ficou resolvido que as pessoas que se destinassem ao ensino pelo método lancasteriano, nas províncias, onde ele não estivesse estabelecido, poderiam ser examinadas pelo Presidente em Conselho de qualquer província, onde já se achasse em prática essa maneira de lecionar, ou na Corte dos Impérios".

Quanto às matérias do currículo, o art. 6.º da lei de 15 de outubro de 1827 determinava que "os professores ensinassem a ler, escrever, as quatro operações de aritmética prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica, apostólica, romana, proporcionados à compreensão dos meninos".

Em 1831, quando D. Pedro abdicara e mergulhava o país nos tempos agitados da regência, a lei de 25 de junho criou as cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Retórica, Geometria e Francês, localizadas em Fortaleza.

Para leitura, nas escolas, devia preferir-se "a leitura da Constituição' do Império e a História do Brasil" — segundo estatua um dos artigos da prescrição legal.

Aquelas cadeiras, como dissemos, seriam incorporadas ao Liceu em 1844 (34).

(32) Osiel Bourdeaux. *apud* T. Pompeu, *ob. cit.*, pág. 690

(33) *Apud* T. Pompeu, *ob. cit.*, pág. 691.

(34) Senador Pompeu, *ob. cit.* pág. 801, vol. 2.º.

Enquanto se preparava essa educação de elite bacharelícia, a população que adensava a capitania orçava aí por seus 200.000 habitantes, se tomamos uma estimativa média entre os seus avaliadores mais próximos, — o presidente Nunes Belfort, em 1828 e o presidente Alencar, em 1835 (35).

O número de analfabetos era grande.

A leitura dos atos oficiais e relatórios, que começam a aparecer por esse tempo, mostra como sempre se referem à instrução em vãos líricos e românticos. A instrução é o messianismo mais antigo. Dela se espera a salvação e a ordem, o bem-estar e a felicidade cheia de prosperidade. Mas são pedaços de literatura vulgar, como ainda hoje sói acontecer...

Em 1835, a situação do ensino, era como se segue:

29 cadeiras, para o ensino de primeiras letras (25 para meninos e 4 para meninas).

6 cadeiras para o ensino de gramática latina (na Capital, em Aracati, Sobral, Icó, Crato e Quixeramobim).

3 cadeiras mais, com professores de Lógica e Retórica, Geometria e Francês.

De conformidade com os termos da citada Lei de 1827, um professor primário vencia, anualmente, de 200\$000 a 500\$000, "atendidas as circunstâncias da população e carestia dos lugares",

Com José Martiniano de Alencar, segundo a Lei de 20 de setembro de 1836, esses vencimentos passaram a ser:

Na Capital	600\$000
Sobral, Icó e Crato	500\$000
Diversas vilas e povoações.....	400\$000

Governava a Província o padre José Martiniano de Alencar, natural do Crato, que participara da revolução de 1817 e, posteriormente, da Confederação do Equador, em 1824. Foi eleito para a Câmara, e, após, escolhido para o senado pela Regência, tomando posse a 2 de maio de 1832. De 1834 a 1836 foi presidente do Ceará. Coube-lhe a iniciativa de introduzir colonos na província, criou um pequeno banco, elevou as rendas e o crédito da província.

(35) Barão de Studart, ob. cit. pág. 483.

Mentalidade notável para o seu tempo, militando ao lado dos ideais liberais, o padre Martiniano de Alencar não descurou os problemas educacionais. Tratou, inicialmente, de regulamentar a instrução pública — e as medidas que determinou demonstram a clareza de seu espírito administrativo.

Transcrevemos alguns artigos da lei de 1836, referentes à obrigatoriedade da matrícula das crianças pobres e aos castigos físicos:

"Art. 8.º As Câmaras municipais orçarão a despesa anual que fôr necessária para suprir com penas, papel, canetas e dois uniformes de cor àqueles alunos, que os seus pais os não possam suprir, por sua reconhecida pobreza, verificando-se por informação dos professores e párocos. As despesas sobreditas se farão pelos rendimentos das respectivas câmaras, ou pelo cofre provincial, quando aquelas não chegarem."

"Art. 9." As Câmaras municipais devem estabelecer um artigo de postura, em que impunham penas ao pai de família, que, esquecido de seu dever para com seus filhos, e do grande benefício, que lhes faz, mandando-os educar, deixar de os mandar para as escolas públicas ou particulares, sem justificado motivo".

Quanto a castigos físicos, lê-se, com interesse, nos dias de hoje, o que preceituava a referida Lei:

"Art. 10. O governo dará aos professores as instruções para o regulamento das escolas, e sobre o que julgar mais interessante aos mes-mos professores e alunos, a fim de se manter a ordem e promover o adiantamento, podendo desde já usar-se do castigo com palmatória, contanto que não se exceda de quatro (4) bolos diariamente, e nos **argui**-mentos de tabuada o aluno dará um bolo no outro, cada vez que este errar".

VII. AS CADEIRAS DE LATIM E A POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA

Com o presidente José Martiniano de Alencar há, indiscutivelmente, uma renovação do ambiente educacional da Província. Mas o insigne revolucionário de 24 não se limitou a fazer literatura de relatório ou entoar hosanas à instrução. Não cindiu o problema de educação dos demais problemas da sociedade do seu tempo. Não o insulou nem atribuiu à instrução virtudes providenciais.

Tratou, ao contrário, de questões econômicas mais profundas e de mais vital, interesse, mais capazes de influírem sobre a vida coletiva e preparar caminho a mais acertado aparelhamento educacional.

Não que o diga claramente. Mas seus atos administrativos denunciam-no.

O revolucionário antecipa-se.

Ainda em 1837 pressentiu a necessidade de organizar o ensino normal; o grande lutador compreendeu que o problema do professorado era mais grave que qualquer outro na educação. Como conseguir-se um corpo de bons mestres sem prepará-lo convenientemente?

Para isso cogitou mesmo de meios que permitissem os elementos aproveitáveis do magistério a transportarem-se a meios cultos mais adiantados, onde se capacitassem de métodos mais aperfeiçoados do ensino.

E naquele ano de 1837, a n.º 91, lei de 5 de outubro, criava na capital da província, temporariamente, uma Escola Normal de primeiras letras. O professor tinha o ordenado de 1:200\$000 e adotaria o método de Lancaster.

Neste ano o padre Martiniano de Alencar deixou o governo — e a lei não teve execução. O nível intelectual do magistério permaneceria ainda por algum tempo sem se alterar. Quando, ainda neste ano de 1837, se criou mais uma cadeira de Latim em São João do Príncipe (Crateús), existiam na Província:

29 cadeiras de primeiras letras.

7 cadeiras de latim.

3 cadeiras de lógica e retórica, geometria e francês. Um terço quase das cadeiras existentes eram, como se verifica, para o ensino aristocratizado dos que se destinavam à carreira das letras e às funções públicas, numa terra onde a ignorância era preparada com tinturas humanísticas, para conservação do *stentus quo*. Não lhe era necessária a crítica social, naquela sociedade que se desenvolvia patriarcalmente, sob a direção mental da Igreja. Com a maioria, vai-se dar o deslocamento fundamental: a fazenda perde o domínio político, conquistado pela cidade: o império de Pedro II é a *urbanização*, a ascensão da burguesia das cidades. Mas cisão dentro da elite dirigente apenas, — e amortecida, em choques leves, que não tem ressonância na grande massa de escravos e incultos. Essas tendências eram representadas ideologicamente pelas lutas minúsculas dos dois partidos — o progressista, liberal — e o conservador, tradicional.

O ensino é rotineiro. Aparecem mais duas cadeiras de ensino primário só dois anos depois (1739).

Em 1842, contam-se apenas 32 cadeiras. Na capital, por esse tempo, havia apenas uma cadeira de ensino primário e outra de latim. No ano anterior tinham sido suprimidas as de filosofia, retórica, geometria e francês. Em 1842, foram novamente instituídas.

Pelo sertão, em vilas diferentes, já citadas, as 6 cadeiras de latim. ..

Não era uma educação popular que se estava desenvolvendo.

O latim em o luxo. As classes dirigentes tinham as escolas para fabricação das elites que governariam um povo amorfo, com sistema do trabalho escravocrata. As forças sociais eram no cenário político representadas por uma minoria letrada e os burgueses e doutores — escreveu Gilberto Freire, iam tomar, nesse período, o lugar dos senhores rurais e dos capitães-mores. Mas o aparelhamento educacional rudimentar era suficiente para pôr-se ao serviço desses interesses minoritários, preparando esses sabedores de gramática e de latim de uma sociedade patriarcalista e escravocrata, sem contatos e meios de transporte, vagorosa e tranqüila, onde ia se iniciar o florescimento das cidades com o desenvolvimento comercial e industrial, hierarquizando valores sociais novos, os do 2.º reinado. para representarem no palco parlamentar o jogo dos interesses das suas classes.

Aqui no nordeste das secas se continuava o mesmo ritmo educacional. Não havia uma riqueza material, como no nordeste de cana de açúcar, que imprimisse à sociedade uma feição própria. Organizava-se uma sociedade mais vacilante, incerta, peculiar, oscilando em função dos flagelos climáticos...

VIII. DO PADRE ALENCAR AO GENERAL CLARINDO

Com a maioria de Pedro II, volta o padre Martiniano de Alencar ao governo da Província novamente em 1840. Porém demitia-se em março de 1841. com a queda do ministério da maioria e a vitória da política conservadora.

Nesse pequeno espaço de governo, o padre Martiniano de Alencar não pode tratar vantajosamente das questões atinentes ao ensino, tão bem encetadas anteriormente. Sacudiram a Província algumas perturbações. Em Sobral, para onde fora, pretendendo evitar a revolta das

forças destinadas a combater os Balaios, dirige as lutas entre as forças-do tenente Francisco Xavier Torres e seus sequazes sediciosos (36).

No dia 9 de maio de 1841, assume a presidência da Província o Brigadeiro José Joaquim Coelho. Em discursos na Assembléia, propõe a "criação de mais uma segunda aula de primeiras letras para os rapazes da capital".

Foi seu único ato, ou melhor, palavra, a respeito da educação.

Eleito deputado à Assembléia Geral, assumiu o governo o vice-presidente Coronel José Antônio Machado, que, no mesmo dia, passa-o ao Brigadeiro José Maria da Silva Bittencourt.

O relatório de Bittencourt contém algumas informações dignas de nota sobre a educação cearense.

Então, havia 44 cadeiras de ensino primário, sendo 5 destinadas ao sexo feminino.

"É nosso dever — dizia Bittencourt — não restringir a educação desses entes (refere-se às mulheres), cujos princípios formariam as nossas almas. Seremos bons sempre que nossas mães forem inteligentes e virtuosas".

Depois de examinar a legislação que o padre Martiniano de Alencar deixara sobre a instrução pública, decidiu realizar o que se continha na lei de 1837: a criação de uma escola onde se preparasse o mestre.

Nessa lei, o art. 4.º estabelecia logo o prazo para cada um dos professores existentes na Província se matricularem no curso: o que não o fizesse, perderia o cargo, salvo por moléstia ou motivo de força maior.

Mas a lei n.º 195, de 9 de janeiro de 1840, pôs termo a tais determinações: o cofre da Província não permitia a inovação.

Mas a idéia de uma escola onde se formassem os mestres tornava-se imperiosa. Silva Bittencourt dizia à Assembléia Legislativa da Província, em 1843:

"Por ordenança provincial, devia ser criada aqui uma Escola Normal, que o art. 7.º da lei n.º 6, de 1840, suprimiu. Pedir-vos-ia o seu restabelecimento, de que tiraria a educação literária grandes vantagens, se outros objetos não menos importantes não exigissem sacrifícios pecuniários que vão pesar sobre o acanhado cofre provincial.

"Na província do Rio de Janeiro uma escola dessas tem apresentado ótimos resultados. Sobre um tal ensaio podeis moldar o que houvésseis de fazer; mas esta Província não tem os grandes rendimentos daquela e

(36) Studart, ob. cit. pág. 120, vol. 2.º, *Ceará Província*.

não pode por enquanto fazer tão subidas despesas. Conviria talvez principiar, desde já, como se tem feito noutras províncias, a buscar os meios de levar a efeito esse estabelecimento, mandando à custa do cofre público dois jovens cearenses frequentar aquela escola, com a condição de se prestarem ao ensino de seus comprovincianos; só então se poderia contar com hábeis professores que nem mesmo os exames garantem". No Relatório de 1844, Silva Bittencourt pondera ainda:

"Se as circunstâncias financeiras da Província permitissem, lembraria a criação de uma "direção de estudos" e que se mandassem, por conta da Província, alguns dos seus filhos que se mostrassem mais hábeis, para instruírem-se nos conhecimentos, que se transmitem na Escola Normal da Província do Rio de Janeiro, a fim de os virem aqui ensinar.

"Talvez se acredite que ainda não é tempo de se fazer tais despesas, mas a isso responder-se-á que os destinados agora a estudar só poderão ensinar passados alguns anos e que a instrução tem ganho bastante incremento na Capital, em primeiro lugar, e, depois, nas cidades e vilas mais populosas, e que aumentará, se fôr examinada com habilidade e protegida com interesse".

Vemos como se vão precisando lentamente, desde o ano de 1837, os lineamentos da Escola Normal do Ceará.

Em 1847, o Relatório do presidente Inácio Correia de Vasconcelos informava à Assembléia Provincial da existência, em 1844, de 33 escolas do sexo masculino e 5 escolas do sexo feminino. Em 21 escolas masculinas, segundo os mapas, a frequência atingia o total de 605 sobre uma matrícula de 668. Em 3 cadeiras de sexo feminino, matricularam-se 146 meninas, com frequência de 139.

É nos relatórios apresentados à Assembléia Provincial que se pode acompanhar o movimento escolar. A estatística que se levantar sobre tais dados será porém visivelmente defeituosa. Entretanto, a tabela primitiva, o primeiro passo para o trabalho estatístico, foi realizado pelo Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, a partir de 1845.

A mais alta média está no quinquênio 1875-1879, com o número total de alunas matriculadas em 3827,2 e um total de escolas de 225. É interessante notar que, por esse tempo, as cidades começavam a influir mais na vida nacional. No nordeste da cana de açúcar a aristocracia latifundiária, que forneceu os grandes homens do império, declinara em frente ao industrialismo incipiente das cidades, para onde afluíam as famílias abastadas.

De 1870 em diante insistem mais os presidentes na falta de preparo técnico do professorado. O vice-presidente Joaquim da Cunha Freire combate as incursões políticas na educação — mal que se agravaria sempre. Diz:

"Enquanto a política não compreender que a instrução pública não é de seu domínio, nada se pode esperar desta instituição; como vai, quase é sobrecarregar os cofres públicos inutilmente". (26 de julho de 1869).

Adiante, acusa êle essa "política sem princípio, e idéias" de promover no "ensino primário disparatadas reformas e mutilações que vão de encontro à sua estabilidade e progresso".

O outro aspecto contrastador da instrução estava na inutilidade das matérias ensinadas para a maioria do povo. Continuava uma escola para reduzidíssima elite de letrados. O Dr. Joaquim Vilela Tavares pergunta, em 1853, se não é preferível saber botânica descritiva e aplicada, os princípios de contabilidade, o escrito comercial, necessários ao agricultor, ao negociante, que o prazer de traduzir Cícero e Horácio? ou apreciar a retórica de Mirabeau e Bossuet?

Nesse relatório do Dr. Vilela já se acentua um notável senso pedagógico e social. Certos defeitos do aparelhamento educacional são criticados com superior descortino. Assim, profliga a instrução que não concorre para desenvolver a prosperidade natural do país, porque o povo está privado de conhecimentos que permitam a atividade industrial ou agrícola. Não possuindo dados, formula Vilela a hipótese seguinte: — admite que a província tenha 300.000 almas; supõe que 1/3 sejam indivíduos até 14 anos e 3/7 daquela fração os indivíduos de 7 a 14 anos. Portanto, dos 300 mil habitantes, 42.857, eram crianças em idade escolar. De acordo com as informações oficiais, 4.624 crianças freqüentavam a escola, por volta de 1845-1852.

Em 1853, havia 74 cadeiras de instrução primária, 51 do sexo masculino, 23 do sexo feminino. No ano que segue, criam-se mais 13 escolas.

Os mapas semestrais que os professores deviam remeter eram falhos e muitas vezes falsos. Inúmeras escolas deixavam de remeter quaisquer dados anuais sobre o movimento de freqüência. Em comarcas populosas, como Inhamuns e Granja, havia apenas uma escola para cada sexo. Em freguesia com 8.000 habitantes, como S. Quitéria e Arneiros, não existiam escolas, segundo consignava o relatório do presidente Cons. Pires da Mota, a 1.º de setembro de 1854.

Achava-se, no ano de 1854, à frente da Diretoria de Instrução Pública, a figura eminente do Dr. Tomás Pompeu, depois senador pelo

Ceará. Suas observações são profundas e minudentes. Ele ministra os dados e orientação aos presidentes que se ocupam da matéria. Os relatórios renovam, periodicamente, as mesmas queixas sobre exigüidade dos vencimentos, pobreza e desarranjo das escolas, incompetência de maior parte dos mestres. Aludem "às preocupações máximas do século" com a instrução. Falam que "obter um pessoal à altura dos deveres, eis a magna questão". Repisam que "a primeira condição para ter bons mestres é fazer do professorado uma carreira digna".

Deploram que "só aspira ao professorado aquele que é tão inepto que não pode viver de sua indústria particular, em país de tantos recursos, como o nosso". Perguntam "e porque falta pessoal? Porque os ordenados são mesquinhos".

E dão-se ao luxo da erudição. Os relatórios desta época citam Alemanha, Áustria, França, Inglaterra, em considerações ovantes. No relatório de 1864 fala-se no "sistema austríaco", que uma lei anterior adotaria no ensino, sobre provimento do cargo de magistério.

Mas parece que tudo fica na pura jaculatória dos escritos mandados à Assembléia. Parece que são peças protocolarmente literárias. Porque, à proporção que passamos pelos relatórios, a situação vai piorando.

Em 1866, Homem de Melo brada que o nosso sistema de ensino não tem uniformidade", que "é preferível que se procure propagar conhecimentos úteis à agricultura e aos diversos ramos da indústria de que um dia os alunos possam tirar vantagens práticas"...

Em 1866 isso já era um estribilho.

Ainda em 1932, como Inspetor Regional do Ensino, incumbido de redigir um Memorial sobre o Ensino no Ceará, clamamos contra a escola livresca, que não preparou o homem para o meio social rural e sim o futuro parasita mais ou menos bacharelício das cidades... E que se ouvia? Que a situação econômica não permitia renovações profundas. Pois é também o que responde, em 1874, o barão da Ibiapaha:

"É por demais sensível que por motivos financeiros não permitam melhorar-se a condição do professorado, dando-se-lhe uma remuneração que, ao menos, o coloque a salvo das necessidades da vida. À exigüidade de vencimentos atribui-se, com razão, a pouca dedicação que geralmente se nota em professores primários pelo que respeita ao desempenho de sua missão".

"Em 1877, o diretor da Instrução Pública vê os três itens de reforma:

- a) elevação do ordenado dos professores;
- b) fundação de uma escola normal;
- c) retribuir os inspetores escolares.

Depois de ouvir, o presidente Estelita tem uma idéia: a obrigatoriedade do ensino! Mas nesse mesmo relatório fala que "há muitos professores que mal sabem ler e escrever". Os ofícios que dirigem à Instrução Pública são errados, medonhamente errados!

Mas logo depois vem o Senador Leão Veloso, que de novo aponta o "grande problema do século", derrama literatura sobre êle, cita Tem-pels, cita Laveleye, propõe alargar o ensino, suscita criar cadeiras ambulantes, sugere a efetividade do ensino "sem exame para a população". Já estamos com 209 escolas, 105 masculinas, 88 femininas, 16 mistas. Mas também já se calculava a população da província em 750.000 habitantes.

Mas vem logo depois o presidente Dr. Sancho Barros Pimentel, entra. olha. examina, e aflige-se: "infelizmente o estado da instrução primária no Ceará é rudimentar, a esse respeito, tudo está por fazer..." (1882).

Em 1891, o General José Clarindo verifica que a instrução está decaindo. .

Já é o primeiro governo republicano. Entramos no novo ciclo político.

IX. CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL

A questão do preparo do professor era um dos grandes embaraços. Onde realizá-lo? Ainda em 1864, o presidente da província Lafaiete Rodrigues Pereira apresenta uma resolução determinando que "uma das escolas primárias da Capital ficaria elevada à escola de 2.º grau, onde se ensinasse, além das matérias consignadas no art. 13, § 2.º, do Reg. de 2 de janeiro de 1855 (mais ou menos as matérias constantes do currículo primário atual), a prática do ensino primário ou de pedagogia".

Em 1864, um dispositivo legal cogitava da construção de "casa para prática pedagógica, com as acomodações necessárias, segundo o plano dessas escolas em França".

O clamor continua daí por diante, exigindo uma escola normal. Em 2 de outubro de 1881, no governo do Dr. Pedro Leão Veloso, foi Jan-

cada enfim a pedra fundamental da Escola Normal, que deveria constar de curso de 3 anos anexo ao Liceu. Uma lei anterior (1878) dispunha as matérias: Português, Geografia, Corografia, História, Filosofia, Moral e Religião, Matemáticas Elementares, Física e Higiene, Pedagogia teórica e prática.

Em 1884, instalou-se. Vigorava o Regulamento de 12 de outubro de 1881, onde se encontram ensinamentos notáveis, sugeridos talvez pelo Sr. José de Barcelos, — uma das grandes mentalidades do tempo. Êle foi o primeiro diretor da Escola Normal. Viajara na Europa, comissionado para estudar os assuntos pedagógicos. Anexas à Escola, funcionavam duas escolas primárias — uma para cada sexo, servindo a prática dos métodos de ensino. A cadeira axial do estabelecimento — pedagogia — era ocupada por José de Barcelos.

Durante todo o ano letivo, cotidianamente, os alunos eram obrigados a praticar nas escolas anexas, — tirocínio esse de importância para conquista do diploma. Essa prática cai, posteriormente, vencida por um teorismo excessivo. Mesmo meio século depois, quando tudo já se transformara profundamente, e a cadeira de Pedagogia se separara da de Técnica do Ensino — prática do ensino — essa prática se reduziu a aulas teóricas...

O primeiro Regulamento da Escola Normal, autorizado pela lei n.º 1.977 de 29 de julho de 1882, estabelecia as cadeiras seguintes: 1) Língua portuguesa; 2) Língua francesa; 3) Matemáticas Elementares; 4) Geografia e História; 5) Noções elementares de Ciências Naturais; 6) Pedagogia e Metodologia. As primeiras quatro cadeiras foram ocupadas por professores do Liceu; as duas últimas por contratados. Coube a de Pedagogia a José de Barcelos durante mais de 20 anos. até a sua aposentadoria.

Não nos sobra espaço para comentar as falhas dos programas incompletos, traindo o escolasticismo do espírito do tempo. Seguem-se os Regulamentos de 1890 e 1896. De 1891 em diante assumem a direção da Escola os padres Antônio Cândido da Rocha, João Paulo Barbosa, os Drs. Agapito Jorge dos Santos, Antonino Cunha Fontenele, Valdemiro Cavalcante. Em 1896, volta à direção José de Barcelos.

Modificações fazem-se no currículo do ensino normal. Introduzem-se Música. Canto, Trabalhos de Agulha e Economia Doméstica. Aparece então a *aula de Ginástica* (1896).

O Reg. de 1899 vai a 1911, quando dirige a Escola o luminoso espírito de Tomás Pompeu de Sousa Filho. Em 1914, assume a di-

reção o Dr. João Hipólito de Azevedo e Sá que, com pequena interrupção, ocupa este cargo até esta data, com notória capacidade pedagógica, longamente demonstrada.

X. RENOVAÇÃO EDUCACIONAL

Em 1922, o pedagogo paulista Lourenço Filho, comissionado pelo presidente Justiniano de Serpa, inicia o grande movimento reformador no Estado do Ceará. Cabe-lhe, sem favor, o mérito de rasgar, no nordeste, o horizonte mais amplo de renovação pedagógica. Não seria exagero dizer que, atualmente, o aparelhamento educacional ainda marcha com o impulso que lhe imprimiu a inteligência lúcida do grande professor, hoje nome autorizado nas letras brasileiras. Encerramos aqui, no pórtico da moderna renovação pedagógica cearense, esse repasse histórico-sociológico. O quadro torna-se muito complexo e não poderíamos resumi-lo convenientemente. Entram no ambiente mental correntes doutrinárias, que aluem os velhos preconceitos e promovem a adaptação da escola ao meio econômico e social nordestino.

Em nosso estudo "*Diretrizes de Educação Nacional*" (1932), apontamos os problemas do desajustamento dos órgãos de instrução no nordeste, acentuando a necessidade de finalidade social da escola.

E sustentamos então que esses problemas não devem ser tratados por teóricos de gabinete, resolvendo cerebrinamente tudo, — mas por estudiosos, voltados para a realidade social, colhendo dados que permitam o planteamento científico das questões. Só assim o método científico se integra no seu verdadeiro sentido, como instrumento de trabalho do homem, tornando possível descobrir, fria e positivamente, os melhores caminhos ao bem-estar social, — o máximo dos objetivos visados nas lutas e aspirações humanas.

OS MUSEUS DE ARTE NA EDUCAÇÃO

REGINA M. REAL
Do Museu Nacional de Belas-Artes

O objetivo primordial do presente trabalho é focalizar a importância dos *museus de arte*, na educação. Fácil é observar que o pedagogo cita de preferência, sob o ponto de vista educacional, os museus históricos e científicos, com esquecimento do artístico, que, no entanto, deve ser colocado em igual nível. Temos mesmo a convicção de que a cultura artística deve preceder à histórica e científica.

Desde muito cedo a criança precisa freqüentar os museus de arte para familiarizar-se com o belo. Com a visão estética irá encarar todos os problemas de sua vida e agirá de acordo com esse elevado ponto de vista. Não importa o meio a que pertença: os museus são públicos, e os responsáveis pela educação devem incluir, no programa escolar, a visita sistemática aos museus. A sensibilidade infantil, na sua espontaneidade, recebe com grande facilidade a influência irmanada das obras de arte.

Será de muita conveniência o manuseio de reproduções de obras célebres, o conhecimento de moldagens das esculturas clássicas; sempre que fôr possível, porém, deve-se facilitar a visão direta das obras-primas, isto é, o contato com o original. Essa aproximação é de importância capital, como veremos adiante, ao tratarmos do senso estético.

Educa-se, pois, o homem para tais percepções, desde a infância, de forma que seus conhecimentos artísticos se alarguem, a pouco e pouco, sem choques nem sobressaltos, encaminhados para a sã moral e sã estética.

A capacidade de perceber e sentir o bem e o belo desenvolve-se na razão direta de suas exigências. Se a educação não intervém de maneira decisiva e bem dirigida, o resultado será nulo.

Aqui apresentaremos o problema tão somente sob o ponto de vista museográfico, deixando aos educadores o outro aspecto da questão, isto é, o educacional, no que estarão aptos a preencher as lacunas evidenciadas neste despretensioso estudo.

MODERNA CONCEPÇÃO DOS MUSEUS

Durante muito tempo, foram os museus considerados simples reservas de obras-primas e peças raras — uma espécie de *casa forte* da civilização. As multidões percorriam as galerias mais para certificarem-se do valor desses objetos, estipulado pela fama, do que para sentirem emoção de ordem estética. E assim durou o sono dos museus...

Mas no presente século que atividades, que acordar magnífico! Cansado desse esquecimento, dessa letargia, o Museu se renova, revive, tem uma função a cumprir na atualidade, e torna-se uma manifestação essencial na vida contemporânea. O programa do Museu resulta da concepção que dele se faz.

As peças apresentadas são dispostas de forma a facilitar sob todos os aspectos a melhor apreciação por parte do visitante, reforçando a ação social ou missão educativa dos museus. Não se cogita mais de *tolerar* o visitante e, sim, de atrai-lo, de seduzi-lo, de atrair e dirigir-lhe a atenção. O espectador nada representa de especial. Não é o artista, não é o professor, não é o jornalista, não é o crítico de arte. Identifica-se com o grande público. É esse o elemento a considerar, pois que o grande mecanismo museográfico (as obras expostas, a organização, o edifício, o corpo técnico e administrativo) existe e trabalha para que o visitante possa dirigir, sem preocupação e cansaço físico, seu olhar para os objetos expostos, em busca de ensinamento histórico e científico ou encantamento do belo.

A influência do ambiente de um museu sobre a criatura humana age, com maior ou menor intensidade, de acordo com a sensibilidade dessa mesma criatura. Depende de uma série de fatores sutis, longamente estudados por todos aqueles que vivem e pesquisam no mundo dos interesses museográficos.

Como conseguir uma boa impressão? Ela será a resultante da organização técnica, devidamente preparada e dirigida nesse sentido. O "todo" harmonioso baseia-se no detalhe bem cuidado.

As exigências de um museu moderno vão da arquitetura do edifício à menor etiqueta colocada numa peça. Estuda-se a perfeita iluminação, natural ou artificial, a ventilação, a estrutura do piso, de forma a não cansar os que percorrem as galerias. Os bancos e sofás, nos centros das salas, convidam ao repouso e à contemplação das obras expostas. A luz suave, difusa, com intensidade bem regulada é fator de importância.

Evitam-se as grandes galerias, escolhendo-se de preferência salas em que se possa dispor melhor o ambiente próprio a uma determinada coleção ou escola de pintura.

Os cuidados a ter com os visitantes vão a tal ponto que, em certos museus, há cadeiras de roda para inválidos. A instalação de museu deve ser feita em local adequado, no coração da cidade, de fácil acesso, ou em centro de grandes praças ou jardins, para que o barulho externo não prejudique o ambiente propício aos que nele estudem.

A arquitetura do edifício depende do programa escolhido. O programa está sujeito à espécie das coleções, e estas influenciam, por sua vez, a disposição das salas, a circulação, a decoração, a etiquetagem, o fichário, a catalogação. Esta ligeira síntese resume o conjunto dos diversos processos hoje usados para colocar em destaque, e sob o melhor aspecto, as obras de arte, ou o que os franceses definem de forma tão clara com a expressão "la mise en valeur".

A apresentação integral do patrimônio do museu não é mais adotada. Hoje, faz-se uma seleção que periodicamente é substituída, de forma a estimular o interesse do público. Esse processo, usado em vários museus europeus e americanos, tem sido adotado em nosso Museu Nacional de Belas-Artes, e a estatística acusa aumento sensível de visitantes, em cada nova exposição temporária anunciada. Assim têm sido expostas todas as nossas coleções quer se trate das doações Barões de São Joaquim, Luís de Resende, quer sejam os quadros flamengos, italianos etc.

Desde a sua fundação, ou funcionamento autônomo da Escola Nacional de Belas-Artes, em 1937, o Museu tem organizado e patrocinado numerosas exposições.

Ficou para sempre na lembrança dos que percorreram as galerias do Museu, em julho e agosto de 1940, a maravilhosa Exposição de

Arte Francesa dos séculos XIX e XX, que aqui veio em visita de intercâmbio. A partir de Davi d. aos maiores nomes da atualidade, tivemos o privilégio de apreciar uma das épocas mais brilhantes e decisivas da pintura francesa. O conjunto foi dos mais felizes. O Classicismo, o Romantismo, o Naturalismo, o Realismo, o Impressionismo, o Dadaísmo, o Cubismo tiveram como representantes das mais significativas figuras.

A exposição da Missão Artística Francesa de 1816, levada a efeito no fim do mesmo ano de 1940, deu-nos a oportunidade de reunir nas galerias do Museu exemplares dos principais artistas que integraram essa Missão. Grande número de quadros dos Taunay, não só de nosso patrimônio como de vários colecionadores; os interessantíssimos originais de Debret, de propriedade do Dr. Raimundo de Castro Maia; projetos arquitetônicos de Girardot de Montigny, gravuras de Pradier pertencentes à Biblioteca Nacional e trabalhos dos irmãos Ferrez, constituíram o material recolhido e que tão condignamente representou a obra desses artistas. Para completar!, móveis da época ornamentaram as salas, formando o ambiente próprio aos objetos expostos. A exposição teve não só um caráter artístico como histórico e didático. Além de apresentar obras de arte de modalidades diversas, focalizou uma época determinada de nossa história. Sua influência decisiva nas nossas artes e sua documentação que deixou do Brasil Reinado e 1.º Império foi debatida durante a exposição, por vários oradores especialmente convidados pela diretoria do Museu.

Em 1941, mais uma grande iniciativa: pela primeira vez um tão grande número de gravuras de uma escola foi reunido numa só exposição. Cerca de 700 peças foram apresentadas, abrangendo período de seis séculos. A maior contribuição veio da Biblioteca Nacional, cujo patrimônio nesse particular é riquíssimo, principalmente no que se refere aos séculos XV e XVI. A obra de Alberto Dürer mereceu o destaque que lhe é devido. Figura de extraordinário renome na Renascença, é considerado o símbolo da arte gráfica de seu país.

Nesse ano, apresentou ainda o Museu em exposição temporária, com a duração máxima de um mês, algumas de suas coleções mais importantes. tais como: A Escola Italiana dos séculos XVI, XVII e XVIII; A Escola Flamengo-Holandesa da mesma época; e Quadros de autores ignorados, em número aproximado de cem, trazidos na sua maioria por D. João VI e, por ele, doados à pinacoteca da então Academia de Belas-Artes.

As exposições retrospectivas, que se fizeram, deram motivo a reflexão: Pedro Américo e Vítor Meireles evocaram os debates e partidos que suas grandes obras provocaram por ocasião de seu aparecimento. Zeferino da Costa e Batista da Costa patentearam seus valores, um como decorador da Igreja da Candelária, o outro, como intérprete fiel e insuperado de nossa paisagem.

Em 1943, três exposições, bem diversas no gênero, mostraram como tudo se presta a ser organizado sob o ponto de vista da arte:

1) *Exposição Animalista* — Neste particular, expuseram trabalhos de especialistas, sobressaindo-se os holandeses, com Paul Potter, Alberto Cuyp e Wouwermann; os portugueses, com Anunciação; os franceses, com Rosa Bonheur e Troyon; os ingleses, com Morland e uma série de outros artistas.

2) *Exposição de Pintura Religiosa* — Com a maior facilidade poder-se-ia reunir objetos de arte religiosa, uma vez que os possuímos em grande quantidade, desde os tempos coloniais. Os nossos templos e irmandades foram os únicos repositórios da arte. Contudo, na exposição referida limitamo-nos a apresentar a pintura religiosa, deixando de parte as imagens, a prataria, as alfaias, ùs artistas, desde os primórdios da pintura, se impressionaram com os temas religiosos, — donde a multiplicidade de quadros sacros. Reunimos, nessa exposição, exemplares a partir do século XV com Perugino, continuando pelos séculos seguintes XVI, XVII e XVIII, com ótimas contribuições da escola flamenga e italiana. Já no século XIX, as várias filosofias humanistas vieram distrair o espírito do homem desviando também o artista para o ecletismo dos temas; entretanto, mesmo do século XX figuraram algumas telas de artistas nacionais.

3) *Exposição de Louça Brasonada* — Quanto à exposição de louça brasonada, apreciamos pela primeira vez, em conjunto, a riqueza dos serviços de mesa usados pela nossa família imperial e nobres da corte. Dentro das vitrines luziam os brasões e monogramas apostos nos pratos, xícaras e travessas, na sua grande variedade de cores e desenhos originais. A louça da Companhia das Índias, os serviços de D. João VI, a alvura da porcelana francesa, foram verdadeiros regalos para os olhos. Admirável evocação de eras passadas.

Se, porém, o visitante é especialmente atraído pelas exposições temporárias, cabe ao Museu interessá-lo também nas coleções permanentes, a razão fundamental de sua existência, e base de sua reputação

Nesse particular, o Museu Nacional de Belas-Artes tem do que se orgulhar com a variedade de quadros da autoria de artistas célebres de várias escolas de pintura, tais como autênticos Tiepolo, Rubens, Perugino, Carracci, Ribera, Savery, Francken, Henner, Rosa Bonheur, Bou-din. Malhoa. Carlos Reis e tantos outros.

SENTIMENTO ESTÉTICO

Como simples repositório de coleções, de objetos de arte reunidos no silêncio das galerias, o museu suscita uma emoção difícil de se definir, mas inegável.

O indivíduo normal sente a magia do que é belo. Qualquer objeto de forma ou aspecto estético lhe fala de maneira especial. Nem poderia ser de outra maneira, pois ao anormal, ao indiferente, tudo se mantém num mesmo nível, material, uniforme, indefinido e inexpressivo. Não é indispensável a cultura e a inteligência para apreciar uma obra de arte; estas, evidentemente, auxiliam de maneira apreciável, mas o que não pode falhar é o sentimento estético: alguma coisa que não se define, mas sente-se.

O espectador comum olha, pára, aprecia. Ao técnico de arte (o conservador) compete mais ainda: além de apreciar, precisa compreender. Terá que justificar suas tendências: saber criticar, com senso e conhecimento de causa, sem preferências pessoais. Deve por assim dizer viver o espírito do museu, a "alma mater" que nele se cultua.

Há aí corpo e alma: corpo nos objetos das coleções, alma no que eles exprimem; corpo na organização, alma na sensação de ordem; corpo na disposição, alma na bela aparência; corpo na luz, na cor das paredes, na ventilação adequada, alma no bem-estar sentido; corpo, enfim, naqueles que zelam, alma nos que os dirigem e orientam.

O progresso dos museus, como fator social e educativo, está na razão direta da preparação profissional de seus conservadores. Quanto maior for a sua competência, maior a influência exercida. O objetivo de seu trabalho deve ser contribuir para o entendimento mútuo entre a sociedade e o museu.

Seria do mais alto interesse preparar alguns conservadores para manter contato com os educadores e vice-versa. Ao educador compe-

teria solicitar do conservador informações, teses, cursos, conferências, visitas orientadas, que especialmente interessassem seus educandos.

Com as coleções existentes no museu, seria possível ao conservador orientar o pedido. Caso o museu não possuísse elementos que satisfizessem o requerente, conhecendo as possibilidades dos demais museus, como é de seu mister, encaminharia para eles a solicitação feita.

É de justiça informar que muito já se tem feito, nesse setor, em nossos museus, e que, desde sua fundação, faz parte do programa do Museu Nacional de Belas-Artes convidar os alunos de nossas escolas a visitar suas galerias, no que são acompanhados por um técnico para esse fim designado.

Cabe aos conservadores, além de suas demais atividades, o estudo psicológico das reações provocadas pelas suas explanações; nesse sentido vimos observando fatos curiosos que mereciam estudo mais acurado.

POSSIBILIDADES EDUCATIVAS

Nunca é demais repetir: a educação não se completa sem o conhecimento artístico. Os museus devem tomar, por isso, papel proeminente na cultura social, com uma reserva de forças ainda não de todo aproveitada.

Podemos dizer que os museus têm três funções primordiais:

- A) aquisição e preservação de objetos;
- b) progresso de conhecimentos por meio do estudo dos objetos;
- c) difusão de conhecimentos para enriquecimento cultural dos povos.

Como observa Venâncio Filho, "não é apenas educativo o que dá conhecimentos, mas o que instiga a hábitos e inspira sentimentos. Por isso que é fator geral deve, antes de tudo, ser agradável e artístico".

Poderá o museu revelar aos visitantes menos cultos conhecimentos e emoções que, de outra forma, não teriam?

Eis uma questão que se presta a muita reflexão.

A noção histórica e científica pode ser total ou parcialmente compreendida pelo público em geral, bastando para isso uma exposição clara e erudita. Mas a beleza de um objeto de arte não depende da lógica, da clareza e da demonstração. Não se trata mais de compreender, mas de sentir. Não é possível comunicar o sentido de um objeto de arte

por meio de uma simples explanação. É indispensável a revelação e só o senso artístico realiza esse fenômeno.

Embora, na opinião de muitos, o museu de arte seja destinado a uma elite, deverá ele, porém, contribuir para desenvolver e enriquecer em todos a sensibilidade artística.

A maneira de agir é delicada. Se, de certo modo, não se deve perturbar com uma pedagogia intempestiva a contemplação da obra de arte e insistir na maneira como foi concebida e executada, por outro lado se deve facilitar a aquisição de conhecimentos que a essa contemplação conduzam. Deve-se, por exemplo, proporcionar-lhes a oportunidade de observar um pequeno detalhe, que possa despertar interesse.

De que forma levar à arte aqueles cuja sensibilidade não foi tocada?

Certo é que as verdadeiras vocações não necessitam de estimulantes. Existem, no entanto, vocações incertas, sensibilidades recalçadas, mal dirigidas, onde a centelha aparece, se provocada. E é justamente essa, muitas vezes, a função do museu.

An apreciar a obra de arte, o público gosta de saber quando e como foi feita. Isto é o aspecto da história da arte.

Ela não basta. Seria preferir à obra, a sua sombra no passado; no entanto a explicação histórica pode interessar, não só pelo que ela em si mesma contenha, mas pelo que possa sugerir.

É bom conhecer as condições sociais que tenham influenciado a criação de uma obra para que melhor se possa compreender o seu sentido real. O encanto não está somente na forma visível, mas numa certa força expressiva, num prolongamento humano, neste invisível que se deixa apenas adivinhar.

Há quem se contente com o aspecto exterior e não se preocupe com o sentido das coisas. Para melhor apreciação, e não simples curiosidade, é que se procura conhecer a biografia do artista e seu ambiente social. Não será inoportuna, portanto, a documentação.

O museu não se restringe a expor suas riquezas; estimula, ensina e desperta sensibilidades. Aperfeiçoa o conhecimento das gerações novas, transmitindo-lhes o que de melhor produziram as gerações passadas. A qualidade espiritual do museu consiste em estimular vocações latentes que passariam despercebidas se ele as não despertasse.

Os museus, que pareciam apenas destinados a evocar o passado, passaram, assim, a exercer papel atual e imediato.

O livro que durante tantos séculos foi um dos principais elementos para a difusão de conhecimentos parece estar sendo superado por novos meios, alguns visíveis, outros audíveis. É de notar que os livros e as revistas são pouco a pouco substituídos por hebdomadários e jornais. Nestes, o título toma mais espaço que o artigo. Atinge mais a vista que a ponderação. Tudo se resume no espetaculoso, no anúncio brilhante, na publicidade de sensação. Esta solicitação constante dos olhos corresponde ao nosso desejo atual. Vai de encontro à capacidade das massas, ao maior número de indivíduos.

Mas, o valor do espírito não está apenas nessa agitação, mas na profundidade. Os métodos modernos vão diretamente aos sentidos, registrando sensações: o cinema, o rádio estão ao serviço desse ritmo para enviar a todos os indivíduos, sem distinção de classe, as noções de uma idéia coletiva, idêntica e simultânea.

Ora, os museus satisfazem essas mesmas exigências modernas, trazendo, porém, em si mesmos, o corretivo próprio. Não é exagero considerar sua função como essencial, ao mesmo tempo que perfeitamente adaptada às condições atuais, no desenvolvimento e na salvaguarda de nossa civilização.

Não há dúvida que os museus possuem elementos à mão para oferecerem em exposição aquilo que atrai o olhar sem grande esforço de espírito. Mas, se o museu parece responder tão fielmente ao gosto de nosso tempo, que solicitações de mais profunda cultura ele faz ao visitante!

Suas coleções atraem o olhar, mas provocam contemplação e exigem observação. Entre os ritmos coletivos modernos, através do mistério contido em suas obras-primas, éle ensina a parar: obriga à concentração e reeduca as reações.

O livro pode estar sujeito a influências mais ou menos aleatórias; como, porém, duvidar das galerias onde repousa o prestígio dos séculos passados, mais forte, porque invariável ?...

Foi o sentido desse prestígio educativo que procurei aqui evocar.

Ele poderia aumentar em força se a escola não lhe fôr insensível, proporcionando o conhecimento da arte desde a infância, fazendo falar aos espíritos em formação rudimentar da história da arte.

Quanta coisa interessante a conhecer: as inscrições rupestres, as grandes construções egípcias, babilônicas, persas; o mistério do oriente; a riqueza do período clássico grego-romano; as catedrais românicas e góticas; o esplendor da renascença; as fantasias do barroco; o imprevisto do moderno...

Imitemos os europeus e os norte-americanos, quando levam a criança a ter interesse pela arte. primeiro como uma distração, visitando museus, executando desenhos espontâneos; depois, dirigindo-a na observação e seleção de obras-primas. Assim preparada ela desejará, no futuro, ter em volta de si um ambiente agradável, puro e elevado e, com'isso, concorrerá para a formação de uma sociedade mais harmônica e feliz.

O PROBLEMA DO ASSISTENTE NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Prof. ERNESTO DE SOUSA CAMPOS
Da Universidade de São Paulo

O tema é muito particularizado. É, entretanto, de elevado alcance prático, principalmente em nosso país.

O assistente representa, no quadro da educação superior, um elemento de atuação imediata e de incalculável valor potencial. No ambiente da cátedra bem organizada encontra condições excepcionais para sua preparação ao magistério e treinamento adequado para o exercício de outras atividades técnicas de ordem cultural ou profissional.

Não possuímos, ainda, cursos de pós-graduação, como existem nos Estados Unidos da América do Norte. Nem mesmo contamos com o estágio, que naquele país alcança um ou dois anos depois de concluídos cursos de grande responsabilidade técnica ou profissional.

São razões que evidenciam a vantagem de um numeroso grupo de assistentes entre nós. Mesmo, porém, que se criem tais aparelhamentos, em nosso sistema educativo, o assistente ainda manterá a posição acima esboçada. Obrigada a tratar o assunto, sob todos seus aspectos, em virtude das obrigações impostas pelo ensino, é o elemento naturalmente destinado ao recrutamento para tarefas de mais apurada habilitação. Podemos dar o nosso depoimento. Da cátedra que ocupamos na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo têm saído assistentes, definitivamente ou temporariamente, para outras cátedras (como professores catedráticos), e para institutos científicos.

E renovamos os quadros com elementos novos, apenas saídos dos bancos acadêmicos, na convicção de que esta é uma das funções da nossa escola. Estabelecidas estas premissas vejamos o caso mais de perto.

A Função do assistente no âmbito da educação superior pode ser assim discriminada:

- 1) Auxiliar os cursos normais e os extraordinários ministrados pelo professor, quer no sentido do ensino teórico como no da instrução prática e trabalho de seminário;
- 2) Colaborar em tópicos ou pequenos cursos normais ou extraordinários para que fôr designado;
- 3) Cooperar na preparação do material de demonstração ou de exercícios práticos;
- 4) Exercer os encargos administrativos que lhe forem designados;
- 5) Praticar a rotina que lhe couber, sob forma rotativa ou permanente, nos departamentos em que haja serviços desta natureza;
- 6) Realizar pesquisas de sua própria iniciativa ou orientadas pelo professor;
- 7) Preparar-se para o magistério na eventualidade de que lhe possa caber a posição de professor e chefe de departamento;
- 8) Tornar-se um *scholar* capaz de cultivar, propagar, desenvolver e aperfeiçoar os métodos e diretrizes gerais dos mestres a que se associaram.

Em geral os nossos educadores não têm a percepção da variedade de aspectos, com que se apresenta o problema da contribuição do assistente no domínio da educação superior.

Dão-lhe o papel muito secundário de simples auxiliar do ensino. As vezes nem lhe conferem qualquer coparticipação nos trabalhos. Alguns consideraram-no simplesmente como eventual substituto nos seus impedimentos e ausências. Outros condicionam sua ação à de um mero preparador do material para aula prática. Certos professores desinteressam-se de tais trabalhos práticos. O assistente os efetua às vezes até sem qualquer articulação com os tentas que se vão desenrolando no curso teórico, a que se restringe o professor. Ensino teórico e prático, em tais casos, seguem caminhos independentes, sem articulação e harmonização.

Esta incompreensão do verdadeiro papel que deve desempenhar o assistente conduziu os responsáveis pela nossa organização administrativa a reduzir o seu número, em geral, a uma única unidade para cada cátedra. Não raro contentam-se apenas com a existência do professor. O assistente só é concedido após tenaz solicitação.

Não cogitam de estabelecer uma relação conveniente entre o número de assistentes e o de alunos.

Um assistente para cada cadeira é a regra seja qual fôr o número de discípulos!

Nas ótimas organizações de ensino tem sido determinada a proporção de um assistente para cada grupo de 10 estudantes.

Esta base pode razoavelmente ir até 20 a 25 alunos, para cada assistente. É limite que não deve ser excedido. Em algumas escolas, por falta de acomodações e de pessoal docente e técnico, os alunos são classificados em turmas para realização dos trabalhos práticos. Temos observado casos de quatro e até seis turmas. Diante da realidade brasileira de feriados normais e inesperados, tão abundantes, dificilmente poderão ser realizadas tem um ano letivo mais de 60 aulas teóricas e 60 aulas de prática, em total.

Se os alunos forem classificados em quatro ou seis grupos, terão, efetivamente, 15 ou 10 aulas de prática, no total.

Sendo algumas dessas práticas executadas no periodo de uma hora, teremos, realmente 10 a 15 horas de prática, por ano, como preparação em dadas disciplinas.

Eis porque sempre pugnamos pela realização simultânea dos trabalhos práticos para todos os alunos, em todos os dias de aula.

Quatorze anos de experiência na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo nus autorizam a afirmar que, no Brasil, este sistema pode ser realizado. Para isso dispõe o nosso departamento de *quatro assistentes* efetivos além de voluntários e de técnicos. Sendo de 80 o limite máximo de alunos, temos a relação de um assistente efetivo, oficial, para cada setor de 20 estudantes, além dos voluntários. E o laboratório geral tem ampla capacidade para abrigar todos os docentes, discentes e auxiliares técnicos. Esta é, porém, apenas uma feição do problema.

Já acentuamos as outras de igual ou maior importância. Para finalizar estas considerações, convém mencionar o caso dos professores estrangeiros. O contrato desses mestres tem naturalmente três objetivos:

- 1) Desenvolver assuntos para os quais não haja, no país, pessoal realmente habilitado;
- 2) Criar, em nossos quadros de ensino, disciplinas novas até então inexistentes em nosso meio;
- 3) Dar novos rumos aos nossos métodos de ensino.

A presença de tais mestres sendo de caráter temporário tudo indica que, a seu lado, deveríamos colocar grande número de assistentes, com o

intuito de lhes absorver os conhecimentos teóricos e práticos. O rendimento seria extraordinário. Maior é a ação de tais mestres junto aos assistentes que permanecem a seu lado do que ao pé dos estudantes. Estes não têm a preparação necessária, para aproveitar os ensinamentos do mestre; não têm ainda espírito crítico; não podem se dedicar a uma só disciplina pois têm de estudar muitas durante o seu curso; não têm a oportunidade de adaptação aos costumes e idioma de professor estrangeiro.

O assistente, ao contrário, pela preparação anterior, dedicação exclusiva ao assunto e prolongado contato com, o mestre, é o elemento destinado a aproveitar, com usura, a ciência, destarte importada.

Entretanto, temos observado o contrário.

Mestres de grande mérito têm vindo ao Brasil. Aqui chegados, com imensa dificuldade obtêm lugar apropriado para seu trabalho. Raramente lhes dão laboratórios, equipamento e material para desempenho de sua tarefa. Com muito custo conseguem obter *um* assistente. E voltam para o seu país sem formar escola, sem deixar "discípulos", ou os deixam em número muito limitado.

Há exceções, mas esta é a regra.

Só deveríamos importar grandes mestres. Antes, porém, seria indispensável preparar-lhes o ambiente de trabalho para eficiência de sua ação, dando-lhes, também, uma dezena de assistentes. O tema merece maior explanação. Bastam, porém, estas considerações para significar sua complexidade e importância.

Concluindo, somos tentados a reproduzir dois trechos de um memorial neste sentido dirigido ao Reitor da Universidade de São Paulo quando nos cabia a direção da Faculdade de Filosofia daquele centro de estudos:

"I. No setor educativo que compete a cada departamento devemos distinguir duas atribuições: uma relativa à educação e instrução, outra concernente ao preparo de pessoal técnico e científico.

Em última análise, cabe ao professor de cada departamento a dupla missão de ministrar o ensino aos alunos normais de curso, acompanhando e orientando, ao mesmo tempo, o treinamento dos seus assistentes.

II. Contratar professores no estrangeiro e não lhes dar assistentes em número regular é erro grave. Não seria talvez necessário que os cursos para alunos fossem desenvolvidos por tais mestres: os assistentes poderiam se encarregar deste mister. A atuação do professor junto ao assistente é que produz melhores benefícios para o Estado segundo o meu conceito.

Pouco importa que estes assistentes se transfiram depois para outro setor. Levarão consigo a experiência e o saber que adquiriram no convívio diário e constante com o mestre".

Boa demonstração desta tese vem sendo fornecida pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Preciosa tem sido a cooperação dos seus técnicos nos problemas que surgiram com a entrada do Brasil na guerra. Formaram-se como assistentes de eminentes mestres contratados. Todavia, esta função não se tem ali desenvolvido com a amplitude necessária.

Meditem nossos educadores sobre o assunto, no sentido de dar novas diretrizes ao problema dos assistentes na educação superior.

A GEOGRAFIA E O PROFESSOR

MOISÉS GICOVATE
Do Colégio Rio Branco, São Paulo

Como deve ser ensinada a Geografia no curso secundário? A leitura dos trabalhos de metodologia desta disciplina mostra-nos que há um divórcio com a realidade. Isto é tanto mais grave, quando sabemos que a Geografia pode ser definida como *o estudo das realidades políticas, físicas e econômicas*.

Qual a causa desse divórcio? Reside no fato de mostrar como *deve* ser ensinada a Geografia, em um meio ideal, em um momento ideal, em um programa ideal e em um mundo ideal. Não será esse o nosso objetivo. Veremos como *pode* ser ensinada a Geografia, no momento atual, em nosso país, com o programa vigente.

Conclui-se, pois, que aqui não cabem críticas ou discussões de problemas. Será, até certo ponto, um depoimento de quem, já por longo prazo, acompanha o progresso desta disciplina e procura ensiná-la de modo menos deficiente.

POSIÇÃO DA GEOGRAFIA

Dois problemas se nos apresentam imediatamente: Qual a posição que cabe à Geografia entre as demais disciplinas do currículo escolar? Qual a sua relação com a realidade?

O mais simples exame do programa vigente mostra que a sua posição é de destaque entre as demais disciplinas. Seu ensino é feito durante sete anos, no curso ginásial e no colégio, clássico ou científico.

No concernente ao segundo problema podemos afirmar que na época atual cabe-lhe papel privilegiado. Pelos múltiplos subsídios que presta para a compreensão do *mundo de hoje*, verificamos que o seu *valor cultural* é extraordinário.

FUNÇÃO DO PROFESSOR

Qual a função do professor no ensino da Geografia? Antes de apresentar a resposta a esta pergunta é necessário examinar esta disciplina no seu aspecto atual e real. A fim de que se torne possível aproveitar *para a vida* tudo o que a Geografia possa fornecer, é necessário estabelecer um ponto de vista e segui-lo fielmente durante todo o curso e até as últimas conseqüências.

Em primeiro lugar apresentam-se para o professor, consciente de sua função, três problemas: 1) Será a Geografia ciência? 2) Quais os limites da Geografia ou qual o seu conteúdo? 3) Qual a escola a ser seguida na interpretação dos fatos e fenômenos geográficos?

Para nós, a Geografia não é ciência. Isto não significa que ela não deva ser estudada com *atitude científica* e que não possamos falar em *geografia ciência*. Há aí alguma confusão de termos.

A Geografia é atualmente estudada com atitude científica. Possui um *conteúdo* mais ou menos definido, *limites* imprecisos. Forma, ademais, verdadeira *superestrutura* em função de outros ramos do conhecimento.

Do estudo da evolução da Geografia ressalta que três foram as suas fases e que três são os seus objetivos: *descrever*, *localizar* e *comparar*. A luta pela *explicação* só sai vitoriosa quando recorremos a qualquer ciência.

Exemplifiquemos: quando descrevemos, distribuímos e comparamos as montanhas de dobramentos, fazemos *Geografia*. Quando estudamos essas mesmas montanhas na sua gênese, fazemos *Geologia*.

Mais ainda, não existem *leis geográficas*; apenas, *princípios gerais*. Poderíamos citar como exemplo a chamada "lei dos paralelos". Preferimos falar em "princípio do deslocamento dos grupos humanos". A expressão é mais longa, mas corresponde à realidade.

O que é necessário no estudo desta disciplina, aliás como em qualquer outra, é estabelecer um raciocínio lógico. É necessário ainda aceitar as conclusões, mesmo quando contrárias ao geralmente aceito.

Exemplifiquemos com a divisão da Geografia. Três são os seus ramos: Geografia *astronômica* (estudo da Terra como um *astro*, sua situação entre os demais astros do sistema solar e do universo); Geografia *física* (estudo do aspecto físico da Terra, resultado da ação dos elementos líquido e gasoso sobre o elemento sólido); Geografia *biológica* (distribuição da vida pela superfície da Terra). Esta última terá,

por sua vez, três subdivisões: Geografia das *plantas* (distribuição das plantas pela superfície da Terra) ; Geografia dos *animais* (distribuição dos animais pela superfície da Terra); *Geografia Humana* ou *antropo-geografia* (estudo da distribuição dos homens pela superfície da Terra).

Defendemos a inclusão da *geografia humana* ou *antropogeografia* na *Geografia biológica*, desde 1939. Só o professor Otelo Reis, na sua "Geografia Geral — 1.ª série", de acordo com o programa vigente, aceita esse nosso ponto de vista. Os demais continuam a lutar pelo *antropocentrismo*. Certo é, porém, que o primeiro ponto de vista está sendo vitorioso em outros países e se consagra em trabalhos estrangeiros.

Mais ainda, quando estudamos a Geografia astronômica, nada mais fazemos do que enumerar algumas conquistas de uma ciência que é a *Astronomia*. A Geografia física aproveita dos resultados das ciências *fisico-naturais*. A Geografia humana ou antropogeografia se apropria dos resultados conquistados pelas ciências *sociais*.

ESCOLAS

No estudo da *geografia humana* ou *antropogeografia*, existem diversas escolas. É necessário que o professor se filie a uma delas e apresente aos alunos uma interpretação dos fatos geográficos em que o homem é um dos atores, dentro desse ponto de vista. O principal é ser coerente dentro do ponto de vista escolhido.

Duas são as escolas: *determinista* e *possibilista*. A conceituação clara e precisa de ambas será essencial.

Para nós, dentro da escola determinista, na explicação dos fatos da geografia, dever-se-á atribuir *sempre* um valor maior ao meio do que ao homem. Este último poderá quase igualar em valor. Outras vezes nenhum valor terá. O homem tem a ilusão de que domina e dirige a Terra e os fenômenos de que ela é sede, quando a natureza está em repouso. Quando revoltada (terremotos, inundações, erupções), o homem, possuidor de uma técnica e uma ciência muito adiantada, torna-se totalmente impotente. O que acontece nas sociedades complexas e de cultura já muito elevada é uma pura ilusão. Nestes casos torna-se necessário exame mais profundo, a fim de descobrir as influências mesológicas.

Na doutrina possibilista atribui-se *sempre* um valor igual ao meio e ao homem. Esta doutrina aceita, entretanto, as chamadas *influências*

diretas (terremotos, inundações, erupções). Cai assim no ponto de vista anterior. Esta parece-nos superficial e não estritamente científica. Devemos notar ainda que o professor Pierre Deffontaines, chefe da Escola Francesa, aproxima-se cada vez mais da doutrina determinista.

É necessário acentuar ainda que *determinismo não é predestinação*. No primeiro caso, o homem é um ser *ativo*; no segundo, seria um ser *passivo*, um joguete da natureza.

Queremos finalmente acentuar o fato de que a aceitação da escola determinista, em nada é contrária a qualquer conceituação religiosa. Bastará citar o exemplo do Professor Everardo Backheuser, nosso mestre, adepto das idéias e doutrinas de Ratzel, que atualmente professa lições magistrais nas Faculdades Católicas do Rio de Janeiro.

Aceitando a doutrina determinista queremos provar que os fatos por ela interpretados correspondem à realidade e que permitem melhor compreender o mundo de hoje, escopo máximo da Geografia.

Tomaremos por exemplo as *fronteiras*. Dois podem ser os conceitos: o *estático* e o *dinâmico*. O primeiro corresponde à *Geografia política* (ramo da Geografia); o segundo corresponde à *Geopolítica* (ramo da Política). Para este último a fronteira será uma "isóbara política", uma linha de força, uma linha de pressão, uma linha de tensão. Corresponderá à força expansionista da Nação. A compreensão de fronteira dentro deste critério permite compreender a frase do Presidente Roosevelt: "as nossas fronteiras estão no Reno".

Ainda em relação às fronteiras, podem elas ser *naturais* e *artificiais*. Para os adeptos do possibilismo, não existem fronteiras naturais. Para os adeptos do determinismo só estas existem. As fronteiras naturais são representadas por acidentes naturais. A natureza indica aos grupos humanos as suas fronteiras. Os grupos podem não aceitá-las e impor fronteiras arbitrárias ou artificiais. A luta que se verifica, entretanto, entre as diversas nações pode ser compreendida como a luta pela conquista de suas fronteiras naturais.

OBJETIVO DA GEOGRAFIA

Qual o fim que visamos no ensino da Geografia? Sendo uma disciplina em formação, que necessita dos materiais e das conclusões de outros muitos ramos do conhecimento, verifica-se, em primeiro lugar, a *luta pela expressão*. Esta luta consistirá em uma conceituação precisa

e no emprego adequado de cada termo. Para os alunos significará a aquisição de um vocábulo, nomenclatura e terminologia geográficas.

Devemos insistir junto aos alunos em que é essencial também na Geografia uma conceituação *precisa* e uma terminologia *própria e definida*.

Cuidado especial merecem ainda de nossa parte as *definições*. Conseguimos estas com o auxílio dos próprios alunos. O nosso trabalho consiste apenas em pôr em linguagem geográfica o definido.

A Geografia não mais é apenas *nomenclatura*. Não recorre apenas à *memória*. Papel importante na Geografia moderna cabe ao *raciocínio*. A conjugação desses três fatores permitir-nos-á alcançar o objetivo dessa disciplina no mundo aluai.

O ensino da Geografia entre nós deve acompanhar as tendências da educação moderna. Temos procurado alcançar esse objetivo levando os problemas aos alunos e apresentando o aspecto real dos mesmos, indicando as soluções possíveis, dentro de um sã patriotismo. Procuramos desenvolver o espírito *nacionalista e democrático*, ao mesmo tempo que a compreensão da *vida internacional*.

Procuramos desenvolver nos alunos a responsabilidade de uma atitude científica em face dos problemas. Mostramos ainda que a atitude depende do número de dados que possuímos a respeito do problema apresentado. Exemplifiquemos com o *açúcar*.

Propusemos aos alunos cinco perguntas. As respostas foram dadas por escrito e assinadas. Esplanamos a seguir o assunto e apresentamos o aspecto real do problema. Pedimos a seguir que os mesmos alunos respondessem a essas mesmas perguntas. Grande se mostrou o alcance de exercícios desse gênero.

Desenvolvemos desse modo, nos alunos, o espírito científico, a crítica serena e construtiva, a noção de responsabilidade. Poderão representar eles, assim, papel consciente na apreciação da vida geral do país e do mundo.

A Geografia bem entendida e ensinada estabelece certos hábitos de pensar e fornece método para observar, compreender e interpretar o mundo real e atual. Para isso, deve o estudo ser objetivo, concreto.

CULTURA DO PROFESSOR

Para que o professor possa enfrentar e resolver os problemas que a Geografia apresenta, qual deverá ser o seu tipo de cultura? Deverá ser enciclopédico o seu preparo? Sim e não. A fim de pôr em prática os princípios e a técnica do ensino desta disciplina deverá o professor ter um conhecimento amplo e profundo da Geografia, em seus múltiplos aspectos (história da geografia, cartografia, história das viagens e descobrimentos) ; orientação filosófica; conhecimento preciso dos fundamentos das diversas ciências (geologia, antropologia: física e cultural, etnologia, lingüística, matemática, física, química, astronomia, psicologia, sociologia e conhecimentos de desenho, zoologia, botânica, higiene, etc.); é necessário um conhecimento profundo ainda da História, disciplina colateral; essencial, igualmente, senso crítico bem desenvolvido .

Apresentando o professor de Geografia esses conhecimentos acima enumerados, poderá preencher as complexas funções que cabem a esta disciplina, que, nas suas *explicações*, tem de recorrer a outras ciências e ramos de conhecimento, e poderá fornecer aos alunos as relações existentes entre os diversos ramos do conhecimento. Ficará, assim, afastada a errônea idéia de matérias estanques.

O ensino da Geografia será feito com auxílio de quadros sinóticos, de chaves. A matéria deve ser bem ordenada e sistematizada. Os mapas são um auxiliar de máxima importância. O livro deve ser usado inteligentemente pelo professor.

Nas nossas classes fazemos exercícios os mais diversos. A *análise geográfica* de nomes geográficos. O preparo de álbuns. A leitura e comentários de livros. A organização de biografias dos grandes navegadores e dos grandes geógrafos. O preparo de pequenas monografias.

Deste modo temos conseguido despertar nos alunos o interesse pela disciplina. Anualmente organizamos inúmeros álbuns e trabalhos geográficos de real valor.

Tentamos, por essa forma, alcançar o objetivo a que nos propusemos ao ensinar geografia, disciplina das mais belas e úteis.

JONATAS SERRANO, EDUCADOR

F. VENÂNCIO FILHO
Do Instituto de Educação do Distrito Federal

Há figuras humanas cuja falta só se faz sentir quando desaparecem. É aí que se percebe o espaço que elas ocupavam, tão discreta fora a sua presença. Só agora e, cada vez mais, é que se há de notar o que foi e o que fez, no pouco mais de meio século de existência, Jonatas Serrano. No balanço de valores intelectuais e morais do seu tempo a sua personalidade avulta em dimensões imensas. Foi precisamente um polígrafo. Nada de humano lhe era estranho. Realizou, como poucos, aquela fórmula empírica e simplificada de cultura: sabia de tudo um pouco e tudo de um pouco. Esse pouco era a História da Civilização, especialmente do Brasil, que conhecia a fundo, no seu conteúdo nuclear e nas regiões circunvizinhas. Escrevia com correção consciente, dominava à vontade o latim e sem esforço o grego. Falava, com fluência, francês e inglês e lia o espanhol, o italiano e o alemão. De formação jurídica e literária, tinha notável cultura científica e filosófica, sempre *à lá page*, através de permanente curiosidade, servida por uma velocidade espantosa de leitura e capacidade rara de retentiva, em fontes autênticas.

E tudo por indomável esforço próprio, de autodidata.

Tudo isso tê-lo-ia levado à fortuna na advocacia, em que o conduziu o seu rigoroso espírito lógico. Poderia ter feito carreira pública, pois, recusou, com vinte e poucos anos, o convite de Belizário Távora, chefe de Polícia, para seu secretário. É que obedecia a uma vocação invencível; a de educador que, integralmente, o foi.

Educador, no sentido mais amplo do termo, pela inteligência, pela cultura, pela dedicação, pelo espírito de justiça, pela integridade. E como lhe era um imperativo, começou muito cedo, impondo-se desde logo ao conceito de mestres, discípulos e colegas. Grave e reservado, embora atencioso e polido, teve infância e adolescência sem folgas, nem

alegrias, já pelas condições de vida, já de temperamento. No Colégio Pedro II, onde fêz seu curso secundário, uma de suas maiores afeições foi o professor Alfredo Alexander, esquisito e meio misantropo, de quem se tornou companheiro dos longos passeios e que o levou até Juiz de Fora em excursão de férias. É dessa época o retrato que lhe traça Escra-gnolle Dória: "Era um menino franzino, tímido, esquivo, uma dessas crianças pelas quais de relance, na jíria delas, *não se dá nada*. O menino transfigurava-se, porém, transposto o limiar da aula". Começou a carreira no magistério particular, especialmente no antigo Colégio Paula Freitas, onde fêz dois dos seus maiores amigos, José Piragibe e o mesmo Escragnoille Dória.

Paraninfo de uma de suas primeiras turmas, o seu formoso discurso, formoso peto fundo e pela forma, ainda hoje, passados mais de 25 anos, pode ser lido.

Nesta época escreve aquela modelar "Epítome de História Universal". em que se revela para logo a sua qualidade mais característica de professor, que era o método, o senso de seleção, a dosagem, livro que é ainda hoje prestante e em que se informaram não milhares, mas milhões de jovens brasileiros. Tardou a oportunidade do seu ingresso no magistério oficial do colégio em que estudara. De permeio, faz concurso memorável. para a Faculdade de Direito de Niterói. Só em 1925 é que concorre ao Colégio Pedro II. O seu concurso, as suas provas, constituem página indelével na história cultural daquela casa. A sua tese, composta de duas partes, uma, comum a todos os candidatos, "Da idéia de Independência na América" e a outra, de livre escolha, sobre "Corporações medievais", vinha confirmar todo o prestígio que o cercava. A defesa foi magistral, pela segurança e profundidade dos conhecimentos, pela eloquência da forma, pela firmeza no debate, leal e franco.

Mas, foi na prova oral, sobre a "Guerra de Secessão" que Jônalas Serrano atingiu o ponto culminante de sua carreira de professor emérito. Que modelo de aula! Pelo método didático, pela forma elegante e fluente, adequada ao assunto e à finalidade, pela erudição apositada, ao nível de aluno e. ao mesmo tempo, aqui e ali, os traços luminosos de cultura profunda e das fontes originais. As últimas palavras vivas de emoção empolgante, a descrição do assassinato de Lincoln, coincidiram exatas com o término do tempo, e foram seguidas de uma incontida manifestação de aplauso de toda a assistência.

O professor Raja Gabaglia, o brilhante e inexcédível argüidor, ao dar-lhe a nota máxima, pôde dizer, que sentia não dá-la maior e que o

Colégio Pedro II marcava naquele momento uma das páginas mais memoráveis da história dos seus concursos, Classificado em primeiro lugar, como de elementar justiça, passou a ser uma das primeiras figuras daquela Casa, pelo respeito e contento unânime de colegas e discípulos.

Professor que era desde 1916, da antiga Escola Normal, onde ingressara por provas, na administração Afrânio Peixoto, foi o único que atendeu ao apelo deste eminente educador para que cada um escrevesse a metodologia de sua disciplina.

Com a vinda de Fernando de Azevedo para a Diretoria Geral de Instrução Pública, torna-se, desde logo, um dos mais prestimosos auxiliares da notável administração. É nomeado Diretor da Escola Normal, cargo que exerce com o mesmo espirito de justiça e de equilíbrio. Colabora na preparação da reforma educacional de 1928, não apenas com o seu prestígio, mas com a sua atividade e cultura.

O ante-projeto da reforma foi elaborado por uma Comissão pro-vecta, de que faziam parte Renato Jardim, Jônatas Serrano, Maria dos Reis Campos, Paulo Maranhão, sob a presidência de Fernando de Azevedo. Há de um da fazer-se justiça completa a esta lei, marco da nossa evolução educacional. Resultou da impossibilidade de aplicar uma legislação profusa e confusa. Foi precedida de um recenseamento escolar. Foi elalx>rada e debatida em 10 meses, em que tudo foi examinado e pesado, conceitos e forma. Poderá, de futuro, um Stendhal nela estudar estilo, como no Código Civil. Depois, exemplo único na nossa História, não foi promulgada por autorização em cauda de orçamento, mas debatida no órgão legislativo e na opinião pública, com liberdade e amplidão. Feita a lei, foi à mesma prestante a colaboração de Jônatas Serrano na sua aplicação. Sucede a Vicente Licínio Cardoso, seu velho amigo, como subdiretor e, neste alto posto, foi o mais dedicado e prestigioso auxiliar de Fernando de Azevedo. Dirige o "Boletim de Educação Pública", em 1910, de que saem os quatro números devidos, sendo o 4.º, já quando não se achava mais no cargo, mas que deixara ultimado. É modelo no gênero, não só pelo conteúdo, como pela apresentação. Presidiu aos memoráveis concursos, com que foram providos todos os cargos técnicos vagos ou criados. Realizou uma admirável exposição de cinema educativo, em que foram balanceados recursos e possibilidades, organizando o núcleo inicial da filмотeca educativa da Prefeitura do Distrito Federal.

Acompanhou, de perto, a construção e instalação do palácio da rua Mariz e Barros. Sem contar a colaboração diária, sincera, leal, que prestou ao grande Diretor, na intimidade de uma amizade que o correr

dos anos só aumentou, cada vez mais, na Recíproca admiração. Trabalhador incansável, mor hábito e por temperamento, as férias prematuras de 1930 dedicou, na companhia afetuosa e cheia de admiração e respeito de um dos seus amigos, a escrever "Cinema e" Educação", que a prestigiosa coleção de Lourenço Filho acolheria. Escreve, logo depois, a "Escola Nova" — "Uma palavra serena num debate apaixonado", já tendo publicado a sua admirável "História do Brasil", que Roquette Pinto coloca ao lado da de João Ribeiro. Com a reforma do ensino secundário do Ministro Campos, inicia a publicação dos modelares compêndios de História da Civilização, onde inovou tanta coisa, com a larga experiência de seu esclarecido tirocínio no magistério. Escreve um livro modesto, mas com o propósito de ser útil, antes de se mostrar erudito, o que lhe seria fácil. É o "Como se ensina História".

Ao lado dessa atividade normal, a sua ação de educador é imensa. Colabora na Associação Brasileira de Educação, toda a vez que a sua contribuição se torna necessária. Em 1933 é um dos seus presidentes. Escreve livros vários, realiza conferências, escreve artigos, em todas as oportunidades em que julgue necessária e útil a sua presença. Cioso de suas convicções, não malbaratava a sua cooperação, porque sempre a dava de todo, mas também não a negava, sem motivo.

Católico que foi sempre, sem crises nem conversões, conforme afirmava, ninguém mais tolerante e generoso.

Na única viagem que fez ao estrangeiro em companhia de um dos seus amigos, dos mais humildes e fiéis, cumprindo velho desejo de ver Paris e Londres, foi até Lourdes. Chegado à noite, na manhã seguinte bate à porta do quarto do companheiro para lhe dar um abraço e dizer-lhe que viera da missa, onde comungara e confessara, e agora convidava-o para um passeio pela cidade, naquele dia que considerava um dos seus mais felizes. Sabendo-o meio agnóstico, seria a parte humana a que lhe interessaria. Nenhuma preocupação de catequese ou imposição de idéias, respeitoso sempre das convicções alheias. Por isso perde o Catolicismo no Brasil uma das suas maiores figuras.

O educador em Jônatas Serrano está presente sempre.

A obra biográfica que fez do Padre Júlio Maria, como de Farias Brito, com a peregrinação cuidadosa pelos lugares evocativos, é uma lição de justiça e de probidade. Os seus livros de ensaios, como "Deus o quer", "Homem e Idéias", contêm páginas exemplares.

A sua "Filosofia do Direito", o recente compêndio sobre "História da Filosofia", são livros que todos devem ler, porque neles há sempre

uma palavra de fé, de elevação, de cultura, como o foi a sua última oração. É cedo ainda para avaliar-se em verdadeira grandeza a ação e a obra de Jônatas Serrano, tanta é a mágoa de sua falta.

Nas Associações Católicas, na Associação Brasileira de Educação, como na antiga Liga Pedagógica do Ensino Secundário, no Instituto de Educação, no Colégio Pedro II, em vários colégios particulares, no Conselho Nacional de Educação, na Universidade do Ar, em toda a parte em que uma vez esteve presente, esta falta e esta mágoa exigem o tempo para a perspectiva necessária.

Então, Jônatas Serrano ressaltará como uma das maiores figuras do Brasil no seu tempo, pelo conjunto de predicados que mais nobilitam o homem. Neste dia há-de ser tão grande quanto o seu perfil a gratidão dos que lhe devem em exemplo, cultura, ensinamentos. Jônatas Serrano foi dos maiores educadores do Brasil em todos os tempos.

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE JORNAIS E REVISTAS INFANTIS E JUVENIS (II)

Em teu último número. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS iniciou a publicação dos resultados de uma investigação procedida pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos sobre jornais e revistas infantis e juvenis publicadas no Rio de Janeiro. Foram dados a conhecer os resultados da análise relativa à apresentação material dessas publicações (tipos ou caracteres de imprensa, entrelinhas, larguras das colunas, nitidez da impressão) ; e, assim tam-bém quanto à análise realizada sobre o seu conteúdo, em geral (programa, freqüência de assuntos, enredo das narrativas, ambientes de ação mais freqüentes, atos e fatos principais, personagens, objetos constantes das gravuras, nacionalidade dos autores). Dão-se a seguir as partes referentes ao exame da linguagem e ao estudo feito sobre as ilustrações, abordando-se outros aspectos especiais das publicações, tais como os de "colaboração dos leitores", adequação da matéria aos leitores de um ou outro sexo, e anúncios. Em seu próximo número, esta REVISTA publicará os resultados dos inquéritos a que o I. N. E. P. procedeu entre jovens, pessoas de suas famílias e professores, para apreciação das influências, boas ou más, de leitura freqüente de jornais e revistas infantis e juvenis. Como se fez em relação à parte já divulgada, os nomes das publicações, sobre que versou a investigação, são substituídos por letras, pois este trabalho, ao mesmo tempo que procura esclarecer os educadores sobre o importante problema social que a leitura de crianças e jovens representa, destina-se a. oferecer elementos para que as empresas editoras aperfeiçoem seu trabalho.

IX — A LINGUAGEM DAS PUBLICAÇÕES

Em publicações destinadas a crianças e adolescentes, a questão da linguagem é, por certo, das mais importantes, O ideal será o emprego de forma sempre correta; de vocabulário adequado às várias idades a que as publicações se destinem; e, ainda, de redação clara e simples, mas capaz de inspirar bom gosto literário.

Para o estudo deste ponto, foi tomada à coleção de cada jornal, ou revista, matéria correspondente a 20% do texto total de cada uma. Cada amostra foi, então, cuidadosamente analisada, pelos aspectos da correção gramatical e da adequação da linguagem, em geral.

Levantaram-se tabelas referentes a cada jornal ou revista, em percentagem sobre a matéria constante da amostra retirada a cada coleção; para certos pontos, calcularam-se também percentagens gerais.

Preparou-se, à parte, uma tabela de percentagens de erros tipográficos, nela considerados também os senões que tivessem ocorrido por incoerência no uso da ortografia adotada.

a) *Correção da linguagem*

De modo geral, a linguagem empregada nas publicações não se apresentava com graves incorreções gramaticais. E' de supor que grande parte dos erros notados devesse correr por menos cuidadosa revisão. Observavam-se, no entanto, senões de concordância verbal, de regência, de colocação pronominal, freqüentes barbarismos, e passagens de redação obscura.

Quanto à correção gramatical, propriamente dita, a matéria examinada em cada amostra revelava erros que comprometiam de 1 a 2 por cento das linhas analisadas. Nessas percentagens não se incluíam, porém, as deficiências de revisão tipográfica; incluídas estas, a taxa se elevava para 8%, em geral, variando de modo sensível em cada publicação.

E' o que se vê nos números abaixo, em percentagem, sobre a matéria de cada amostra:

PUBLICAÇÕES	A	B	C	D	E	F	G	H	I
% de erros:	12	6	8	9	5	2	5	2	5

A maior parte dos erros se dava na concordância verbal, inclusive no emprego de tempos relativos; no uso freqüente de barbarismos; na regência e colocação pronominal.

Os estrangeirismos ocupavam, geralmente, metade da taxa com que se assinalavam os barbarismos.

O Quadro XI dá-nos a distribuição de erros e deficiências de redação, segundo cada publicação, em percentagem sobre a totalidade dos erros anotados em cada amostra.

QUADRO XI — ERROS E VÍCIOS DE LINGUAGEM SEGUNDO
AS PUBLICAÇÕES

ESPECIES	PUBLICAÇÕES								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Concordancia.....	44	42	45	62	27	24	13	48	51
Barbarismos.....	24	29	27	8	25	19	26	5	9
Regência e Col. prom.	11	13	17	15	14	10	25	24	23
Obscuridade.....	11	13	3	8	3	2	—	—	6
Diversos.....	10	3	8	7	31	45	36	23	11
TOTAL.....	100	100	100	100	100	100	100	100	100

A elevada taxa de estrangeirismos é explicada pela circunstância de trabalharem as empresas, em geral, com material de publicações preparadas no estrangeiro, para leitores de outra língua que não a nossa. Apenas em duas das publicações estudadas, D e H, não se notaram tais vícios de linguagem.

Os índices referentes aos estrangeirismos, nas diferentes publicações tomados em percentagem sobre o total dos senões de linguagem, assim se representavam:

PUBLICAÇÕES	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Estrangeirismos ..	8	13	3	—	3	5	13	—	6

E' de notar que não se computaram, para o cálculo acima, as inter-jeições originais das gravuras importadas, e, as mais das vezes, não adaptadas à nossa língua, (para aproveitamento de clichês, ou matrizes, sem maior dispêndio) tais como: POW! WHAM! REESH! SCREE! CHH! BIFF! SOKK! BANG! SOK!

Dão-se a seguir alguns trechos considerados como de redação imperfeita na análise a que se procedeu:

"...uma larva, ainda *moça*. Tem glândulas produtoras de seda com que *fazem* os seus casulos... (I, 8, pg. 3);

" Comprara um burro manhoso, que, todas as vezes que o Manuel enchia-lhe as cangalhas... (A, 1, pg. 1);

"E' preciso encontrá-los na tarde de amanhã..." (E, 8, pg. 24);

"Conheceste La Bruyère quando ele vinha à loja de vosso pai?... (F, 2, pg. 3).

"... não cessava de procurar quem o reduzira nesse estado." A, X, pg. 43). "... o qual chegue em tempo para evitar que Jaguarí fosse vítima (ibid.)

De tradução imperfeita colheram-se, em uma só página, estes expressivos exemplos! (A, X, pg. 24) :

"Qual é a cidade americana dos saltos? Salt Lake City."

"A instituição de fraternidade legal mais antiga do mundo foi fundada na Universidade de Michigan".

"A metade da superfície da Terra é tão deserta, fria ou úmida que só podem viver nela 10 milhões de pessoas, a centésima parte da povoação total do mundo".

Transcrevem-se, agora, alguns trechos anotados pela redação descuidada :

"Agora os três aventureiros terrenos estavam empenhados em uma caçada de monstros lunáticos, organizada pelo próprio rei para que os mesmos conhecessem seus domínios". (A, 1, pg. 8);

"Quando o silêncio era maior na eterna noite lunar, e de vez em quando perturbado por uma gargalhada do alegre rei. Um ruído pavoroso estrondou que fêz tremer toda a Lua". (A, 1, pg. 8);

"Daí a instantes penetra na avenida do Mangue e avista um quilômetro na frente o adversário todo encolhido". (B, 5, pg. 5);

"E recebe a esmola de duas torradinhas porque a senhorita não quer engordar. .. Em consequência, não têm os tecidos onde retirar as substâncias de que carecem para se renovarem". (B, 10, pg. 18);

c) Adequação da linguagem

A correção de linguagem é *requisito*, em qualquer produção; o estilo, sua *qualidade*. A análise procedida neste ponto não teve em vista examinar propriamente as qualidades literárias de estilo, mas, ao menos, a adequação da redação aos assuntos e à classe dos leitores habituais das publicações em exame.

E' evidente que a linguagem mais adequada para crianças e jovens será a de redação natural, clara e simples.

Examinadas, ainda aqui as amostras de 20% da matéria total de cada publicação, foi logo possível agrupar os diferentes trechos em duas categorias, segundo o critério acima: a) *redação adequada*; b) *redação inadequada*.

O cômputo geral deu o seguinte resultado, em percentagem, segundo as publicações:

REDAÇÃO	PUBLICAÇÕES								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Adequada.....	70	83	65	64	57	76	95	75	80
Inadequada.....	30	17	35	36	43	24	5	25	20
TOTAL.....	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Destacava-se, assim, a publicação G, pela adequação da linguagem; boa taxa apresentavam ainda as publicações B e I.

A matéria julgada não adequada apresentava vários tipos de redação: a) eivado de *plebeísmos grosseiros*, ou termos de *gíria* absolutamente impróprios, com 13% no total da matéria examinada; b) *confuso* ou empolado, com 4%; c) *excessivamente elevado*, por complexidade ou emprego de termos técnicos não explicados, 3% ; d) e, enfim, por *excessivamente piegas*, ou alambicado, com abuso de diminutivos e frases de sentimentalismo postiço, 1,5%.

O uso de plebeísmos foi especialmente notado nas publicações C, D, E, H e I; o de estilo piegas, na publicação F; o de redação muito complexa, na publicação C.

Dão-se, a seguir, alguns trechos característicos dos tipos de redação considerados como pouco adequados em publicações do gênero das que se examinam :

Exemplos de gíria:

"Foi sopa ! Vamos agora ao castelo prender o ditador e dar um baile".

"Viva! Será que o escutei direito mesmo?... (I, 1, pg. 16).

Formidável ! Maravilhoso ! Puxa, sinto-me como se estivesse sonhando, (I, 1, pg. 16).

"E' o cúmulo do peso vir cair numa ilha onde o meu sócia deu o fora na noiva !

"Darei o fora nelas, papai! (H, 6, pg. 32).

Redação confusa:

" Que quer dizer " liberdade de imprensa" ? Isto é um direito que os governos liberais concedem aos cidadãos para que estes publiquem tudo o que desejam. Para a proteção da sociedade, são necessárias certas leis que res-trinjam a liberdade excessiva da imprensa".

"Os selos do correio são conhecidos como sendo as menores cauções empregadas no mundo, e constituem um bom emprego de dinheiro. Para uma

peessoa que procura empregar bem o dinheiro, os selos de alta patente, merecem segurança. Quando a libra estava a 3 dólares e 50 muita gente comprou os selos coloniais britânicos e hoje, com a libra acima do par, o valor as aumentou mais". (A, 9, pg. 6).

Redação elevada:

" As obras teatrais de Enrique Ibsen, dramaturgo norueguês do século XIX, foram as primeiras em ver a importância dos problemas sociais contemporâneos. Destarte, o " ibsenismo" significa análise psicológica das convenções sociais, feita em forma dramática". (E, 4 pg. 20).

" Montejo Filho concentrou seus galuchos na maior das colinas artificiais, antigo alicerce de um templo enorme, colocando a cavalaria e os soldados dotados de armas de fogo no sopé do outeiro, enquanto que os arqueiros se escalonavam nas rampas". (C, 10, pg. 3).

X — AS ILUSTRAÇÕES

Abundantemente ilustradas, as publicações infantis e juvenis exercem influência, sobre seus leitores, não apenas pelo texto (assunto e linguagem), mas, também, pelas sugestões de toda ordem que se contenham nas gravuras.

Já ao examinar o fundo geral das histórias e contos, fêz-se menção dos objetos mais freqüentemente representados nas ilustrações. Tornava-se necessário, no entanto, estudo mais particularizado desta matéria.

Esse estudo deveria, levar em conta a quantidade de espaço reservado às ilustrações; seu aspecto técnico de apresentação geral, e qualidade da impressão; e sua possível influência educativa, enfim.

a) Espaço reservado às ilustrações

Contadas, em todas as coleções, as páginas ilustradas, obtinha-se o seguinte resultado, em percentagem, segundo as publicações:

PUBLICAÇÕES	A	B	C	D	E	F	G	II	I
Páginas ilustradas.	81	62	100	100	89	97	100	95	99

Tomadas depois, amostras iguais, em relação a cada publicação, mediu-se, em centímetros, a superfície impressa, para verificação do es-

paço reservado ao texto, e às ilustrações respectivamente. O resultado, em percentagem, é indicado a seguir, segundo cada publicação:

PUBLICAÇÕES	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Superf. ilustrada .	61	48	74	72	85	23	57	51	62

Como se vê apenas as publicações B, F, e H eram mais pobres em ilustrações. Todas as demais lhes reservavam 2/3 partes, ou mais, da superfície impressa.

b) *Aspecto geral das ilustrações*

As gravuras empregadas eram, na mais alta percentagem, ou em 93%, para o conjunto das publicações, constituídas por clichês *a traço*, reproduzidos, por fotogravura, de desenhos a carvão ou nanquim; apenas 7%, em clichês *de retícula*. Destes últimos, reproduziam desenhos coloridos, de melhor composição, 6%; a reprodução de fotografias compreendia apenas 1%.

Este particular logo levaria a concluir pela apresentação mais constante de composições de ficção o que corresponde à classificação anterior do texto, mais constante também em histórias e contos. E' de notar, porém, que três publicações, A, B e G, apresentavam, em média, 9,5% de desenhos de natureza técnica, com reprodução de motivos de realidade (estudo de animais ou plantas, instrumentos científicos ou outros).

Quando ao aspecto geral, tornou-se ainda possível separar as ilustrações, segundo várias espécies: a) *desenho caricato*; b) *desenho singelo*, sem sombras; c) *desenho rudimentar*, com representação apenas de 1. plano; d) *desenho artístico*; e) *desenho técnico*; f) *fotografias*.

Indicam-se, em percentagem, sobre o total da amostra estudada, para cada publicação, a distribuição correspondente.

QUADRO XII — TIPOS DE ILUSTRAÇÕES (EM PERCENTAGEM)

TIPOS DE ILUSTRAÇÕES	PUBLICAÇÕES								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
<i>Desenho:</i>									
Caricato.....	56	33	20	32	8	54	4	33	22
Singelo.....	27	15	68	59	78	39	70	62	66
Rudimentar.....	12	46	8	1	6	5	21	1	6
Artístico.....	3	1	3	7	8	2	4	1	5
Técnico.....	1	1	—	—	—	—	—	2	—
<i>Fotografias.....</i>	1	4	1	1	—	—	1	1	1
TOTAL.....	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Reproduzem-se adiante algumas amostras dos tipos que serviriam a esta classificação de ordem geral, para melhor compreensão do critério adotado.

Outro ponto a considerar na apresentação geral das ilustrações seria o emprego de gravuras coloridas, ou não. No conjunto das publicações, a impressão em negro predominava, com cerca de 75% sobre o total da matéria analisada.

O emprego de gravuras em cores, fosse em tricomia, mais rara, fosse em colorido *de fundo de chapa*, variava muito de uma para outra publicação, não se representando mesmo em duas delas, F e G.

Dão-se a seguir as percentagens de gravuras em cores, para cada publicação:

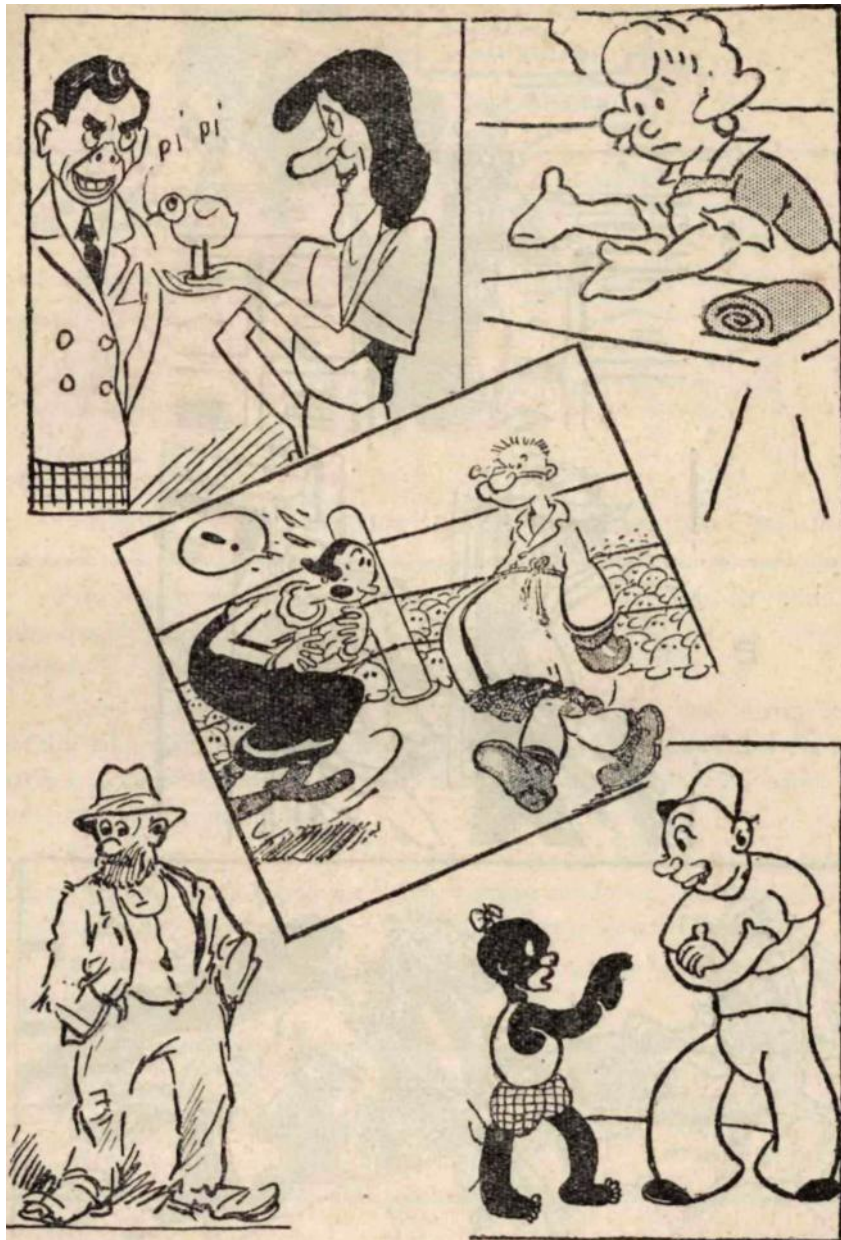
PUBLICAÇÕES	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Grav. em côres.....	31	39	33	38	16	—	—	28	27

c) *Nitidez das ilustrações*

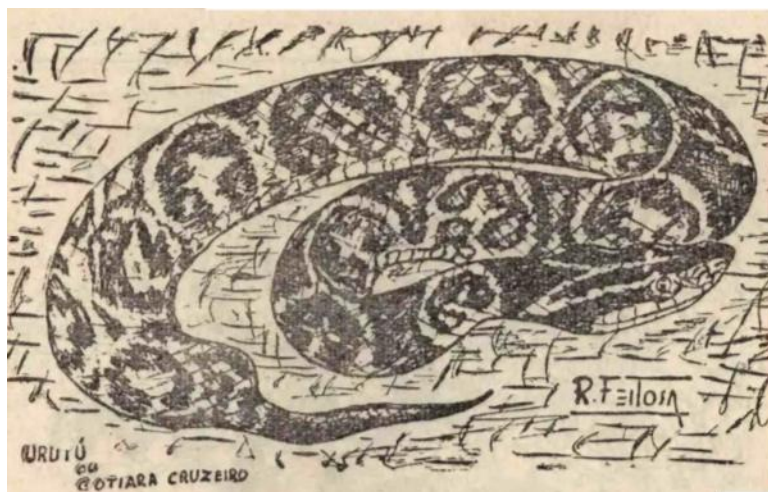
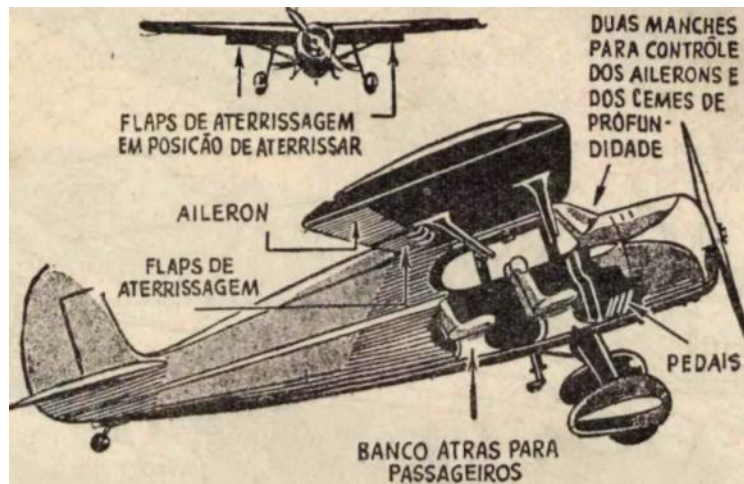
Como seria de supor, à vista da indicações com relação à impressão do texto, nem sempre se apresentavam as ilustrações com a nitidez a desejar.



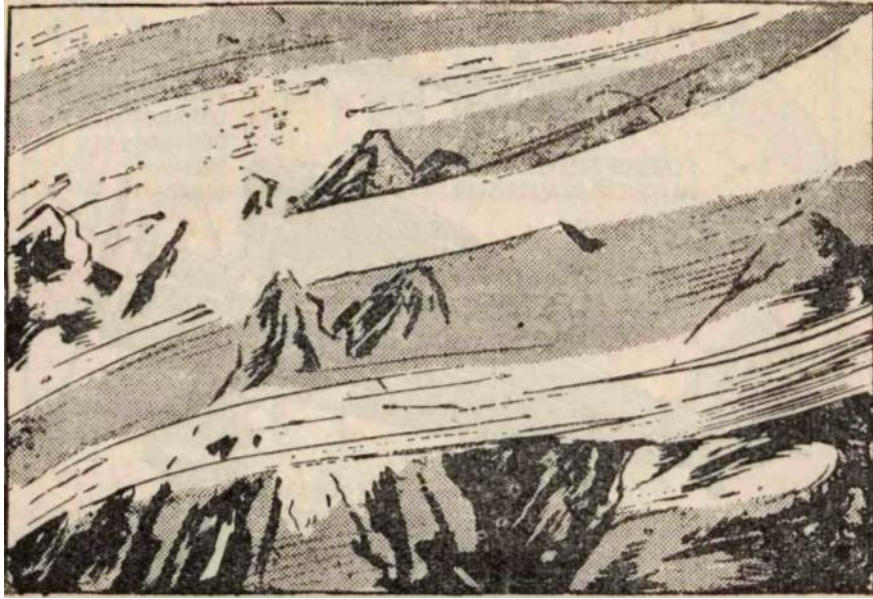
*Tipos de ilustrações que comumente utilizam as publicações infantis e juvenis:
a) desenho rudimentar; b) desenho simples, de boa técnica; c) desenho de mais
apurada composição artística.*



Tipos de desenhos caricatos, estampados especialmente pelas publicações infantis.



Tipos de desenho técnico, de feitura mais ou menos cuidada, utilizados por algumas das publicações.



Tipo de ilustrações pouco claras, quer pela composição quer pela técnica do desenho.

Em duas publicações, F e G, mais de metade das gravuras tinham impressão falhada, ou borrada; as publicações A, C, D, E apresentavam, em média 3% de ilustrações com impressão apagada.

Consideradas as páginas ilustradas, em cada amostra, obtiveram-se os seguintes dados, segundo as publicações, em percentagem:

PUBLICAÇÕES	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Boa impressão:.....	74	95	61	62	73	47	40	64	65

d) *Clareza das ilustrações*

A boa ou má reprodução pode tornar mais ou menos clara a matéria de uma gravura. Antes disso, porém, haveria a considerar a própria concepção original. Examinaram-se ilustrações muito claras, facilmente compreensíveis; e outras, complexas, ou confusas, tornando difícil a percepção das cenas, atos ou situações que procuravam ilustrar. Estas atingiam 4%, sobre toda a matéria examinada.

As amostras das publicações A e B continham percentagem mais elevada de gravuras pouco claras, 8% e 57%, respectivamente.

e) *Personagens das ilustrações*

As personagens das ilustrações acompanhavam, como seria natural, o sentido geral e os tipos das narrativas. Destes, vimos que os contos policiais e de aventuras predominavam nas publicações C, E, H e I. Vimos também (Quadro IX) que, em várias delas, predominavam os tipos de criminosos e heróis de aventuras rocambolescas.

Figuras de má catadura, ou de aspecto repelente, eram, assim, frequentemente representados, em cenas de crueldade ou na perpetração de crimes. Muitas vezes, personagens femininas apareciam também representadas de modo inconveniente em publicações destinadas a crianças e jovens.

Boas composições, pelo tema e pela técnica da apresentação, também apareciam, como adiante se mostra, sempre, porém, em diminuta percentagem.



Composição de uma página de uma publicação juvenil, em edição de maio do corrente ano. Como se vê as figuras femininas são apresentadas com absoluta impropriedade.



Heroes de histórias ilustradas, colhidos num só número de uma das publicações juvenis editadas no Rio de Janeiro, (edição de novembro de 1944).

XI — ALGUNS ASPECTOS ESPECIAIS

Alguns aspectos especiais, ainda com relação ao contendo, deverão ser aqui salientados, pois por eles se poderá aquilatar também de boa ou má influência educativa das publicações em exame.

O primeiro é o do interesse, na própria vida das publicações, por parte dos leitores, pela inserção de composições de sua lavra, e a participação em concursos dos mais diversos gêneros.

a) *Colaboração dos leitores*

Apenas três publicações, A, B, e F, apresentavam seções especiais destinadas a trabalhos de leitores (pequenas composições e desenhos). Esta última, seguidamente, oferecia alguma orientação aos que assim se ensaiassem na produção literária, mantendo uma seção de correspondência. A apreciação dos trabalhos limitava-se, porém, a indicar erros, sem maiores observações sobre o modo de evitá-los, ou o de aperfeiçoar as composições enviadas.

As circunstâncias apontadas não tornaram assídua a colaboração dos leitores ou, pelo menos, o aproveitamento dela. Na coleção de todo um ano, nas três publicações referidas, A, B e F, apenas se estamparam 190 trabalhos de leitores, inclusive desenhos.

Quase metade desses trabalhos não indicava a idade do autor. Pelo exame da porção, que trazia essa indicação, verificava-se que, nas publicações infantis, (A e B), predominavam trabalhos de crianças de 9 a 12 anos. Na publicação F, (juvenil), predominavam os de autores de 12 a 14 anos.

No conjunto, as idades dos autores, assim se representavam:

<i>Idades:.....</i>	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
<i>%</i>	3	7	16	16	14	14	15	10	3	2

Estes números, embora referentes à amostra relativamente pequena, permitiu aquilatar da distribuição das idades dos leitores, mais assíduos nas publicações estudadas. Verificou-se que os leitores entre 9 e 14 anos representavam 85% do total.

A análise dos assuntos de colaboração dos leitores evidencia, a um tempo, duas espécies de influências: a da vida escolar, e a dos assuntos mais constantes dos próprios jornais e revistas aqui considerados.

A influência escolar mostrava-se em cerca de 40% da colaboração, e referia-se a assuntos instrutivos, fatos de história pátria e temas literários ingênuos.

Porcentagem quase idêntica era tomada pelos contos e narrativas, em que já se podia perceber a influência de temas e assuntos de aventuras, constantes das publicações.

O gosto natural pela poesia não parecia extinto: as composições poéticas montavam a quase 10% do total dos trabalhos enviados por crianças e jovens

b) *Adequação da matéria geral das publicações à mentalidade dos leitores de um e de outro sexo.*

Outro aspecto examinado nas publicações, em geral, foi o da adequação da matéria impressa, à mentalidades dos leitores de um ou de outro sexo.

Estabeleceram-se os seguintes critérios para esse exame: a) consideravam-se de interesse preferencial *para meninos e rapazes* as produções que tivessem como tema central brinquedos, esportes e aventuras violentas; b) *para meninas e mocinhas* tiveram-se em conta os assuntos próprios da vida doméstica, plantas e flores, narrativas de fundo sentimental ou romântico, esportes adequados ao sexo; c) *para ambos os sexos* toda a matéria restante e, assim, não classificada como de interesse preferencial, para um ou outro.

A classificação, no conjunto das publicações, revelou que apenas 8% da matéria podiam ser tidos como preferenciais para meninas e moças; 38%, de interesse especial para meninos e rapazes. Os restantes 54% não representavam matéria preferencial.

Para cada publicação, no entanto, variaram sensivelmente os resultados ; em duas delas H e I, nada se encontrava de interesse preferencial para meninas e moças.

O Quadro XIII indica, em percentagem, a matéria preferencial para um e outro sexo,, segundo a análise a que se procedeu.

QUADRO XIII — ADEQUAÇÃO DA MATÉRIA AOS LEITORES DE UM E OUTRO SEXO

MATÉRIA PREFERENCIAL	PUBLICAÇÕES								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Para meninos e rapazes...	33	45	10	61	31	18	5	21	8
Para meninas e moças...	12	8	2	9	12	24	5	—	—
Sem discriminação.....	55	47	88	30	57	58	90	79	92
TOTAL.....	100	100	100	100	100	100	100	100	100

c) *Anúncios*

Muito pequeno espaço reservavam algumas publicações a anúncios, quase sempre referentes a novas edições do próprio jornal ou revista.

Três publicações, no entanto, A B e F, freqüentemente apresentavam matéria de publicidade geral: anúncios de brinquedos, vestuário, alimentação, ou outros artigos de comércio.

O conteúdo dessa matéria de propaganda comercial nem sempre aparecia em linguagem adaptada aos leitores habituais das publicações. Sua influência pode ser considerada pequena.

E' de notar, porém, que a publicação indicada neste estudo pela sigla A vinha estampando, em todos os seus números, anúncio de uma revista de "ocultismo e espiritualismo científico", em que se notavam estes dizeres: "Todo o garoto, toda a garota tem o seu futuro desvendado em..."

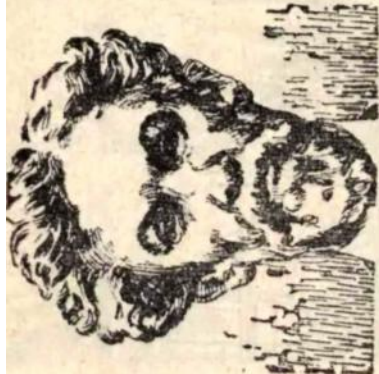
XII ---- O CONTEÚDO, EM GERAL

Das indicações e números relativos ao conteúdo das publicações, em geral, será possível retirar desde logo algumas conclusões quanto às influências, boas e más, que as publicações examinadas estejam exercendo sobre crianças e jovens.

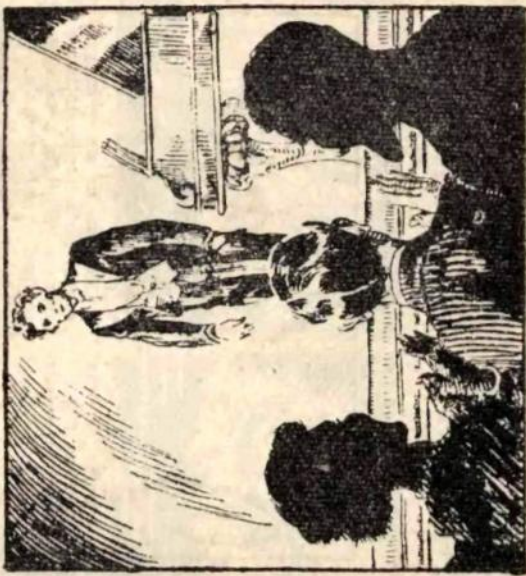
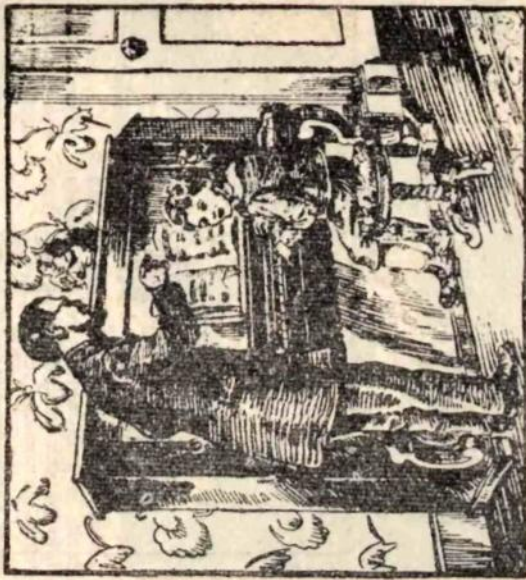
Mais objetivamente, porém, serão elas traçadas, depois da divulgação da parte em que se resumam os resultados do inquérito & que procedeu o I.N.E.P, entre os próprios leitores, mães e professores, e ainda também, depois do estudo dos interesses de leitura, nas idades a que as publicações em exame normalmente se destinam.

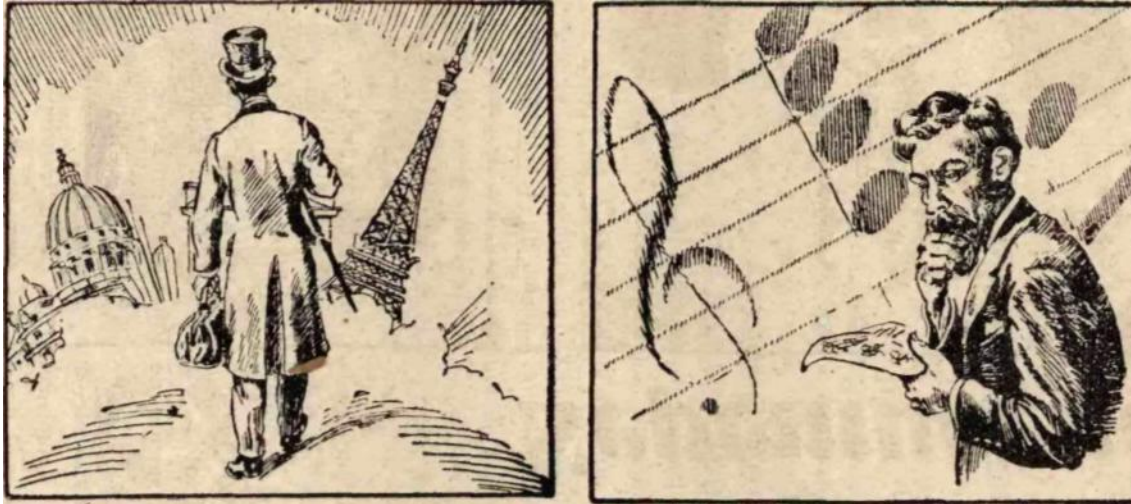


Aspecto parcial de nina página da publicação H, (infantil) edição de maio de 1940. (Autor nacional, Miguel),



Alberto Nepomuceno





Composição de uma página da publicação D, (infantil) edição de dezembro de 1942. Excelente como composição geral, e propriedade do desenho. (Autor nacional. Rodolfo).

CONSTRUÇÕES ESCOLARES NO RIO GRANDE DO SUL

Na inauguração de novo edifício escolar, na cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, proferiu o Secretário de Educação e Cultura deste Estado, dr. J. I. Coellio de Sousa, o seguinte discurso, sobre o plano de construções escolares aí já em grande parte realizado:

"A segunda etapa da obra de construções escolares teve início há poucos dias com o lançamento da pedra fundamental do novo edifício destinado ao Grupo Escolar da tradicional Rio Pardo — e boje se pratica idêntico ato nesta próspera cidade.

Espera a Secretaria das Obras Públicas — a cujo titular e corpo de engenheiros rendo aqui alta homenagem — iniciar, ainda no corrente ano, as concorrências para mais um grupo de prédios, localizados nos seguintes municípios: Arroio Grande, Soledade, Cai, Rosário, José Bonifácio, Santa Rosa, São Lourenço, Porto Alegre (2 edifícios), Getúlio Vargas e S. Sepé.

E inclui também, nesse conjunto de obras, além dos prédios referidos, os pavilhões de cultura física a serem levantados junto às Escolas X-mais de Pelotas e Cachoeira.

Dentro do seguro critério que presidiu à elaboração do plano anterior, o novo projeto da Secretaria das Obras Públicas foi submetido ao exame do Departamento de Educação Primária e Normal, os quais, através de sua Divisão Técnica e Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, respectivamente, apresentaram sugestões de caráter médico e pedagógico, como complemento ao citado trabalho, que já exprimia a capacidade profissional dos ilustres engenheiros que o executaram.

A pedido da Secretaria de Educação e Cultura, também estudou o projeto a sra. Mary Sue Erown, que dirige a obra dos edifícios destinados aos estabelecimentos de ensino mantidos pela Igreja Metodista — senhora portadora de vários cursos de especialização da técnica de cons-

íxções escolares nos Estados Unidos e que, com grande gentileza, emprestou ao trabalho a sua colaboração.

O Estado acaba de realizar uma operação de consolidação com a Caixa Econômica: do saldo verificado, foram destinados Cr\$ 12.000.000,00 para atender ao plano que agora se inicia.

Seria incompleto este relato se não fizesse aqui uma referência também ao plano rural, ideado em conjunto com o urbano e já realizado cabalmente.

Por força do plano de construções rurais, foram levantados 74 prédios — em alvenaria e macieira, segundo a forma que convinha à região — todos de acordo com a planta padrão elaborada pela Secretaria das Obras Públicas, com capacidade para 150 alunos, ou sejam 300, pelo funcionamento da escola em dois turnos.

Levaram-se também em conta nesse projeto, dentro das naturais limitações impostas pelo tipo de construção, as sugestões apresentadas pela comissão de médicos e professores já mencionada.

À vista da impossibilidade da realização de uma concorrência na capital do Estado para o levantamento de 74 pequenos edifícios espalhados pelos mais afastados recantos a construção dos mesmos foi confiada às prefeituras municipais.

Esse trabalho, efetuado de acordo com as plantas oficiais fornecidas, obedeceu à fiscalização das Secretarias de Educação e Obras Públicas.

O ônus precípua do plano rural coube ao governo da União, que contribuiu com a soma de Cr\$ 5.000.000,00 — a título de auxílio à nacionalização do ensino.

Os municípios, na sua maioria, ajudaram a obra com uma cota, porquanto, em virtude do encarecimento do material, já referido anteriormente, o preço da construção excedeu à verba que lhes foi fornecida para isso de conformidade com a estimativa orçamentária.

O Estado, por fim, contribuiu com a quantia de Cr\$ 480.000,00 — a fim de cobrir *déficit* verificado nas construções de algumas comunas, onde, por variados motivos, essa iniciativa não foi tomada pelas Prefeituras.

São os seguintes os municípios contemplados no plano rural:

ALVENARIA — São Borja (Passo de São Borja e 13 de Janeiro) ; São Francisco de Assis (Manuel Viana) ; Santa Vitória (Chuí) ; Itaqui (Recreio) ; Pelotas (Santa Silvana); Porto Alegre (Aberta dos Morros) ; Canguçu; Viamão (Itapoã) ; Caçapava (Santana da Boa Vista); Ca-

choeira (Alto dos Loretos) ; Tupanciretã (Inconfidência e Jari); São Gabriel (Cacequi) ; Rio Pardo (Ramiz Galvão) ; Piratini (Cancelão) ; Pinheiro Machado (Torrinhas) ; S. Lourenço (Boqueirão) ; São Vicente (Estação da Mata) ; Taquari (Bom Retiro) ; Jaguari (Chapadão) ; Livramento (Porteirinha); D. Pedrito (Três Vendas) ; Alegrete (Passo Novo) ; Santa Maria (Dilermando de Aguiar, Arroio Grande e São Martinho) ; Bagé (Aceguá) ; São Jerônimo (Barão do Triunfo) ; Jagua-rão (Charqueada) ; Rio Grande (Povo Novo) ; Santa Rosa (Porto Lu-ceua) ; Santa Cruz (Santa Teresa); Cruz Alta (Pindorama e Santa Bárbara); José Bonifácio (Marcelino Ramos); Garibaldi (Carlos Barbosa); Ijuí (Ajuricaba) ; Caí (Feliz); São Leopoldo (João Correia e Bom Jardim) ; São Luis (Porto Xavier) ; Montenegro (Maratá) ; Novo Hamburgo (Vila Industrial) ; e Guaporé (Serafina Correia).

MADEIRA — Gravata! (Morungava) ; Passo Fundo (Vila Teixeira) ; Livramento (Capão Alto) ; São Francisco de Paula (Tainhas e Cambará) ; Osório (Palmares) ; Vacaria (Vila Luz) ; Palmeira (Três Passos)'; Camaquã (Paraguaçu) ; Santiago (Vila Flores) ; Santo Antônio (Rolante) ; São Jbsé do Norte (Mostardas) ; Júlio de Castilhos (Linha Sete, Pinhal Grande e Vai de Serra) ; Rio Grande (Ilha da Torotama) ; Getúlio Vargas (Erebango) ; Alfredo Chaves (Cotiporã) ; Candelária (Passa Sete) ; Taquara (Canela e Gramado) ; Lagoa Vermelha, (Sa-nanduva) ; São Pedro (Guaçupi) ; Farroupilha (Cajuru) ; Caxias (For-queta) ; Prata (Protásio Alves) ; Traí (Prado) ; e Santo Ângelo (Catuipa e Giruá).

Devo consignar, ainda, que, para a consecução desses dois grandes empreendimentos — plano urbano e plano rural — graças aos quais o Rio Grande do Sul se avantajou a todos os Estados da federação brasileira em realizações desse gênero, muito contribuiu a ajuda dos Srs. prefeitos, que doaram os terrenos necessários a ambos os projetos e que, em relação ao segundo, como já se disse, aceitaram prontamente a tarefa da construção dos prédios.

Senhores.

Eis, na síntese imposta pelo extenso programa a ser executado hoje, a exposição que me cumpria neste ato.

E' com verdadeiro júbilo que o governo vê iniciar-se a construção desta casa, pela qual tanto ansiava.

Destinado a atender à cidade de São Leopoldo, sede do município onde principiou a colonização germânica no Estado, este Grupo Escolar devia dispor de instalação e aparelhamento condignos de uma escola brasileira, pois só assim poderá realizar a função política que lhe compete — que é a de completar a integração nacional, já bastante avançada neste centro urbano, dos descendentes dos antigos colonizadores.

E essa satisfação é também grande, porque o prédio a se levantar aqui contribuirá para o embelezamento da cidade, que se tornou expressão viva da fecunda administração de seu prefeito, Cel. Teodomiro Porto da Fonseca.

Espalhando escolas, otimamente instaladas, que vieram dar espírito brasileiro a muitos núcleos de população, até então servidos por estabelecimentos particulares; abrindo estradas; construindo hospital, asilo, patronato, numa obra de assistência social ímpar em administrações municipais; aprimorando recantos, urbanizando — o Cel. Teodomiro Porto da Fonseca realizou uma tarefa administrativa não excedida por qualquer outro prefeito.

Com a doação deste prédio a São Leopoldo, o governo do Estado, não só cumpre o seu dever de providenciar no aparelhamento rigoroso da educação popular, em bem da grandeza do Brasil, como ainda contribui para completar a obra de elevação e aformoseamento desta laboriosa e progressista cidade rio-grandense.

A fase de reivindicações sociais que vivemos e a natureza objetiva deste ato — honrado com a presença do Exmo. Sr. Interventor Federal, o que proporciona ensejo de uma prestação de contas a S. Exa. e à opinião pública — aconselham a relegação de devaneios oratórios e sugerem uma exposição das realizações alcançadas no setor dos prédios escolares, como conquistas da política educacional que o Rio Grande vem cumprindo.

A escola primária — e, como corolário, o ensino normal — tem merecido especial atenção das administrações que se instalaram no Estado a contar, de 1937, por isso que aquela constitui, ainda, à vista de nossa condição econômica, o maior instrumento de educação popular.

O número de Grupos Escolares instalados elevou-se, nesse período, de 171 a 551 e as técnicas educacionais foram revisadas e atualizadas; o ensino normal recebeu completa reforma, com seu currículo elevado de três para sete anos, organizando-se o Instituto de Educação, 6 Escolas Normais e 3 Escolas Normais Rurais.

Cumpria, portanto, como imperativo de uma pedagogia integral e com o fim de acolher o maior número possível de candidatos à escola, atirar-se o governo a um largo plano de edificações — visto que o Estado possuía, apenas, 31 prédios escolares.

Segundo o projeto que então se elaborou, dotar-se-iam todas as sedes de municípios do Rio Grande do Sul de um edifício novo e devidamente aparelhado para o seu Grupo Escolar; aumentar-se-ia o número desses prédios em cidades como Porto Alegre, Santa Maria e outras de dessa população infantil; e, finalmente, se construiriam os edifícios que estavam exigindo as Escolas Normais.

Uma operação de crédito devia não só cobrir a construção de toda essa rede, como possibilitar a reparação dos prédios levantados nos governos anteriores a 1937, os quais, na sua maioria, estavam a reclamar diversas obras.

O Decreto n.º 7384, de 20 de julho de 1939, autorizou essa operação de crédito — no montante de Cr\$ 15.000.000,00 — com o fim específico de financiar àquelas iniciativas do plano urbano.

A deflagração da guerra, precisamente na ocasião em que se lançavam à concorrência os primeiros lotes de prédios, acarretou a ascensão vertiginosa de preço dos materiais, razão pela qual o governo do Estado, através das Secretarias competentes, se viu obrigado a reduzir o número de construções ao dos edifícios já arrolados naquela medida.

Desse modo, foram levantados 42 prédios — 2 destinados a Escolas Normais e os 40 restantes a Grupos Escolares — com distribuição pelas seguintes sedes de municípios: Bom Jesus, Camaquã, Cachoeira, Jaguarão, Guaíba, Porto Alegre (2 edifícios), São Gabriel, São José do Norte, Santo Antônio, Santiago, São Francisco de Assis, Santa Maria. Tapes, Tupanciretã, Torres, Viamão, Bagé, Pelotas, São Francisco de Paula, São Jerônimo. Livramento, Lavras, Canguçu, S. Luís, S. Pedro, Arroio do Meio, Caxias, Encantado, Flores da Cunha, Irai, Guaporé, Lajeado, Prata, Venâncio Aires, Alfredo Chaves, Candelária, Novo Hamburgo, Estrela, Antônio Prado, Garibaldi e Sarandi.

Esses 42 edifícios têm capacidade para 14.850 alunos, ou sejam 29.700, pelo funcionamento em dois turnos.

Pela primeira vez, ao que suponho, o problema dos prédios escolares obteve, no Rio Grande, o tratamento rigoroso de um conselho sistemático de profissionais especializados.

Não se pretendeu, com isso, alcançar a perfeição, que foge, ingratamente, ao engenho humano, nem satisfazer ao gosto de todos os críticos.

Conseguir-se-ia, porém, graças a essa convergência de esforço inteligente e de inesgotável boa vontade evitar os erros de maior vulto.

O projeto da Diretoria de Obras da Secretaria das Obras Públicas, submetido a uma comissão de professores e médicos, organizada a propósito para esse fim e integrada pelas Sras. Olga Acauã Gayer e Marieta da Cunha Silva, Dr. Bonifácio Costa, Dr. Raul Moreira. Dr. Eduardo Assis Brasil e Dr. Poli Espírito — recebeu daqueles profissionais um conjunto de sugestões, dentro das respectivas especialidades.

Esse trabalho, enviado à Secretaria das Obras Públicas, tornou ao exame, dos seus técnicos — que consignaram no projeto, então definitivo, quase todas as conclusões da dita comissão; apenas, em um ou outro ponto secundário, por motivos de ordem financeira, se adotou uma solução média.

Todos os edifícios, cuja capacidade vai de 200 a 900 alunos, em função da população escolar a que devem servir, incluem, além das salas de aula e serviços obrigatórios, salas especiais para biblioteca, trabalhos manuais, merenda, gabinetes médico e dentário, museu didático, música e canto orfeônico e direção.

Muitos já possuem o pavilhão de cultura física, com um apartamento anexo para a zeladora, afastado do edifício principal, por motivo de ordem higiênica.

Cumpra acentuar, ainda, que não sofreu alteração a parte acessória do plano. Isto é, a reparação dos edifícios anteriormente construídos: essa obra vem sendo atendida pelos recursos ordinários do orçamento — o que permitiu ao Estado renovar todos os prédios levantados nos governos Borges de Medeiros e Getúlio Vargas e dar início à reparação dos edificadados na administração Flores da Cunha.

O Tenente-Coronel Ernesto Dorneles, que encara o problema da educação popular com o mesmo descortino e interesse humano e patriótico que caracterizavam o General Cordeiro de Farias, autorizou às Secretarias de Educação e Obras Públicas a elaborar o segundo plano de edificações escolares, que será financiado por operações de crédito especiais.

Submetido ao exame de S. Excia. o novo plano recebeu a sua aprovação.

Dentro das mesmas diretrizes do anterior, visando a instalação de Escolas Normais e Grupos Escolares da sede dos municípios ainda não contemplados ou insuficientemente atendidos, compreenderá, ainda, esse plano o Colégio Estadual Júlio de Castilhos — casa portadora das me-

lhores tradições no ensino secundário, fechada pelo governo em 1936 e que deverá ser instalada de acordo com as exigências pedagógicas de um estabelecimento daquela natureza.

Procura, assim, o governo do Estado proporcionar educação secundária qualificada ao maior número possível de jovens, ampliando a iniciativa que se corporificou na criação de um curso ginásial em todas as Escolas Normais Oficiais — já que incumbe ao poder público ministrar uma instrução de todos os graus àqueles que a pleitearem, e que não disponham de recursos para alcançar esse objetivo".

INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO

Por ocasião da visita do Senhor Presidente Getúlio Vargas, ao Instituto Nacional de Cinema Educativo, pronunciou o diretor deste órgão do Ministério da Educação, Professor Edgard Roquete Pinto, o seguinte discurso:

"Durante mais de trinta anos de minha modesta vida de naturalista e professor dediquei todo o meu renitente entusiasmo ao estudo da raça, da gente, dos tipos do Brasil. E quando os dados objetivos da ciência, livres de qualquer influência sentimental, me convenceram de que os problemas humanos não derivam, no Brasil, de influências nocivas de cruzamentos ou atavismos biológicos e são exclusivamente questões de meio, de herança social e de cultura — voltei-me apaixonadamente para tudo quanto pudesse elevar, no plano físico e no moral, os meus irmãos. Foi a minha velha antropologia que me abriu esse novo caminho, no desejo de ser útil, única ambição veemente da minha alma brasileira. E então, Sr. Presidente, julguei encontrar na ciência e na técnica os dois "anjos da guarda", que devem marcar a estrada do nosso povo. Que desanimador seria, porém, para o nosso progresso espiritual e prático poder contar apenas com as cartilhas e os livros.

Somos, por sorte, herdeiros felizes da civilização ocidental e temos rigorosa obrigação de tirar partido dos novos meios de aperfeiçoamento humano que ela nos proporciona: o cinema, o rádio, o disco, a televisão...

Imaginemos a surpresa dos nossos velhos mestres se hoje ressuscitados lessem os resultados de numerosos inquéritos ultimamente realizados para comparar a eficiência do livro e do cinema na educação pública. Permita V. Ex.^a que recorde aqui apenas um dos muitos testes feitos nos Estados Unidos, o do professor Seasholes, de Cleveland, sobre milhares de alunos. Para 39 fatos aprendidos no cinema, cada aluno ganhou, em média, 23 aprendidos nos livros. Com o livro cada fato aprendido custou um centavo; com o cinema cada centavo pagou a aprendizagem de quatro fatos... Pelo cinema o tempo necessário à aprendizagem foi quatro

vezes menor do que o exigido pelo uso do livro. A experiência mostrou que no ensino os processos devem ser assim seriados, pela ordem decrescente de valor didático: 1 — Filme comentado pelo mestre; 2 — Filme sonoro; 3 — Lição oral; 4 — Livro texto. E como o livro é afinal, apesar de tudo, a mesma velha urna sempre solícita onde o pensamento das gerações repousa à espera de poder servir aos novos, os testes ainda provaram que os alunos acostumados ao ensino pelo cinema são os que mais procuram os livros.

Peço permissão a V. Ex.^a, Sr. Presidente, para dizer que por tudo isso considero um prêmio o ter sido chamado para organizar e dirigir o Instituto Nacional de Cinema Educativo quando há alguns anos V. Ex.^a criou, por proposta do Sr. Ministro Gustavo Capanema, este centro de estudos, de ensino e de pesquisas especializadas.

Esta é talvez a menor, a mais modesta repartição da República. Meia dúzia de técnicos, algumas máquinas, muitos livros. Mas também é, Sr. Presidente, uma das mais vigorosas sementes de progresso teórico e prático, das muitas que V. Ex.^a e o nosso ilustre Ministro da Educação vêm desveladamente cultivando. Para servir gratuitamente às escolas, colégios, institutos de assistência, associações culturais e esportivas, fábricas e estabelecimentos industriais, unidades das Forças Armadas, para atender a muitas solicitações de missões diplomáticas que desejam mostrar onde se encontram alguns aspectos culturais do Brasil, vem o I. M. C. E. editando regularmente seus filmes que pertencem a três categorias:

1 — Filmes de educação escolar, 16m, silenciosos ou sonoros; 2 — Filmes de educação popular¹, 35m, sonoros; 3 — Filmes de documentação de pesquisas e investigações originais.

De 1936 a 1944, foram editados 19.089 metros de filmes escolares e 10.917 metros de filmes de educação popular.

O mais original da nossa produção, Sr. Presidente, é a dos filmes de documentação científica, técnica e artística.

O que o Brasil faz hoje, nesse terreno, não encontra paradigma em nenhum país do mundo. O Ministério da Educação, pelo I.N.C.E., documenta, sem nenhuma despesa para o cientista, o técnico, o artista — o seu trabalho e a sua criação, desde que representem realmente contribuição original e valiosa.

Pesquisas de Cardoso Fontes sobre Morfogênese das Bactérias; de Vital Brasil sobre o Ofidismo; de Evandro Chagas sobre Leishmaniose Americana; de Miguel Osório sobre fisiologia nervosa; de Carlos Chagas Filho sobre o peixe elétrico e sobre a cultura de tecidos "invitro"; de

Dutra e Silva sobre o choque elétrico no tratamento de psicopatas; de Maurício Gudin sobre Cirurgia aséptica, e tantos outros — inauguraram o arquivo palpitante das conquistas da inteligência do Brasil.

Páginas eternas da nossa literatura vão sendo levadas ao conhecimento do povo. O I. N. C. E. pôs na tela uma deliciosa fantasia de Machado de Assis e um vigoroso resumo de "Os Sertões", de Euclides da Cunha. Carlos Gomes, Henrique Oswald, Francisco Braga, Vila Lobos, este na admirável partitura do filme "Descobrimento do Brasil", iniciaram a série dos nossos músicos. Já está completamente gravada a música do Padre José Maurício para um dos próximos trabalhos do I. N. C. E.

A coleção deste Instituto é hoje patrimônio considerável. E pode servir ao Brasil inteiro, porque fornece mediante a entrega do filme virgem, cópias aos governos estaduais, aos municipais, às instituições de cultura que desejarem possuir filмотeca de valores brasileiros.

As quantias que o I. N. C. E. dispende representam assim verdadeiro aumento do patrimônio nacional. Com o apoio e o carinho de V. Ex.^a, Sr. Presidente, e do Sr. Ministro Gustavo Capanema, encontrando na opinião pública um constante e generoso estímulo, vamos servindo com a mesma fé os interesses da cultura nacional, procurando todos colaborar na elevação dos nossos compatriotas, ponto essencial do programa de V. Ex.^a. Aqui, Sr. Presidente, todos os meus competentes dedicados e queridos companheiros de trabalho, que em oito anos tudo fizeram, todos nós, estamos cheios de esperança, dando o melhor das nossas vidas para que o Brasil possa chegar aos nossos filhos maior e melhor do que o recebemos dos nossos pais".

SERVIÇO DE RÁDIO - DIFUSÃO EDUCATIVA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

No ato de inauguração oficial do Serviço de Rádio-Difusão Educativa do Ministério da Educação, que teve a honra da presença do Senhor Presidente Getúlio Vargas, proferiu o diretor do mesmo Serviço, Dr. Fernando Tude de Sousa, o seguinte discurso:

"V. Ex." está inaugurando um Serviço que há anos vem prestando uma colaboração direta à obra do seu Governo e que hoje se instala definitivamente. Este Serviço tem sobre os seus ombros uma responsabilidade enorme: a de continuar a obra dos pioneiros da radiodifusão no Brasil. O rádio brasileiro que nasceu dentro da Academia de Ciência, que nasceu para educar e que nasceu de um sonho de educadores a cuja frente vale destacar pelo menos dois nomes: Roquete Pinto e Henrique Morize, não podia sofrer uma solução de continuidade, e foi com essa intenção que a antiga Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a primeira estação transmissora do Brasil, a querida PRA-2, bateu às portas do Ministério da Educação, servindo de núcleo para o serviço que hoje se inaugura. "Pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil" foi o lema que animou os pioneiros de 1923 e que ainda hoje anima os que trabalham nesta casa.

Por uma coincidência das mais felizes, Sr. Presidente, a inauguração oficial do Serviço de Radiodifusão Educativa processa-se no Dia do Funcionário Público. Este Serviço, meus senhores, é a melhor afirmativa do valor do servidor público do Brasil. O que aqui está é obra de funcionários. A excelência técnica deste Serviço, louvada não por mim, mas pelos estrangeiros e técnicos nacionais em que o visitam, é produto da competência e da dedicação de servidores públicos. Os programas que organizamos, a organização que temos, tudo é devido ao servidor público brasileiro, capaz, honesto, bom, eficiente como o que mais fôr. Administrar, Sr. Presidente, quando se tem a sorte de encontrar funcionários como os que encontrei, é fácil. Posso dizer, com justiça, com lealdade,

que possuo tuncionanos exemplares. Nesta casa vivemos num regime nitidamente democrático entre diretor e funcionários; o livro do ponto é mais uma exigência estatutária, pois o horário aqui é bitolado pela necessidade do trabalho, e, quantas vêzcs, entramos todos madrugada a dentro para que a voz do Ministério da Educação seja ouvida em todos os recantos do país? O nosso caro Ministro Capanema certa feita disse ao Professor Roquete Pinto: "Mas isto aqui parece casa de família..." Ao que retrucou o nosso Mestre: "E há coisa melhor, Ministro?" Sou um neófito em rádio. Não tenho pretensões a ser técnico de educação do Ministério. Em um ano e meio de administração cumpri tudo o que planejei no meu primeiro relatório ao Governo. E cumpri porque encontrei nesta casa os sólidos alicerces preparados pelo professor Roquete Pinto que nos dias em que me entregou êste Serviço confessava-me que sentia a "emoção que se sente no dia em que se casa uma filha querida", tal o carinho cóm que êle olhava o nosso rádio. Encontrei nesta casa o primeiro funcionário de rádio que houve no Brasil, o meu atual Chefe da Seção Administrativa, Lúcio de Oliveira Mesquita, um dos meus esteios aqui. Encontrei João Labre Júnior, um grande técnico, um dos maiores técnicos do Brasil, planejador e quase executor do estúdio que hoje inauguramos e planejador de outro estúdio grande, a obra mais arrojada que já se pensou entre nós. E encontrei René Cave — o responsável pela simpatia que desfruta a nossa emissora, como organizador da sua programação São os meus chefes de seção. E ainda, lá na Penha, no nosso transmissor, um modelo de bondade e humildade: Jorge Vanderlei, outro funcionário exemplar. Esse núcleo, Sr. Presidente, como que teve a magia de ir atraindo gente que sincroniza perfeitamente, permitindo a equipe harmônica e eficiente que tenho a honra de dirigir e que bem merece ser aplaudida na data de hoje, como legítimas expressões do funcionalismo público brasileiro.

Sr. Presidente: na primeira semana depois de nomeado, quando senti em toda pujança o edifício gigantesco que podíamos construir com os sólidos alicerces deixados pelo caríssimo professor Roquete Pinto, fiz questão de trazer até aqui as pessoas de quem eu podia depender mais diretamente. O meu Ministro aqui esteve prestigiando-me. Aqui esteve o Presidente do DASP, Dr. Luís Simões Lopes, entre outros. A todos mostrei a oportunidade que o Governo tinha em mão. E todos me ajudaram. Eu tive tudo quanto pedi ao Ministério e ao DASP. E tenho a certeza que a minha equipe não desmereceu da confiança dos poderes públicos. Instalamos materialmente o nosso Serviço. Consegui mais

peçoal. Consegui verbas para programa. Trouxe artistas. Passei a fazer mais programas de auditório que de discos. Organizamos cursos. As cartas, as reações começaram a chegar de 19 Estados do Brasil. São coisas que confortam e que encantam. Mas, Sr. Presidente, são manifestações que na sua simplicidade convencem e ensinam. O rádio, não tenho a menor dúvida em afirmá-lo, é a única solução possível para a educação no interior do Brasil nos próximos 15 anos. Não é possível substituir a escola pelo rádio, mas onde não chega a escola e onde a escola chega com deficiência, o rádio é espantoso. O entrecchoque de interesses, os comentários e crônicas, escritos sem base e sem estudo, permitem por vezes até acusações de eme se pretende dar ao rádio brasileiro, quando se defende o seu papel educativo, um sentido de tristeza e de monotonia. Nada disso. Rádio educativo não é apenas aquele que dá aulas. Há uma forma de educação que não é ensino. Uma forma assistemática. E tudo o que o rádio faz pode ter um caráter educativo. Pelo menos deixar de ser deseducativo.

Precisamos pensar seriamente no problema do rádio para a criança e para p adolescente no Brasil. E isto só pode ser feito com pesquisa, com estudo, com meticulosidade. Já se foi o tempo em que o rádio era uma aventura. E o rádio infantil será uma das preocupações máximas do Serviço de Radiodifusão Educativa. O rádio brasileiro é uma afirmativa excelente do que somos. Possuímos elementos capazes de brilhar em qualquer parte do mundo. Temos valores em abundância. Mas, no rádio, como em tudo no Brasil, o problema básico é a educação.

Há necessidade de uma melhor orientação educativa. Precisamos educar, principalmente, o anunciante, que exige absurdos das estações comerciais. São problemas que merecem estudo e meditação.

O que o rádio vem fazendo pela Vitória da Causa do Bem nesta guerra, que os inimigos da civilização desencadearam pelo mundo, é o sufic'ente para justificar o interesse, o carinho dos poderes públicos pela radiodifusão. V. Ex.^a merece, pois, todo aplauso pelas patrióticas atitudes que tem tomado em auxílio da classe dos radialistas. O rádio merece todo apoio do Governo. Nessas mensagens simples, humanas, que as famílias dos expedicionários enviam através das gravações que temos fe'to, nas lágrimas de agradecimento que nesses estúdios têm sido derramadas por mães. esposas, filhos de expedicionários, os radialistas podem encontrar um conforto enorme por não lhes ter cabido o privilégio de defender o Brasil no exterior, colaborando, porém, de maneira direta e decisiva para o fortalecimento da frente interna, de apoio consciente à

política de guerra de V. Ex.^a, tão ritmada com as tradições e a dignidade da nossa Pátria.

Conseguimos realizar em 1944 todos os objetivos traçados no nosso plano, e, assim, queremos hoje, perante V. Ex.^a, testemunhar nossa gratidão bem como ao Sr. Ministro Gustavo Capanema, magnífico auxiliar de V. Ex.^a, cuja obra é feita sem alardes, mas de maneira segura e planejada, não apenas na Capital da República, mas nos mais longínquos rincões do Brasil, e dizermos quais são os nossos objetivos principais em 1945;

1. Construção do Grande Estúdio Sinfônico, com capacidade para 120 figuras; o quinto estúdio do mundo em tamanho.
2. Instalação de gravação industrial: o Ministério da Educação gravará gratuitamente tudo quanto possa sair do Brasil como demonstração do nosso desenvolvimento artístico e cultural.
3. Instalação de pequena estação de onda curta para a "press" do Ministério e para radiodifusão dos cursos.
4. Reforma do Serviço que passará a ser Instituto Nacional de Radiodifusão Educativa.
5. Pesquisas e planejamento do rádio infantil.
6. Lançamento dos cursos por correspondência dentro do rádio.
7. Interpretação do Serviço Público — Plano de reportagens vivas de educação popular, mostrando ao povo como o Serviço Público lhe atende as necessidades e como ele se pode valer do Serviço Público.

Penso, Sr. Presidente, que a equipe do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação não poderá demonstrar melhor sua gratidão que colaborando dedicadamente com o Serviço Público brasileiro. E é isso que todos nós do S. R- E. prometemos a V. Ex.^a e ao nosso Ministro. Aqui continuaremos firmes no lema dos idealistas de 1923, pioneiros da radiodifusão: "Pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil".

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO MÊS DE SETEMBRO

I — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

1 — É publicada a ata de 28-8-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 5.^a sessão da 2.^a reunião ordinária do ano.

4 — É publicada a ata de 30-8-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 6.^a sessão da 2.^a reunião ordinária do ano.

5 — É publicada a ata de 21-8-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 2.^a sessão da 2.^a reunião ordinária do ano.

6 — É publicada a Portaria n.º 682, de 4-9-944, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do Curso Avulso de Técnica de Laboratório, subordinado aos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

6 — É publicada a ata de 1-9-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 2.^a sessão da 2.^a reunião ordinária do ano.

9 — É publicada a ata de 4-9-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 8.^a sessão da 2.^a reunião ordinária do ano.

11 — É publicada a ata de 6-9-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 9.^a sessão da 2.^a reunião ordinária do ano.

11 — É publicado o Aviso n.º 2.761, de 8-9-944, do Ministro da Guerra, que dispõe sobre a matrícula no Curso de Formação de Oficiais Intendentes do Exército.

12 — É publicada a ata de 8-9-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 10.^a sessão da 2.^a reunião ordinária do ano.

13 — É publicado o Decreto-lei número 6.865, de 11-9-944, do governo federal, que redefine a competência do Serviço de Assistência a Menores, cria e transforma funções gratificadas e dá outras providências.

14 — O Sr. Presidente da República aprova uma exposição de motivos do Ministro da Viação, e autoriza a pôr à disposição do Asilo Cristo Redentor a importância de cinco milhões de cruzeiros para construção de uma " Escola de Aprendizes da Marinha Mercante".

15 — É publicado o Aviso n.º 7.177, de 14-9-944, do Ministro da Guerra, que aprova as instruções para o funcionamento dos diferentes cursos do Centro de Instrução de Defesa Anti-Aérea, em 1945.

15 — É publicada a Portaria de 13-9-944, do diretor da Divisão do Pessoal do Departamento de Administra-

ção do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que institui na Divisão do Pessoal o "Curso de Aperfeiçoamento de Inspetor do Trabalho".

16 — É publicado o despacho de 8-9-944, do Diretor da Divisão do Ensino Comercial, que aprova a mudança de denominação da Escola Técnica de Comércio Paranaense, com sede em Curitiba, no Estado do Paraná, para Escola Técnica de Comércio Dr. Plácido e Silva.

18 — É publicado o Decreto número 16.531, de 6-9-944, que concede reconhecimento a vários cursos da Escola de Educação Física e Desportos do Estado de São Paulo, com sede na capital do referido Estado.

19 — É publicada a ata de 11-9-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 11.ª sessão da 2.ª reunião ordinária do ano.

21 — É publicada a ata de 13-9-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 12.ª sessão da 2.ª reunião ordinária do ano.

22 — É publicado o Decreto número 15.164, de 29-3-944, que concede reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio Moderno, com sede em Belém, no Estado do Pará.

22 — É publicada a ata de 15-9-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 13.ª sessão da 2.ª reunião ordinária do ano.

22 — É publicada a ata de 18-9-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 14.ª sessão da 2.ª reunião ordinária do ano.

23 — É publicado o Decreto-lei número 6.890, de 21-9-944, que estabelece medidas para facilitar a reconstituição de documentos inutilizados em consequência do incêndio ocorrido no Ser-

viço de Comunicações do Ministério da Educação e Saúde.

23 — É publicada a Portaria n.º 407, de 1-9-944, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Comercial São Luís, com sede na capital do Estado de São Paulo.

23 — É publicada a Portaria n.º 412, de 4-9-944, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Comercial Orsina da Fonseca, com sede no Distrito Federal.

25 — É publicado o Decreto-lei número 6.896, de 23-9-944, que dispõe sobre a matéria de que tratam os Decretos-leis n.ºs 5.545, de 4-6-943 e 6.273, de 14-2-944, que estabelecem as medidas destinadas à regularização da vida escolar de alunos que freqüentam ou hajam freqüentado curso superior não reconhecido e bem assim de diplomados por curso superior igualmente não reconhecido.

25 — É publicado o Decreto-lei número 6.897, de 23-9-944, que dispõe sobre o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior ainda não reconhecidos.

27 — É publicada a ata de 20-9-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 15.ª sessão da 2.ª reunião ordinária do ano.

27 — É publicada a Circular n.º 6, de 20-9-944, da Diretoria da Divisão do Ensino Secundário, que dá instruções aos inspetores sobre o modo de agir relativamente a vários assuntos referentes à boa ordem do ensino secundário.

27 — É publicado o Aviso n.º 2.997, de 25-9-944, do Ministro da Guerra, que fixa o número de matrículas nos

diversos cursos da Escola de Saúde do Exército, em 1945.

28 — É publicada a Portaria n.º 725, de 26-9-944, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do Curso Avulso de Botânica, a realizar-se no Jardim Botânico, dependente dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

28 — É publicada a Ata de 22-9-944, de 26-9-944, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do Curso Avulso de Extensão de Sericicultura, na Inspetoria Regional de Sericicultura, em Barbacena.

28 — É publicada a Ata de 22-9-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 16.ª sessão da 2.ª reunião ordinária do ano.

29 — É publicada a Portaria n.º 986, de 25-9-944, do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, que cria, nos Cursos de Administração da Divisão de Aperfeiçoamento, um Curso Avulso de Preparação para Almoxarife, e aprova as instruções reguladoras para o seu funcionamento.

30 — É publicado o Aviso n.º 3.032, de 28-9-944, do Ministro da Guerra, que autoriza o funcionamento de um Curso de Estenografia para praças (sargentos, cabos e soldados), no Centro de Instrução Especializada, traçando suas diretrizes.

II — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DOS ESTADOS

1 — É publicado o Decreto n.º 14, de 23-8-944, do Estado do Piauí, que dispensa do pagamento de mensalidades a alunos menos favorecidos do 2.º ciclo do Colégio Estadual.

1 — São registradas no Departamento de Educação do Estado da Paraíba as escolas paroquiais "Chã de Pereira", "Gameleira" e "Torre", em Serra Redonda, município de Ingá.

1 — É publicado o Decreto-lei número 14.159, de 31-8-944, do Estado de São Paulo, que concede Cr\$ 1.200,00 às caixas escolares dos grupos escolares, "Vicente de Carvalho" e "Marcílio Dias", da Prefeitura Sanitária de Gua-rujá, e Cr\$ 3.300,00 à Assistência à Infância de Santos.

1 — É publicado o Decreto n.º 3.026 de 1-9-944, do Estado de Santa Catarina, que equipara aos congêneres oficiais o Curso Normal do Instituto de Educação "Maria Auxiliadora", da cidade do Rio do Sul.

1 — É assinado decreto do governo do Estado de Minas Gerais que desapropria terrenos no Bairro de Lourdes (Belo Horizonte), para construção de um grupo escolar.

2 — É publicado o Decreto n.º 480 de 1-9-944, do Estado da Paraíba, que transfere a escola rural mista de Cachoeira para a fazenda Pacatuba, no município de Sapé.

2 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro concede subvenção à escola noturna que funciona anexa ao grupo escolar "Orlinda Veiga", em Itaperuna, e à escola "Dois Rios", no município de São Fidelis.

2 — É publicado o Decreto número 14.170, de 1-9-944, do Estado de São Paulo, que estabelece medidas relativas às escolas normais particulares.

3 — É publicado o ato n.º 1.431, de 2-9-944, do Estado de Pernambuco, que dá a denominação de "Cônego Ro-chael", às escolas reunidas do município de Madre de Deus.

S — É publicado o ato n.º 1.449, de 4-9-944, do Estado de Pernambuco, que designa representante da Faculdade de Medicina do Recife ao II Congresso Sul-Araeriano de Oto-Rino-Laringologia, a realizar-se em Montevideu.

5 — É publicado o Decreto-lei número 246, de 4-9-944, do Estado do Paraná, que abre um crédito de 300.000 cruzeiros para construção de um grupo escolar na cidade de Caviúna.

5 — É publicado o Decreto-lei número 247, de 4-9-944, do Estado do Paraná, que abre um crédito de Cr\$ 31.200,00 para reforço de diversas consignações à Diretoria Geral de Educação.

5 — É publicado o Decreto n.º 3.025, de 1-9-944, do Estado de Santa Catarina, que aprova as instruções para a dronização do relatório anual dos diretores de grupos escolares.

6 — É publicado o Decreto n.º 15.706, de 5-9-944, do Estado do Espírito Santo, que fixa a data de 8 de setembro para as comemorações do "Dia do Professor".

6 — É publicado o Decreto n.º 1.134, de 5-9-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que cria um grupo escolar de 1.º estágio na Colônia 20 de Setembro, no município de Taquari.

6 — É publicado o Decreto n.º 1.135, de 5-9-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que modifica os estágios dos grupos escolares "Senador Pinheiro" e de "Subúrbios", no município de São Luís Gonzaga.

6 — O governo do Estado de Minas Gerais concede equiparação com as antiguidades de 1.º grau à Escola Normal "Santa Angela", da cidade de Parai-zópolis.

7 — É publicado o Decreto-lei n.º 302, de 6-9-944, do Estado da Bahia, que

ajusta a atual Escola Profissional de Cachoeira aos preceitos normativos do Decreto-lei federal n.º 4.073, de 50 de janeiro de 1942.

7 — É publicado o Decreto n.º 1.933, de 6-9-944, do Estado do Rio de Janeiro, que cria um jardim de infância na sede do município de São Fidélis.

9 — É publicado o Decreto n.º 15.709, de 8-9-944, do Estado do Espírito Santo, que beneficia o professorado primário com a criação de mais três classes na carreira de professor.

9 — É publicado o Decreto n.º 15.710, de 8-9-944, do Estado do Espírito Santo, que estabelece melhoria de condições de aposentadoria para professores primários de mais de 25 anos de serviço efetivo no magistério.

9 — É publicado o Decreto n.º 15.711, de 8-9-944, do Estado do Espírito Santo, que determina passarem a constituir carreira os cargos de diretores de grupos escolares.

9 — É publicado o ato do governo do Estado do Rio de Janeiro que concede subvenção à escola diurna particular "Dr. Nilo Peçanha", no município de Paraíba do Sul.

9 — O governo do Estado de Minas Gerais cria vinte grupos escolares urbanos.

11 — O Diretor do Departamento de Educação do Pará baixa portam com a informação de que os professores primários só podem afastar-se de seus lugares mediante licença, com publicação do respectivo decreto.

12 — É publicado o Decreto n.º 3.030, de 9-9-944, do Estado de Santa Catarina, que aprova as instruções para a dronização do relatório anual dos diretores de estabelecimentos particulares de ensino.

12 — É publicada a Portaria do departamento de Educação Primária e Normal do Estado do Rio Grande do Sul, que baixa instruções relativas à execução do art. 2.º do Decreto n.º 574, de 7-8-944, que trata do provimento de vagas de assistentes de Superintendência de Educação Primária, do Departamento de Educação Primária e Normal.

13 — É publicado o Decreto-lei número 900, de 11-9-944, do Estado do Maranhão, que concede novos recursos para constituir o patrimônio da Fundação destinada a manter cursos de ensino superior em São Luís.

13 — É publicado o Decreto n.º 3.031, de 11-9-944, do Estado de Santa Catarina, que estabelece a expedição de certificado, pelo Departamento de Educação, para os professores particulares registrados:

14 — É publicado o Decreto n.º 228, de 13-9-944, do Estado do Maranhão, que concede subvenções ao Instituto Riu Branco de Itapecuru-mirim e ao Educandário Santa Terezinha de Imperatriz.

15 — O governo do Ceará resolve dispensar os estudantes pobres do pagamento de taxas dos cursos de ginásio no Estado.

15 — É publicado o Decreto-lei número 324, de 14-9-944, do Estado do Rio Grande do Norte, que abre crédito suplementar de Cr\$ 60.000,000 ao Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social.

15 — É publicado o Decreto-lei número 481, de 13-9-944, do Estado de Sergipe, que dispõe sobre os servidores do Estado, quando designados para realizar cursos de especialização ou de aperfeiçoamento.

15 — Em Portaria n.º 559, o Diretor Geral da Educação do Estado do

Paraná designa uma comissão para organizar as festividades em comemoração à "Semana da Criança".

16 — É publicado o Decreto-lei número 830, de 25-8-944, do Estado do Piauí, que reorganiza o quadro dos funcionários públicos estaduais e lhes concede o salário-família.

16 — É publicado o Decreto-lei número 601, de 15-9-944, do Estado da Paraíba, que abre crédito especial de Cr\$ 13.002,50 para indenizar a Prefeitura de Antenor Navarro de despesas efetuadas com a reconstrução e reparos dos prédios dos grupos escolares de Uiraúna e Joaquim Távora.

16 — Em Portaria n.º 560, o Diretor Geral da Educação do Estado do Paraná determina aos diretores dos estabelecimentos de ensino do Estado a comemoração do "Dia da Árvore" a 21 do corrente.

17 — É publicada a Portaria n.º 30, do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, pela qual é designada uma comissão de professores para elaborar ante-projeto de programa para o ensino primário comum.

17 — O Diretor Geral da Educação do Estado do Paraná expede uma circular acompanhada de questionário, às Prefeituras Municipais do Estado, a fim de colher dados sobre as atividades educacionais nos municípios.

18 — É publicada a Portaria n.º 103, do Diretor Geral da Instrução Pública do Maranhão, que aprova a ordem para funcionamento do Círculo de Pais e Mestres.

18 — É publicado o Decreto n.º 1.942, de 18-9-944, do Estado do Rio de Janeiro, que aprova o Regulamento da Escala de Polícia.

18 — É publicado o Decreto-lei número 2.010, de 18-9-944, do Estado de

Santa Catarina, que abre crédito especial para compra de terrenos na cidade de Gaspar, necessários à construção do Campo de Educação Física do grupo escolar "Honório Miranda".

19 — É publicado o Decreto-lei número 1.310, de 19-9-944, do Estado do Amazonas, que abre crédito especial de Cr\$ 70.641,40, para aquisição de títulos em favor do Instituto Benjamin Constant, Casa do Pequeno Gazeteiro, Abrigo Redentor e Escola Montessoriana.

19 — São transferidas as escolas isoladas de Gangorra, município de Pau dos Ferros, para o lugar "As Marias", município de Macaíba, e as de Cobé-de-China, município de São José, para Comum, no mesmo município (Rio Grande do Norte).

19 — É publicado o Decreto n.º 481, de 18-9-944, do Estado da Paraíba, que transforma a escola elementar mista diurna, da rua S. Miguel, em João Pessoa, em escola primária noturna mista e a transfere para a sede da escola "Feliciano Dourado".

19 — São registradas no Departamento de Educação do Estado da Paraíba a escola particular mista de Carnaúbi-nha, município de Sousa, e a escola particular "Santa Terezinha", em João Pessoa.

19 — É publicado o Decreto n.º 1.143, de 18-9-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que classifica em 2.º categoria o grupo escolar "Onofre Pires", do município de Porto Alegre.

20 — É publicado o Decreto n.º 482, de 19-9-944, do Estado da Paraíba, que concede a subvenção de Cr\$ 70,00 mensais à escola primária "Santo Antônio" de Marcação, município de Pilar.

22 — É publicado o Decreto-lei número 325, de 20-9-944, do Estado do Rio Grande do Norte, que dá nova redação ao art. 2.º do Decreto-lei n.º 411, de 17-1-938, sobre os cursos das escolas normais do Estado.

22 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro concede subvenção à escola diurna de Retiro, município de Itaboraí.

22 — É publicado o Decreto n.º 1.152, de 21-9-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede um auxílio de Cr\$ 50.000,00 ao Aprendizado Agrícola "Assis Brasil", de Rio Grande.

22 — É publicado o Decreto n.º 1.163, de 21-9-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede um auxílio de Cr\$ 50.000,00 ao Instituto Pestalozzi de Canoas.

23 — É publicado o Decreto n.º 1.960, de 22-9-944, do Estado do Rio de Janeiro, que cria um grupo escolar em Palestina, município de São Sebastião.

23 — É publicado o Decreto número 14.190, de 22-9-944, do Estado de São Paulo, que declara de utilidade pública e desapropria uma área de terreno no distrito de Butantan, da cidade de São Paulo, para construção da Cidade Universitária.

24 — É publicado o Decreto n.º 2.004, de 23-9-944, do Estado do Paraná, que determina à Diretoria Geral da Educação promover um salão anual de belas artes.

25 — É publicado o Decreto-lei número 1.318, de 25-9-944, do Estado do Amazonas, que abre o crédito especial de Cr\$; 30.000,00 para as despesas com reparos na Escola Montessoriana "Álvaro Maia".

25

— São registradas no Departamento de Educação do Estado da Pa-

raiba as seguintes escolas particulares: Sta. Terezinha, da fazenda de Canta-galo; Riacho do Boi, Alagoa do Meio e Carneiro, todas no município de Batalhão, e a escola "S. José", da cidade de Picuí.

27 — É publicado o Decreto de 26-9-944, do Estado de São Paulo que anexa aos grupos escolares de Santo Antônio da Alegria, e de Monte Alto, respectivamente as escolas mistas do Bairro de Matinha e da Fazenda Santo Antônio, em Viradouro.

27 — É publicado o Decreto-lei número 1.151, de 26-9-944, do Estado de Minas Gerais, que concede isenção de impostos ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

28 — É publicado o Decreto-lei número 488 de 26-9-944, do Estado de Sergipe, que abre crédito especial de um milhão de cruzeiros para as despesas das construções do Colégio Estadual de Sergipe e do Estádio de Aracaju.

23 — É publicado o Decreto número 14.203, de 27-9-944, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de "Álvaro Alvim" ao grupo escolar de Bu-ritama, em Monte Aprazível.

28 — É publicado o Decreto-lei número 2.020, de 27-9-944, do Estado de Santa Catarina, que abre crédito especial para compra de terrenos no distrito de Trindade, para ampliação das dependências do grupo escolar "Olívio Amorim" e Fazenda Modelo "Assis Brasil".

28 — É publicado o Decreto-lei número 1.179 de 28-9-944, do Estado de Minas Gerais, que cria um grupo escolar na cidade de Açucena.

29 — É publicado o Decreto-lei número 482, de 18-9-944, do Estado de Sergipe, que abre crédito suplementar de Cr\$ 178.000,00, à Escola Industrial

"Coelho e Campos" e ao Departamento das Municipalidades.

29 — É publicado o Decreto-lei número 1.178, de 28-9-944, do Estado de Minas Gerais, que dispõe sobre aceitação de imóvel pela Prefeitura Municipal de São Lourenço, para construção de um prédio para uma escola rural.

30 — É publicado o Decreto-lei número 902, de 28-9-944, do Estado do Maranhão, que abre crédito especial para auxiliar o município de Ribamar na construção de um prédio para a escola do povoado "Paço do Lumiar".

30 — É publicado o Decreto-lei número 903, de 28-9-944, do Estado do Maranhão, que abre crédito especial para despesas com desapropriação de imóveis, para construção do prédio da "Escola Modelo".

30 — É publicado o Decreto-lei número 904, de 28-9-944, do Estado do Maranhão, que fixa a escala de salário dos professores municipais admitidos em virtude do Convênio entre o Estado e os Municípios.

III — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1 — A Prefeitura Municipal de Aracaju (Sergipe) inicia a construção de um estabelecimento pré-escolar destinado a filhos de operários.

2 — Noticia-se que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Minas Gerais) fez doação de terrenos para a construção dos prédios dos Colégios Loiola, Sion, São Paulo e Pio XII.

7 — É publicado o Decreto-lei número 46, de 16-8-944, da Prefeitura Municipal de Caiçara (Paraíba), que cria uma biblioteca municipal com a denominação de "Castro Pinto".

16 — É publicado o Decreto-lei n.º 13, de 10-8-944, da Prefeitura Municipal de Paulistana (Piauí), que abre crédito de Cr\$ 180,00 para pagamento de aluguel do prédio em que funciona a escola "Getúlio Vargas".

21 — A Prefeitura Municipal de Araruama (Paraíba) inicia a construção do grupo escolar de Vila Cacimba de Dentro.

23 — É publicado o Decreto-lei número 45, de 19-8-944, da Prefeitura Municipal de José de Freitas (Piauí), que abre o crédito de Cr\$ 1.200,00 para custear as despesas com o funcionamento da escola "10 de Novembro", no corrente exercício.

29 — É publicado o Decreto-lei número 159, de 26-9-944, da Prefeitura Municipal de Natal (Rio Grande do Norte), que concede uma subvenção anual de Cr\$ 20.000,00 à Liga de Ensino do Rio Grande do Norte.

29 — O Prefeito da cidade de São Paulo apresenta ao governo estadual o orçamento da Prefeitura de São Paulo para 1945, em que se prevê dotação de 16 milhões de cruzeiros para o ensino e educação.

30 — É publicado o Decreto-lei n.º 2, de 10-7-944, da Prefeitura Municipal de Corrente (Piauí), que abre o crédito de Cr\$ 2.800,00 para compra do terreno em que será construído um prédio escolar.

IV — NOTICÁRIO

1 — Iniciam-se em todo o país as comemorações da Semana da Pátria.

1 — A L.B.A. organiza o serviço de "merenda escolar" na escola "Olimpio Oliveira" de Salvador (Bahia).

1 — Realizá-se a distribuição, pela L.B.A. de uniformes para os escolares pobres de Aracaju (Sergipe).

2 — Segue para o Rio de Janeiro uma embaixada de estudantes de medicina da Universidade de Minas Gerais.

2 — O Instituto São Rafael, estabelecimento de educação dos cegos, em Belo Horizonte (Minas Gerais), comemora o 18.º aniversário de sua fundação.

3 — Iniciam-se as comemorações do 54.º aniversário da fundação do Instituto Grambery, de Juiz de Fora (Minas Gerais).

4 — Noticia-se que o S.E.N.A.I. está mantendo em São Paulo 16 escolas com a matrícula de 3.800 alunos de aprendizagem industrial.

4 — A L.B.A. instala em Fortaleza (Ceará) um internato para educação primária e doméstica de mocinhas.

4 — Realiza-se em Niterói (Rio de Janeiro) a solenidade de abertura do II Campeonato Colegial de Educação Física.

4 — Noticia-se que foi criada uma biblioteca na Escola Mista Estadual de São Martinho, distrito de Tubarão (Santa Catarina).

5 — Noticia-se a comemoração do 25.º aniversário da fundação do Instituto Profissional Dom Bosco, de São Paulo.

7 — Comemora-se em todo o país o "Dia da Independência".

7 — Instala-se solenemente no Rio de Janeiro o X Congresso Brasileiro de Geografia.

7 — Encontra-se no Rio de Janeiro uma embaixada acadêmica da Faculdade de Medicina do Paraná.

9 — Reune-se no Rio de Janeiro o I Congresso Nacional de Diretores de Estabelecimentos de Ensino Secundário e Comercial.

9 — Uma embaixada da Escola de Agronomia de Pernambuco visita a capital paraibana.

12 — Realiza-se a inauguração das escolas reunidas do município de Aracoiaba (Ceará).

12 — Noticia-se que foi fundada uma cooperativa escolar na cidade de Ipu (Ceará).

12 — Noticia-se que foi entregue ao governo do Estado de São Paulo o estudo do financiamento das construções da "Cidade Universitária" daquele Estado.

12 — O Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná funda a escola noturna "Dr. Lisimaco Ferreira da Costa", para alfabetização de adultos.

12 — Falece em Belo Horizonte (Minas Gerais) o Professor Teófilo Ribeiro, um dos fundadores da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais.

13 — Instala-se solenemente em Maceió (Alagoas) o I Congresso Estadual de Educação.

15 — Realiza-se no Rio de Janeiro a sessão de instalação do I Congresso Metropolitano de Estudantes.

15 — É inaugurado o Aprendizado Agrícola "Gustavo Dutra" de Cuiabá (Mato Grosso).

16 — A fim de tratar da situação dos colégios particulares em face da legislação trabalhista, reúnem-se os diretores dos estabelecimentos de ensino secundário da Bahia.

16 — É comemorado o 50.º aniversário de fundação do Ginásio do Estado, da cidade de São Paulo.

16 — É comemorado o 10.º aniversário de fundação do Sindicato de Professores de Juiz de Fora (Minas Gerais).

17 — Encerra-se o I Congresso de Educação de Alagoas, durante o qual foi assinado o Convênio de Ensino Primário entre os Municípios e o Estado.

17 — É inaugurada a escola rural "Governador Valadares" de Cisneiros, município de Palmas (Minas Gerais).

19 — Inicia-se em Nazaré da Mata (Pernambuco) a 16.º Missão Ruralista Escolar.

19 — Instala-se em Recife (Pernambuco) um Curso Intensivo para Chefes de Escoteiros.

19 — É inaugurada a escola de Jacuecanga, no município de Angra dos Reis (Rio de Janeiro).

20 — É instalada uma cooperativa escolar no grupo Rio Branco, em Belém (Pará).

20 — Chega a Belo Horizonte, em viagem de intercâmbio cultural, uma caravana de professores e de alunos do "Grambery", de Juiz de Fora (Minas Gerais).

20 — É inaugurado o grupo escolar de Piracanjuba (Goiás).

21 — É iniciada a construção do grupo escolar de Turfc Clube de Campos (Estado do Rio de Janeiro).

21 — É inaugurado o grupo escolar "Monsenhor Rolim", em Curvelo (Minas Gerais).

22 — Noticia-se que as contribuições voluntárias para o fundo das Caixas escolares, arrecadadas em Porto Velho e

eni Guajará Mirim (Território do Guaporé), atingem cerca de 45.000 cruzeiros.

23 — Realiza-se no Instituto de Educação a "Maratona Intelectual de 1944", a que concorreram estudantes de quase todos os estabelecimentos de ensino secundário do Distrito Federal.

23 — Noticia-se que o governo do Estado do Pará adotou no ensino primário e normal as mesmas datas, para início e encerramento do período letivo, determinadas pelo governo federal para os estabelecimentos de ensino secundário.

23 — Noticia-se que a L.B.A. fundou em Madalena (Rio de Janeiro) um curso primário noturno, gratuito.

23 — Noticia-se que, com o plano de 128 novas construções escolares no Estado de São Paulo, já em andamento, será aumentada a capacidade do parque escolar em 63 mil lugares.

24 — Noticia-se que se elevou a 851 o número de clubes agrícolas registrados no Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, até junho do corrente ano.

24 — Noticiasse que se encontram adiantados os trabalhos de construção da Colônia de Férias "Darcy Vargas", em Manaus (Amazonas).

24 — É lançada a pedra fundamental do novo prédio do grupo escolar de Rio Pardo (Rio Grande do Sul).

24 — Reunem-se em Belo Horizonte (Minas Gerais) os professores de ensino secundário para estabelecer as bases do Sindicato dos Professores de Ensino Secundário.

25 — Noticia-se que está terminado o plano do governo do Estado do Rio Grande do Sul, segundo o qual foram construídos 117 prédios escolares de 1935 a 1944, e que já se acha em execução o segundo plano de construção.

25 — Noticia-se que está em estudos a criação da Universidade de Pelotas (Rio Grande do Sul), constituída de várias faculdades já existentes.

27 — É iniciada a construção, em Campos, (Rio de Janeiro) do edifício do grupo escolar "José do Patrocínio", obra projetada pelo governo estadual.

27 — Em viagem de intercâmbio cultural, uma embaixada da Faculdade de Filosofia de Campinas visita Belo Horizonte (Minas Gerais).

27 — Encerra-se em Porto Alegre (Rio Grande do Sul) o II Salão Infantil de Desenho.

30 — Instala-se em Belém (Pará) o III Conselho Estadual de Estudantes.

30 — É inaugurada a nova sede da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre (Rio Grande do Sul).

INFORMAÇÃO DO PAÍS

BAHIA

An corrente ano, manteve o Estado da Bahia 114 escolas agrupadas, das quais 38 tinham sede na capital do Estado. Mas sedes municipais funcionaram 76 escolas desse tipo.

CEARA

Ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos comunicou o Departamento de Educação do Ceará que se acham em funcionamento nesse Estado 38 grupos escolares e 49 escolas reunidas, num total de 87 estabelecimentos.

No interior estão localizados 29 grupos escolares e 44 escolas reunidas.

MATO GROSSO

Mantém o Estado, em funcionamento, no corrente ano, 12 grupos escolares e 17 escolas reunidas. Funcionam na capital 2 grupos escolares e 5 escolas reunidas.

MINAS GERAIS

Por ocasião do "Dia do Professor", comemorado no Estado de Minas Gerais no dia 30 de outubro, o Secretário da Educação do mesmo Estado, Dr. Cris-tiano Machado, dirigiu às educadoras mineiras a seguinte mensagem:

"Professoras mineiras: — Festejamos hoje, o vosso dia. Nesta data, todos os

pensamentos se voltam agradecidos para a tarefa que executais com extremos de carinho. E que nobre tarefa! Nenhuma outra se assinala mais destacada no quadro das atividades humanas e que sois as responsáveis pela educação das crianças, vale dizer, em vossas mãos se coloca o próprio alicerce da nacionalidade. Se falhásseis, toda uma grande construção estaria condenada à ruína. F.m verdade, porém, sabeis executar vosso admirável trabalho com a sabedoria e a técnica indispensáveis, apresentando resultados de que Minas se orgulha e que estabelecem firme confiança no porvir de sua gente. Desde há 8 anos, acompanho-vos mais diretamente a ação fecunda e, cada hora que passa, tenho motivos novos para estimar e proclamar vosso merecimento, feito de bondade, abnegação, sacrifício, eficiência pedagógica, ornado de todo aquele conjunto de qualidades específicas que, cultivando a vocação, adquiristes para o exato desempenho do magistério. Neste 30 de outubro, o governo deseja enviar-vos, novamente, mais que um caloroso tributo de reconhecimento, a expressão viva e sincera de seu aplauso e congratulações pela obra magnífica que modelais com tanto acerto e entusiasmo. Está seguro de que, nessa manifestação, traduz o sentir de todo o povo mineiro, certo ainda de que não abandonareis jamais a luminosa trajetória que seguis com bravura exemplar e devotamento sem fronteiras. Em qualquer parte, vosso nome se pro-

nuncia com acatamento e respeito, envolvido na mais límpida gratidão coletiva. Essa alta evidência de apreço pela missão que desempenhais há de, na verdade, retemperar vosso ânimo, sobretudo nos tempos de agora, quando as perspectivas da reconstrução mundial distribuem às professoras novas¹ somas de severa responsabilidade. Vossa atuação no passado e na atualidade assegura que estareis à altura dos deveres do futuro. E' mais uma razão para festejarmos vosso dia. Vosso dia apenas pelo simbolismo que encerra, pela oportunidade que traz de vos rendermos publicamente nossas homenagens. Porque todos os dias são realmente vossos, na escola, no lar, no meio social, vasto campo em que, sem descanso, nem hesitações, atuais com um rendimento que justifica as melhores esperanças. Minas vos saúda como excelentes obreiras do progresso da Pátria comum, no que êsse progresso tem de mais definitivo e valioso: o lado intelectual, cívico e moral".

SAO PAULO

O S. E. N. A. I. mantém, atualmente, em funcionamento no Estado de São

Paulo 14 escolas, das quais 7 estão localizadas no interior. Acha-se o Estado, para efeito da orientação das escolas, dividido em cinco regiões, a saber: Mo-giana, Sorocabana, Paulista, Centro e Norte. As zonas compreendem vários *distritos* e estes, diversos *setores*. O distrito da Capital do Estado foi dividido em 11 setores, que abrangem os bairros de maior concentração industrial. Cada *seior* será provido de uma escola de aprendizagem.

TERRITÓRIO DO GUAPORÉ

O Departamento de Educação do Território do Guaporé organizou um curso intensivo de emergência para a formação de auxiliares do ensino primário, a ser levado a efeito no período de férias de fim de ano.

Este curso, que será ministrado em 220 aulas, versará sobre técnica do ensino da leitura, da escrita e do cálculo; noções de administração escolar; rudimentos de psicologia educacional e de didática; noções de moral e civismo, além de conhecimentos de história e geografia do Brasil e de ciências físicas e naturais.

INFORMAÇÃO DO ESTRANGEIRO

ARGENTINA

A campanha contra o analfabetismo tem preocupado e preocupa a Argentina. Assim, em 1943, foi realizado um censo escolar, em todo o território da vizinha República, para verificação dos analfabetos maiores de 14 anos. Em recente boletim do Conselho Nacional de Educação, dão-se os resultados provisórios da importante operação censitária e é feito confronto com os censos gerais anteriores.

Em 1869, na população de mais de 14 anos, era encontrada a taxa de 77,6% de analfabetos; em 1895, a de 53,3%; em 1941, a percentagem ainda se elevava a 35,1%, ao passo que, em 1943, regredia para 16,6%.

Como seria natural, os resultados regionais apresentam grande variação. Se a Capital Federal demonstrava ter apenas 7,7% de analfabetos, nas mesmas idades, as Províncias de Los Andes, Nenquen, El Estero, Jujuy e Corrientes ofereciam ainda taxa superior a 32%.

Nos grupos de idades superiores a 50 anos, o analfabetismo se conservava, para toda a Argentina, em 30%; nos de 22 a 49 anos, era igual a 15,2%. Para os grupos de 14 a 21 anos, porém, já descia a 7,6%.

Êsses resultados demonstram o grande alcance da política de educação empreendida desde a lei de Sarmiento, e revela o alto nível de cultura popular já atingido pela Argentina.

AUSTRÁLIA

A administração da educação na Austrália está descentralizada pelos Estados. No entanto, existe para orientação geral e controle o Conselho Australiano de Educação, que funciona desde 1936. A última reunião desse Conselho, no corrente ano, reafirmou algumas das importantes decisões das reuniões do ano anterior, a saber: coordenação dos programas das escolas técnicas em todos os Estados; desenvolvimento das pesquisas de psicologia aplicada à educação; desenvolvimento da educação física e da educação sanitária; preparação profissional dos soldados desmobilizados; reconstrução educacional no após-guerra.

COLÔMBIA

O diário "EL COMANDO", de Bogotá, publica uma longa entrevista sobre a educação no Brasil, obtida pelo jornalista Luis Vidales por ocasião de sua passagem pelo Rio de Janeiro, com o diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, professor Lourenço Filho. Nessa entrevista é feito um histórico geral da cultura, em nosso país, e se documentam os progressos da educação, nos seus vários ramos, a partir de 1932.

EGITO

Em circunstanciado relatório, publicado em dezembro de 1943, o Ministro da Instrução Pública, Maguib Et-Hilali Pachá, apresenta um completo plano de reforma escolar para o Egito no após-guerra. Baseando-se nos planos de reforma da Inglaterra e dos Estados Unidos, o Ministro egípcio preconiza, sobretudo, os princípios de maiores oportunidades de educação para todos os jovens do país, alvitando a gratuidade do ensino secundário.

ESTADOS UNIDOS

Algumas revistas de educação nos Estados Unidos têm discutido o plano de estudos em experiência no St. John's College, de Anápolis, Estado de Mary-land. Esse plano consiste, essencialmente, no estudo da matéria contida numa centena de obras clássicas, durante quatro anos do curso; a matrícula é aberta a alunos que apenas tenham completado o segundo ano da escola secundária. Somente duas das mencionadas obras são elo presente século, e ambas de matemática; todas as demais pertencem ao passado.

O professor Sidney Hook, criticando o plano, afirma que não representa êle verdadeira "experiência", pois que não há cuidado de verificar-se objetivamente seus resultados; há, assim, uma campanha de propaganda, baseada em argumentos, sem maior valor científico. Bastará salientar, comenta o mesmo educador, que todos os alunos seguem o mesmo programa, sem maior atenção às capacidades individuais, suas tendências e interesses.

John Dewey, num artigo na revista "Fortune", embora sem fazer referência expressa ao plano de St. John's College, critica a tendência de alguns edu-

eadores norte-americanos que defendem a idéia de maior ensino literário, com prejuízo do ensino técnico científico. A linguagem é fundamental na educação, diz êle. " Mas a idéia de que a linguagem, os estudos e as habilidades lingüísticas possam ser usadas hoje para fins idênticos, e por processos idênticos aos dos gregos, aos da escola de Alexandria ou dos tempos medievais, é tão absurda, em princípio, como prejudicial aos jovens, se fôr adotada na prática. A tentativa para restabelecer as aspirações lingüísticas e material literário como centro da educação, à guisa de "educação para a liberdade", ou educação " literal", é claramente oposta a tudo quanto as nações democráticas estimam como liberdade. A concepção de que uma adequada educação se possa fazer por meio da escolha de uma congêrie de obras célebres, uma centena mais ou menos, é ridícula quando analisada nos seus efeitos práticos. Uma coleção de bons livros, para adultos, a ser digerida lentamente, é uma coisa. Acumulada em quatro anos, e tratada em doses fixadas, é coisa completamente diversa " .

E, logo depois, acrescenta Dewey: " Não é por mero acaso que a Europa Continental, que é agora a mais perturbada porção do mundo e foi o ponto de origem das trágicas perturbações no resto do globo, esteve amarrada, por tanto tempo, à filosofia educacional, para a qual agora alguns estão querendo voltar. A Europa Continental e a Alemanha, em especial, têm sido a sede das práticas de educação e da filosofia baseada na estrita separação entre a ciência como técnica, sempre variável, e um rígido pensamento fiado em princípios imutáveis. O mais urgente problema de nossa época é efe-

tuar a transformação que a nova tecnologia nos pôs nas mãos em instrumentos positivos de bem-estar da humanidade. O que a filosofia reacionária está pretendendo é demonstrar que a tecnologia e a ciência são intrinsecamente inferiores, e, assim, educação imprópria para a educação liberal " .

PORTUGAL

Desde algum tempo vem o Ministério da Educação de Portugal mantendo uma Diretoria Geral das Escolas das Colônias. A medida se tornava necessária, especialmente pelo desenvolvimento da educação em algumas colônias, tais como Angola e Moçambique, que já possuem escolas superiores de ensino agrícola, escolas normais e secundárias. Estabeleceu também o Governo português que os livros didáticos para as colônias deverão ter em conta as necessidades culturais e profissionais dos alunos. A nova Diretoria está incumbida ainda da organização e desenvolvimento das bibliotecas e museus nas colônias.

SUIÇA

A Associação Pró-Juventude tem-se preocupado com um melhor aproveitamento das horas de lazer da mocidade suíça, pois que, por diferentes pesquisas, verificou que o tempo livre de muitos rapazes e moças tem sido ocupado com divertimentos que mais os fatigam que distraem de forma conveniente. Por isso, está publicando uma série de folhetos, dirigidos aos pais, educadores e autoridades, com o título geral de *Guides pour l'organization des loisirs en Suisse*.

BIBLIOGRAFIA

SAUL DE NAVARRO, *O mundo que vai nascer...* Rio de Janeiro, 1944. Edição do "Anchieta". 233 págs.

Livro estranho. Saído da pena de brilhante homem de letras, apresenta-se como versão de lições de um professor indú, cujo apelido mal esconde o anagrama do nome do autor. Pela forma, tanto está repleto de lirismo e unção religiosa, dir-se-ia um poema; pela intenção geral, uma exposição de crítica social, por muitos pontos profunda; pelos conceitos, que emite, um ementário daquilo que, em oposição à "pedagogia abstrata" ou técnica, o A. denomina de "pedagogia do coração"; pelo objetivo imediato, é a proposta para criação de uma obra de educação infantil consubstanciada numa *cidade para crianças*, de plano original e complexo.

"A criança tem sido, neste século XX, a maior sacrificada, mormente depois da guerra total de 1939". Contudo, nela é que estará sempre a fonte de renovação da vida e do mundo. "A criança não é apenas a pré-história do homem": como o afirmou o ensaísta inglês John Earle, é ela "o último degrau para se chegar a Deus". Se quisermos um mundo de justiça e paz, mesmo relativa, entre os homens, urge que a saibamos educar, sem o egoísmo e os preconceitos dos adultos. Quem nos poderá servir de juiz suave e se-

guro para tamanha tarefa? Jesus, e iríais ninguém. E, quem por Jesus, soube educar, na infância do Brasil, a criança? Anchieta. Anchieta soube defender e educar o Brasil, defendendo e educando a criança índia. Toda obra de educação deverá ser, por isso, posta sob a invocação da memória do Evangelizador dos sertões.

A cidade de crianças, que o A. projeta, para cada cidade brasileira de mais de dez mil habitantes, deverá receber, por isso mesmo também, o nome de *Anchieta*. Como se constituirá? Será, antes de tudo, um museu co-edojetivo, que deverá ter as seguintes seções: a) o *Bonecal*, exposição, dentro da paisagem e ambiente próprios, de bonecas típicas e figuras regionais; b) o *Brinquedário*, exposição, pelo mesmo processo, de brinquedos de fins educativos, de todas as partes do mundo; c) o *Galerim*, com quadros originais e reproduções de mestres famosos, tendo por motivo principal a criança; d) o *Bibliotecário*, com salas ou setores distintos, segundo os livros aí reunidos se destinem às crianças de umas e outras idades e a professores; e) a *Bibliopuerilgim*, curso permanente de conferências, sobre motivos do folclore; f) o *Mapotequim*, com mapas, globos, recortes e gravuras para documentação geográfica, sem esquecimento da parte referente à geografia; g) o *Discotequim*, que reuna discos fonográficos de recreação e boa música, de vozes de animais, de ruídos da na-

tureza; h) o *Fototequim*, com fotografias de intenção educativa, sobre os mais variados assuntos; i) o *Filatclio*, em que se conservem selos postais de todos os países do mundo, como centro de interesse para o estudo da geografia, da história, das belas artes; j) o *Enciclo-pedícule*, seção cjuê realize iniciação educativa, de ordem sistemática, para todas as crianças (iniciação à linguagem, à matemática, à vida social).

A instituição poderá ainda desdobrar-se em outras atividades possíveis, ao menos nos grandes centros, para educação conjunta de mestres e pais (*Peda-gogium*); para aperfeiçoamento da saúde das crianças etc. Tal programa, reconhece-o o A., é um "desafio ao impossível", é projeto para ser desenvolvido num século. "O Anchieta será, assim, um porta-voz do futuro".

Pouco importaria tão largo plano, se não estivesse ele baseado em idéias de reforma educativa, ou seja, mima filosofia. O A. a desenvolve, por todas as páginas, e muito especialmente, nos capítulos "Bases dos ninhos do futuro", "Educação essencial", "Os estágios da pedagogia", "O Direito da Criança". Não se torna fácil resumir esses pontos sempre expostos em linguagem trans-bordante de poesia, senão por vezes de sentido esotérico, o que teria levado o A. a atribuir a obra a um sábio mestre indu, e a criar numerosos neologismos, para caracterização de suas novas idéias.

Será preciso modificar o sentido da vida atual, eminentemente materialista e imediatista; será preciso que o homem não se escravize ao rádio, ao cinema, à motolocomoção, ao Estado *ex-maquina*; será preciso acabar com o desprezo, o desprestígio e o desrespeito ao passado; será preciso acabar com a ilusão de que o futuro seja sempre o nosso prêmio; será preciso, enfim, amar, respeitar e

merecer a bondade de Deus. Traduzindo essa filosofia, em termos positivos, esclarece o A: "É preciso fazer o bem como trabalho de coração, como este trabalha bem para nossa vida; é preciso fazer do útil apenas um meio para se chegar ao bem, que é o essencial; é preciso fazer do essencial o rumo de cada vida; é preciso fazer do Universo o alvo para os nossos rumos até Deus".

No capítulo de crítica à pedagogia técnica, que pode chegar a ser "sem coração", o A. expõe estes princípios de ordem prática: "Só a mulher educa, quando mãe; mãe pelo sexo, sangue e coração; ou mãe-coração, quando ama, advinha, assiste e ampara uma criança", "Só se educa pelo coração", "Só o cérebro ensina", "Só a vida instrui", "Só Deus sabe em nós".

É de notar que este livro se apresenta como "introdução" à obra mais vasta, que o A. desde já anuncia, em cinco volumes, a saber: *Ninhos do futuro*, *O céu na criança*, *A ave no ninho*. *Infantologia*, e *Florilégio*. Nesses novos trabalhos, será certamente exposto o pensamento integral da obra de educação, pela qual se bate o criador do Anchieta.

Como quer que seja, a leitura deste primeiro tomo já nos leva a supô-la rica do mesmo sentido poético, e repassado do mesmo alto espírito de piedade cristã. Livro, sem dúvida, estranho, mas cujas páginas despertam ao educador um sem número de problemas e reflexões.

AMARO J. T. AMÉRICA (Prof.) *A seleção pela idade na vida do imaturo*. (A cidade das crianças). Rio de Janeiro, 1944. Coelho Branco, editor, 116 págs.

Professor, licenciado pela Faculdade Nacional de Filosofia, o A. apresenta este trabalho sob anagrama de seu

próprio nome. Não é esta apenas a similaridade que oferece com a obra anteriormente indicada: também, na intenção geral, de reforma social pela educação, com especial amparo das gerações jovens, as duas obras se aproximam. Se o Sr. Saul de Navarro quer a *Infantópolis*, complexo recreatório e centro de iniciação cultural, para as crianças em idade pré-escolar, o Senhor Amaro América vai mais longe, e propõe resolutamente que se estabeleçam, ao lado das cidades adultas, as *Cidades dos meninos e das meninas*, ou *Cidade da juventude*. Nestas, inteiramente separadas, estanques à ação dos adultos, haveria "distritos" segundo as gerações: "vinte distritos, que permitissem, a cada idade própria a sua vida 'própria, desde a escola maternal até aos primeiros anos universitários". Só esse recurso, afirma o A., reservaria aos homens, "aquilo que, há milênios, eles buscam e não encontram: a conversão dos maus em bons".

Não se suponha, porém, por esta expressão, que o A. julgue más as crianças. Ao contrário. Maus são os adultos. "A promiscuidade entre as gerações imaturas e adultos — esclarece — tem sido a maior garantia da continuidade do mal através dos tempos. E acrescenta: "Se o mal foi criado, foi-o por adulto; e transmite-se pela sociedade, de geração que esperava à geração que chega". "As gerações novas devem, pois, constituir uma sociedade isolada da comunhão adulta, educadas pelos justos da comunhão adulta, até maioridade antropológica".

Eis a tese, em tudo semelhante à defendida em "O mundo que vai nascer". Mas, se o ponto de partida e a solução final, expostos em cada uma destas obras, podem ser aproximados, a verdade é que a fundamentação geral, a documentação, a linguagem e o estilo são,

de lodo em todo, diversos em cada um dos trabalhos. No primeiro, comba-te-se a "pedagogia cerebral", ou técnica. O segundo, ao contrário, desenvolve tôdas a sua exposição, procurando fundamentos científicos, ou positivos. Parte de premissas naturalistas, a Rousseau, aceita Spencer, por vezes procura argumentar com Freud e Dewey. Claro está, porém, que não aceita a concepção de educação deste autor americano; diz mesmo que será preciso "completá-lo: se "Dewey e Kipatrick vêm fazendo a escola da educação como vida, cumpre completá-los, fazendo a escola da educação como preparação para a vida adulta, ou seja, da educação como vida de cada idade, até chegar a adultidade, quando, então, sim, será a própria vida".

Para justificar essa concepção de uma educação específica para cada idade, o A. estuda a questão do desenvolvimento biológico, em cinco páginas; a evolução histórica da criança no direito, em geral, em 20 páginas; as aplicações pedagógicas e os aspectos de adaptação social à idade, na parte restante do livro. É evidente que a parte reservada ao estudo psicológico não acompanha os demais na proporção, circunstância que, certamente, explicará também a conclusão a que chega o trabalho.

Nas *Cidades da Juventude*, terão os imaturos, crianças e adolescentes, vida escolar sensivelmente idêntica à que agora recebem, explica o A. Mas a vida extra-escolar é que se deverá modificar radicalmente, em parques de jogos, cinç-teatro, rádio, museus, jardins, bibliotecas recreativas, praias ou piscinas, clínicas, refeitórios, oficinas de aprendizagem, clubes agrícolas. "Após o dia educativo, o educando, pelas conduções especiais dessa nova instituição, seria desembarcado à porta do lar; ele não estará, então, na cidade adulta, mas no

seu lar. Será proibido de participar da vida social adulta; tão somente, gozará do doce convívio com a família até a manhã seguinte, quando a mesma condução, que o houver trazido, o levará para sua Cidade".

Ambos os livros partem da observação dos males da vida adulta, e pretendem a preservação da criança, em ambientes para ela especialmente preparados. Em

Um mundo que vai nascer, fala o artista, por sua intuição; em *A seleção pela idade*, fala um jovem cultor de estudos filosóficos. Ambos descrevem do adulto; ambos desejam preservar a criança para reabilitação do mundo.

São idéias que exprimem, afinal, uma atitude comum de crítica à vida e à educação atual.

ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAIS

ESPLENDOR E DECADÊNCIA DA PALMATÓRIA

Um dos capítulos mais interessantes, em *Higiene Mental*, é o da criança escorraçada. Os meninos escorraçados se desenvolvem em condições desfavorabilíssimas. " Sentem-se, escreve Adler, como em terra inimiga". Eles vivem num ambiente desprovido de amor. A sua série é enorme: são os meninos castigados fisicamente, os mal dotados, os feios, os ilegítimos, os órfãos...

" Essas crianças — já o escrevi em outro lugar — sentem a ausência de amor e viverão depois sob a impressão de serem perseguidas e escorraçadas. Serão desconfiadas e medrosas. Reforçarão cedo os seus instintos de agressão e terão diminuído ou anulado o sentimento de comunidade. Seu interesse egoísta cada vez mais aumenta, porque elas se sentem filhgas. estranhas à sociedade, à qual dificilmente se adaptarão. Na fase escolar não terão ânimo e será mínimo o seu rendimento porque as tarefas que se lhes apresentarem serão interpretadas sempre como provas de hostilidade".

Na longa série das crianças escorraçadas, destacam-se, em primeiro lugar, as castigadas corporalmente. O problema está à evidência. Aí estão todas as crianças educadas em lares desajustados, onde o sadismo dos pais explode em reações violentas. Ou ainda as crianças educadas dentro de um falso conceito da disciplina educativa, onde o castigo físico é a regra.

É um capítulo vastíssimo, este da análise dos castigos corporais e das punições das crianças, variando na história e na geografia. A maneira de tratar a criança tem variado de acordo com as concepções dos vários povos, como no-lo ilustra a lição etnográfica. O assunto é enorme e apontamos aqui apenas as ilustrações mais típicas e alguns folk-ways primitivos.

Entre os papuas, as crianças são consideradas como fardos indesejáveis e a prática do aborto é, por esta razão, generalizada. Daí ao infanticídio é um passo. Os australianos praticam o infanticídio quase que universalmente. Em menor proporção as práticas do infanticídio existem na Nova Guiné, e em outras ilhas da Oceania. Nas ilhas Salomão, só os filhos ilegítimos são eliminados. Em Taiti, matam-se os meninos que não servirem para os trabalhos de guerra, para o serviço religioso, para a navegação. Em alguns pontos de Madagascar, matam-se as crianças que nasceram em " dias aziagos". Na África são também mortas as crianças, entre vários povos e por motivos vários: pouco provimento de alimentos, filhos ilegítimos, crianças deformadas, filhos incestuosos ou adúlteros, etc. Práticas semelhantes podem ser encontradas entre certas populações da China, da Índia, etc, por motivos econômicos e mágicos.

Na antigüidade clássica greco-romana, havia casos de infanticídio, mas cedo se estabeleceram medidas de repressão vio-

lenta contra esse costume, que foi condenado definitivamente pela moral cristã. Igualmente, os sacrifícios das crianças, como ofertas aos deuses, foram práticas usadas outrora pelos semitas e que sobreviveram, entre alguns povos atrasados em cultura. Temos, no Brasil, o caso de Pêra Bonita, nos meados do século passado, em Pernambuco, em que um fanático fundou uma seita para "apressar a restauração do reino de Dom Sebastião"; foi uma destas muitas explosões de fanatismo do Nordeste, mas aqui com a agravante de se terem imolado vítimas humanas, entre as quais 28 crianças, no "reino encantado".

Nas sociedades civilizadas, a agressão contra as crianças assume aspectos diferentes. Nem por isto o sadismo dos pais e da sociedade é menor contra as pobres vítimas inermes.

É outro grande capítulo este das punições corporais na criança, costume herdado do absolutismo do "pátrio poder". Tem-se discutido, desde os tempos do direito romano, se as punições corporais na família são legítimas e surgiram vários códigos e legislações para limitar o direito de correção manual dos pais para com os filhos. O Dr. O'Followell faz-nos, numa obra fartamente documentada, o estudo da evolução dos castigos corporais no lar e na escola, em vários povos e nos vários períodos de sua história. Pais e mestres têm-se reunido, em frente a criança ignorante e fraca, para um longo processo sádico de repressões que culminam no castigo físico. "As punições corporais — disse Bain — têm sido o castigo favorito de todas as épocas e de todas as raças da humanidade".

O Dr. O'Followell passa em revista os castigos físicos entre os povos antigos, no período do renascimento até a transformação contemporânea dos ideais pedagógicos. A lei de Manu declarava

que um brâmane não podia jamais levantar seu bastão contra outro homem, à exceção de seu filho ou de seu aluno. O castigo físico, pelo bastão, desempenhou um papel fundamental na pedagogia egípcia: "tú és para mim como o asno que é esbordado". "Tú és como o negro que deve ser levado a socos", eram as expressões todos os dias do indignado professor egípcio de outros tempos.

Na Pérsia a coisa ia melhor: o mau aluno era castigado, fazendo-o passear, serai-nu, num tapete de urtigas, enquanto o mestre lhe recitava versos de uma obra-prima da literatura persa.

Entre os Hebreus, o castigo era uma regra pedagógica: aqui "bene amat, bene castigat"; e o Velho Testamento é um grande repositório de provérbios, onde se fazem freqüentes alusões a açoites e fustigos com a vara. Pedagogia do temor e do castigo.

Na Grécia e Roma antigas, apesar da floração dos seus filósofos, os castigos físicos eram formalmente aprovados. Platão, o puro, recomendou o chicote para a correção da juventude. E toda a psicologia de Aristóteles não o impediu de aconselhar golpes físicos na criança que faz coisas proibidas. O menino é duro nas matemáticas? Chicote nele. Aristóteles queria que se chamasse à escola frontistério, isto é "lugar de tormento" (que diria a isso meu doce Froebel?).

Em Roma, eram também terríveis. Boissier deu-nos uma descrição de uma pintura mural encontrada em Pompéia, e que representa um escolar recalcitrante, despojado de suas vestes, mantido por dois colegas e recebendo chicotadas de um terceiro. O pedagogo Orbilius, que foi mestre de Horácio, usava a palmatória e o chicote de correias. Houve exceções. E algumas vezes se levantaram, já naqueles tempos, contra essa pedople-

gia aviltante, isto é, contra este método de bater e castigar fisicamente as crianças para instruí-las e melhorá-las. Quin-tiliano foi uma destas vozes; êle condenou o uso do chicote, insurgiu-se. contra o castigo ignominioso que se infligia às crianças. Também Plutarco: " é pela doçura, dizia ele, pela persuasão que é preciso conduzir a mocidade ao bem; os maus tratos e as pancadas só convêm aos escravos e degradam os homens livres".

De pouco serviram estes protestos isolados, porque em toda a Idade Média, a pedoplegia atingiu a requintes desumanos. Só havia disciplina com o castigo. E sabe-se a generalização que adveio da prática dos cilios nos conventos. Uma teoria de masoquismo coletivo, que ia até a dilaceração corporal, para purificar a carne suja pelo pecado. Não é de admirar que a pedagogia seguisse o espírito da época. Certos regulamentos monásticos atingiam a minúcias terríveis, para " comprimir" as crianças e impedi-las de cair no pecado.

Os costumes de Cluny, recolhidos no século XI, mostram-nos todos os processos de castigo empregados. A figura do mestre só era concebida como a do flagelador. Os meninos tardavam a levantar-se do leito? Pancada neles; *continuo est virga super eos*. A vara funcionava dia e noite. Iam recolher-se ao leito? Lá os acompanhavam o Mestre, com a vara na mão direita e a vela na mão esquerda; *vergam in dextra mana. candelam in loeva*. São Jerônimo chamava ao professor, *furiosas praeceptor*.

O dorso era a região preferida para as flagelações. Mas nos séculos XIV e XV, as gravuras já nos mostram crianças completamente nuas diante do professor que as castiga. As palmadas tornaram-se também uma regra generalizada. Na obra " L'Educaçión de Princes ", Vicent de Beauvai enumerava os meios de re-

pressão utilizados: as reprimendas, as objurgações, as varas, a palmatória, os pontapés, os socos, os beliscões, os puxões de cabeça e de orelhas. O chicote perpassa toda a Idade-Média, atinge ao auge nos séculos XIV e XV. Havia ainda os jejuns e as prisões.

Desta época terrível, algumas vezes passaram à posteridade pelos seus protestos contra a malfadada pedoplegia. Ao fim do século XIV, Gerson, um dos autores presumidos da Imitação de Cristo, recomendava aos mestres a paciência e a tolerância ; pedia aos professores que não empregassem os castigos corporais: "é mais pelas carícias do que pelo temor que as crianças se deixam compreender".

No período do Renascimento, espíritos como o de Erasmo, Rabelais, Montaigne. produziram maior moderação nos tratamentos que se infligia às crianças. No entanto, vários continuaram os tremendos processos da pedoplegia. O chicote era ainda a regra em todas as classes da sociedade. Locke, Malebranche... exprobraram as punições corporais, admitindo, porém, que em certos casos, como a obstinação e a desobediência, estas punições poderiam ser aplicadas. O " Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs", fundado em 1860 pelo abade De La Salle, estabeleceu um código de castigos corporais, onde se interdiziam os pontapés, os socos, os espancamentos, os puxões de orelha e de cabelos, mas se introduzia o uso largo da palmatória. O castigo pelo chicote estaria reservado para casos graves especialíssimos.

J. J. Rousseau marca o início de uma era pedagógica. A grita contra os castigos corporais foi quase unânime. Filósofos e pedagogos advogaram a supressão dos castigos corporais e a sua substituição pela "liberdade bem regulada". Regulamentos e estatutos se multiplicaram nas Escolas, proibindo as punições

corporais violentas, e apenas admitindo certas interdições, como as reprimendas, a retirada de classe, e exclusão temporária ou definitiva, a supressão da liberdade... Não era tudo, mas já era alguma coisa.

Era difícil erradicar hábitos tão inveterados do sadismo de pais e professores. Infelizmente, os castigos corporais não desapareceram nos processos educativos de nossos dias. Em certos lares desajustados, eles ainda constituem o remédio heróico. Em pleno Distrito Federal, as fichas do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental ainda consignaram coisas como estas, em plena população da capital : castigos por pancadas, bordoadas, socos, chicotes, cabo de vassoura, tamancos, correias, tábuas, prisão em ca-fuas, amarrar a criança no pé da mesa, despir as calças das crianças para impedi-las de sair de casas...

A escola rural brasileira tem sido uma enorme experiência de sadismo. Em certos meios, a palmatória é ainda a regra. As minhas recordações pessoais, a da escola tradicional do nordeste brasileiro, confirmadas por outras observações de professores do Distrito Federal, consignam castigos como estes: bolos por palmatória, com várias modalidades (palmatória furada, bolos com milho na mão...), cascudos, puxões de orelhas, ajoelhar em cima de milho ou feijão, ficar de pé na classe, de pé em cima do banco, orelha de burro, pedra ou caderno pendurado ao pescoço com exercício errado, lavar a boca tantas vezes quanto as sílabas da palavra "feia" dita pela criança, ficar de pé com uma cadeira na cabeça, privar a criança de internato de dormir, quando já está com sono, pregar caderno às costas e fazer passar por toda a escola... que sei mais ?

Uma informação que o Serviço de Higiene Alentai recebeu consigna o cas-

tigo da bola de cera, que teria sido usado no interior de São Paulo, e que consiste numa bola de cera presa por um barbante ; o professor vibra aquele estranho chicote na cabeça da criança que merecera o castigo e na maioria das vezes a bola de cera gruda-se a uma mecha de cabelos, arrancando-os.

As observações do Serviço registram castigos ainda hoje empregados no Distrito Federal (que dizer a isso meu querido Pestalozzi) : ficar de joelhos (observação de 1938) ; pôr de joelhos em baixo da mesa; pôr a criança de pé, virada contra a parede; privação de merenda ; por a criança de joelhos com a cesta de papéis na cabeça (numa escola particular) ; um superintendente da sétima circunscrição encontrou, em 1934, uma professora que levava milho para castigar os alunos; puxões de orelhas, cascudos ...

É de justiça consignar, porém, que na maioria das escolas os castigos corporais têm sido substituídos por castigos " morais ", embora alguns sejam de conseqüência tão desastrosa como os primeiros. Uma simples enumeração destes castigos: retenção na hora do recreio; retenção na hora da saída; humilhar a criança perante os colegas; retirar a criança da classe para a turma de outra professora; retirar a criança de aula para o gabinete da diretora; suspensão por tempo limitado; expulsão; nome na " lista negra"...

Quero deixar assinalado, por fim, que encontrei, em pleno coração de Niterói, em 1938, uma curiosa casa de negócios que vendia os mais esquisitos objetos: "material" de macumba, ervas e defu-madores, objetos de "despachos" e palmatórias a dúzias e de todos os feitios, e com larga vendagem... Ainda há consumo de palmatórias, no Brasil, para as escolas e para os lares... — ARTUR RAMOS (*Vamos Ler*, Rio).

VISANDO A OBRA DA RECONSTRUÇÃO ESPIRITUAL

Cada uma das grandes guerras — as guerras napoleônicas e a primeira conflagração mundial — diz o Bureau Internacional d'Education, criado em Genebra, há cerca de dois decênios, foi seguida por um movimento de renovação pedagógica, verdadeiramente universal, pelo seu alcance. Tudo permite crer, acrescenta a referida entidade, na introdução ao plano de reconstrução espiritual e educativa do mundo, que fenômeno idêntico se repetirá. Certos governos não esperaram mesmo o término da luta armada, dando início às tarefas, sempre relevantes, da reorganização do seu sistema educativo.

Convém fazer referência menos sumária ao Bureau Internacional d'Education. Trata-se de um aparelho intergovernamental. As suas finalidades consistem em servir de centro de informação de tudo quanto se refira à obra educativa, de modo que os diversos povos sejam estimulados e favorecidos pelas experiências dos outros.

Até à declaração da guerra que atravessa, imprevisivelmente, as fronteiras de um quinquênio, até 1939, por iniciativa daquele organismo, fora anualmente convocada uma conferência intergovernamental de instrução pública. Da mesma forma que em 1939, quando quarenta e três delegados governamentais estiveram reunidos em Genebra, para o exame da posição do grande problema, considera o Bureau Internacional d'Education, localizado em pleno coração da Europa martirizada, não lhe caber o direito de confinar a sua atividade ao desempenho de tarefas de mero alcance técnico. Sem dúvida, enquanto não forem conhecidas as devastações causadas pela guerra no domínio da educação, torna-se difícil traçar seja que plano for

com o objetivo da reconstrução educativa, cuja necessidade resulta da própria conjuntura com que a segunda conflagração mundial procura despedaçar todo o esforço já feito em sentido tão relevante

Assume hoje a feição de uni axioma dizer-se que um abalo de caráter sísmico, como o que a guerra opera na vida da sociedade, não pode deixar de repercutir nas condições, na resistência, na solidez de sua própria estrutura. No seu livro sugestivo, *Education for A World Adrift*, Sir Richard Livingstone, presidente do Corpus Christi College, de Oxford, lembra que o Estado se assemelha a um caudal. Ora o fluxo das águas obedece a ritmo lento e tranqüilo. Ora as correntes se precipitam em queda rápida e imprevista. Parece que à atual geração cabe a sorte de assistir o advento dessa última fase. Que mudanças aguardam os indivíduos, os povos, as nações é difícil imaginar. Todos sabemos, porém, que as suas perspectivas se tornam cada vez menos imprecisas nas linhas de um horizonte em direção ao qual marchamos cada vez mais.

Compreende-se quanto cresce de magnitude e de premência a tarefa da educação em circunstâncias semelhantes. Dessa magnitude e dessa premência nos adverte Sir Richard Livingstone, ao assinalar que a nossa geração está sendo chamada a testemunhar fenômenos do mesmo porte daqueles que ocorreram nos séculos XV, XVII e XIX, fenômenos cuja essência pode ser resumida em duas palavras — mudança radical. Ao encerrar-se o século XV, terminava a monarquia um plano de dominação que durou centenas de anos. No século XVII, passara o poder para as mãos das classes superiores. Retomaram depois o controle do Estado as classes médias. Agora, esboça-se o fenômeno do controle das massas.

Tudo isso representa, fundamentalmente, o resultado das tarefas da educação, embora ao fenômeno se atribuam determinantes de natureza econômica. A causa fundamental, a causa real e intrínseca, diz Sir Richard Livingstone, é a educação. À medida que o Estado cumpre a sua tarefa de educar o povo, ensina-o quão fráglmente o povo utiliza a sua razão.

A obra educativa se decompõe em três grandes etapas decisivas. Visa a primeira assegurar o desenvolvimento do indivíduo na conformidade das leis da sua própria natureza. A segunda colima promover o seu aproveitamento intelectual. A última etapa tem sentido bem mais relevante: "the last but not the least". Refere-se à educação moral.

Herbart é incisivamente claro, no seu sistema, ao afirmar que o problema da educação está fundamentado na concepção da moralidade. Toda obra educativa colima formar o caráter, produzir bons indivíduos; quer dizer, criaturas que desejem agir retamente.

Sabe-se que profundo sentido tiveram as reformas introduzidas na Inglaterra, como presidente do Board of Education, por Fisher, vice-chanceler da Universidade de Sheffield, a quem o governo britânico resolveu confiar a execução da reforma do sistema educativo do país, em 1917, quando ainda não se descortinavam as perspectivas do fim da primeira conflagração mundial. Lembramos o fato por dois motivos: para confirmar o conceito com que iniciamos o presente editorial e para recordar idéias contidas no memorável discurso que Fisher proferiu em Manchester, no dia 25 de setembro de 1917.

A educação constitui a eterna dívida que a maturidade deve à juventude, período da vida especialmente posto- à parte, para fins educativos. A guerra é sempre um crime biológico, assinalava

aquele alto espírito. Para compensar as devastações causadas pela impiedade e pela insaciabilidade dessa fúria criminosa, cumpre criar um sistema de educação capaz de aumentar o valor de cada indivíduo. Quatro necessidades básicas devem ser atendidas através do referido sistema: envolver todas as faculdades do homem; satisfazer a um mínimo de condições imprescindíveis ao aproveitamento da aptidão individual; abrir livre acesso ao talento; habilitar homens e mulheres não só ao pleno exercício de suas atividades profissionais, como tornar-lhes possível o uso racional do seu tempo de repouso. Seremos uma grande expressão humana, ao serviço de uma terra ampla e de uma pátria magna e generosa, se governo e povo fizerem daquelas necessidades o núcleo de concentração do seu pensamento, o centro de convergência da sua vontade para planejar e do seu esforço, para fazer. (Do *Jornal do Comércio*, Rio).

ENSINO E EXPERIMENTAÇÃO

Hoje, o ensino rural no país, outrora uma idéia sem objetivos certos que a burocracia descreditava, está intimamente ligado à experimentação. Sem esta, aquele era tudo quanto havia de mais precário e nebuloso.

Há até uma Universidade neste particular, que se distende e se multiplica através dos seus institutos regionais, aos quais se agregaram 42 estações espalhadas por todo o Brasil.

No Distrito Federal, mais pela necessidade de controle e orientação do que pela de produção, há um centro de pesquisas. Pois deste se tiram quatro miniaturas para determinados pontos da República. Um foi localizado no norte, na foz do Amazonas. O outro-está sendo esboçado no sul, em Pelotas, naturalmente a futura sede das edificações do

Centro de Ensino e Pesquisas do Sul do Brasil. Virão a seguir o do Oeste e o do Nordeste, este aliás já contemplado com a Escola de Agronomia em zona sertaneja da Paraíba.

Estará aí a solução conjunta dos problemas agrícolas nacionais, no sentido de se criar a teoria e de se estabelecer a unidade de ação através das deduções práticas dos laboratórios e das lições ouvidas das cátedras universitárias?

Possivelmente. Mas convém desde logo não porem à margem as organizações estaduais e o concurso de seus técnicos. Em Minas, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, por exemplo. Escolas e Institutos existem que podem perfeitamente acertar um inteligente e patriótico *modus vivendi* com a União, suprindo esta do estritamente indispensável àqueles cujas falbas lhes sejam confessadas. (Do *Correio da Manhã*, Rio).

O P R O F E S S O R

Parece-se muito a arte do professor com a do médico — a arte de ensinar e a de curar. São as duas únicas profissões onde a ausência de modéstia não constitui propriamente uma indelicadeza, um desafio ao nosso amor próprio. O ligeiro ar de charlatanismo que adere a elas, como uma farça, não é uma farça — é o seu ar próprio, natural, eficaz e único. Todo bom professor tem que ser o seu tanto presunçoso, exprimir-se, ainda que involuntariamente, em tom dogmático, desde que não se exprime nunca para se por em prova, mas convencer, ensinar.

Não vejo razão em Remy de Gourmout quando insiste como no *Chemin cie Vclours*, que " a bagagem que constitui a instrução é quase unicamente feita de crenças. Ensinam-se às letras como um catecismo. Todo professor é munido de um arsenal de aforismos; o adoles-

cente que não se deixa penetrar por eles bem no coração é desprezado".

Que queria Remy de Gourmont que fosse a escola, ou que queria Remy de Gourmont que fosse o professor? Seria que êle fosse imaginar toda a escola uma Academia de Platão onde só repercutissem as idéias gerais e todo professor fosse um agente de dúvidas, ou um excitador diabólico de sugestões que se renovassem sempre sem nunca se definirem numa forma sensível de verdade? Mas se isto fosse possível, acabar-se-ia o professor e desapareceria o aluno. E' um engano pensar-se que o melhor professor é o que mais sugere, o que excita mais voltuosamente a curiosidade e a imaginação do aluno, e que mais promete em nome da vida: o melhor professor não é o que mais sugere; é, antes, o que mais explica e ensina; não é o que mais promete e sim o que mais realiza em lições de coisas e de fatos. Como também não é a criança, o menino de oito e dez anos de idade, o aluno mais difícil de tratar; mas o adolescente, o rapaz de dezesseis e dezoito anos — na idade quando o espírito se abre para a vida com a mesma confiança e a mesma avidez de idéias lógicas que têm as crianças em relação às imagens plásticas de toda sorte.

As crianças na contradição estão como num reino de fadas. Estão como no Céu. Não assim os jovens da primeira adolescência, os que já começam a pressentir uma relação de ordem, uma vontade de harmonia, uma tendência lógica no meio da disparidade e multiplicidade de todas as formas. Nesta fase da vida toda contradição fere como um pecado mental grave, e toda dúvida desaponta mais do que a pior negação. E' a idade das grandes esperanças e dos grandes entusiasmos, idade de uma sinceridade terrível que sofre toda incerteza, e não tolera a dúvida mais prudente.

O que H. G. Wells conta no seu livro esplêndido *Autobiography*, das reações intelectuais e morais da sua vida de colégio, da impressão que lhe deixavam certos professores, não é um fato particular apenas dos bem dotados, mas um fato que em maior ou menor grau pode se observar na maioria dos adolescentes.

Huxley foi professor de Wells. Wells então diz-nos da admiração, do entusiasmo, da confiança que o ensino desse ilustre sábio despertava nele tanto como na maioria dos seus companheiros. Huxley sobre as bases da sua biologia — que êle transformava em uma ciência onipotente, como é, aliás, a tendência de todo especialista — erguia para os seus alunos a estrutura completa do universo — pelo menos do mundo orgânico, desde a célula originária de toda vida até o homem. E essa visão monumental das coisas que não deixa espaço por onde se escapula uma dúvida é o que encanta o aluno, tanto mais se é dito com clareza e ordem.

Já de outros professores Wells não teve a mesma impressão. Nem podia ter. Dos seus professores de Geologia e de Física, sobretudo. E não sabiam projetar a sua ciência com o mesmo sentido totalitário, o mesmo espírito imperialista do primeiro. Eram de uma grande avareza de alma para honrarem a sua ciência de uma concepção filosófica qualquer. Porque, mesmo hoje, a idade tecnológica por excelência, não basta apenas a noção objetiva, material, unida ao fato como à sua própria carne. Não basta o conhecimento particular. E' preciso que sejam sistemáticas essas noções, e que elas levem a mais completa definição das coisas — façam um qualquer apelo ao espírito do adolescente. Ainda que se evitem as idéias abstratas. O que se entende.

Não há nada tão perigoso como as idéias abstratas. Toda idéia abstrata é

suscetível de várias interpretações ao mesmo tempo, de vários sentidos — uma luz enfim de muitos reflexos e que encadeia as vistas menos agudas e fortes. Ela é uma força de sugestão, uma fonte de excitação intelectual, mas não é um elemento prático de convicção, um meio fácil de certeza, uma nutrição que possa regalar as necessidades de imaginação que sempre se fazem sentir na adolescência entre os ideais mais práticos de vida. O materialismo tem a vantagem de facilitar um plano sintético de vida universal fácil ao aluno de abarcar de um golpe. O plano pode ser falso mas a perspectiva ideal é simples, e isto é o que inquieta a todo jovem estudante que não seja completamente sem espírito; não entre para a escola atrás apenas de aprender um ofício, de ser uma máquina de ganhar dinheiro. Inte-ressa-lhe uma vista geral das coisas. Esta vista geral é que cabe a quase todo professor descobrir para o aluno. E eles acabam tomando sempre a sua especialidade como o ponto ideal de referência. Refiro-me aos verdadeiros professores, os que têm o orgulho e o entusiasmo da sua carreira. O entusiasmo que nasce de uma convicção sagrada, de que não pode prescindir nenhum verdadeiro professor, tanto ela é um elemento necessário de contágio na classe. Ao professor não basta dizer, não basta explicar; é preciso dizer sem nenhuma hesitação, explicar como se a contingência do erro não o atingisse. Daí talvez ser tão comum a um velho professor tratar todo o mundo como se fosse seu aluno. Conversando, escrevendo, falando de público o seu dogmatismo de opinião tem a mesma solenidade magistral. Afirmar é o seu ofício. A escola é um centro de afirmação. O aluno quando se decide a uma escola de altos estudos é atrás de certezas que o orientem em todas as suas necessidades morais e sociais de

vida, e tudo o que se opõe a esse resultado causa-lhe o efeito de um logro.

Para duvidar o aluno não precisa de mestres. Para ele mesmo escolher entre vários caminhos, acertar entre várias hipóteses, decidir entre várias opiniões não precisa de um regime escolar.

Não sei porque nunca adiei muito justo o desdém de Nietzsche pelos seus alunos, mais que desdém, indignação e desprezo. Os alunos, contam os biógrafos de Nietzsche, não o compreendiam, e se deixavam ficar muito para atrás das suas lições, com uma fisionomia dormente e vaga como se tivessem saído de um sono letárgico, Nietzsche queria ensinar como escrevia e pensava — menos preocupado com o fato do que com a idéia, com a precisão didática do que com a verdade filosófica, de uma abstração infinita. Nietzsche acaba de sentir-se só e ridículo nas aulas, passando afinal a outro a sua cadeira. Apenas não foi vaiado, e indelicadamente despedido como Gogol, o grande Gogol da Rússia. O homem que, se nos seus romances criava um sentido novo e mais profundo à vida, na cátedra o seu gênio sumia-se como esterilizado pela disciplina do raciocínio pedagógico. E essa disciplina é absolutamente necessária. O gênio do professor é o gênio da definição que é um gênio muitas vezes capaz de devorar a vida, mas que nunca falta uma precisão irresistível de pensamento.

Não me lembra o livro de Claude Bernard onde ele diz que se soubesse alguma coisa a fundo saberia tudo. Claude Bernard nesta frase revela-se de um temperamento nitidamente oposto ao do professor. O professor é justamente o homem que sabendo alguma coisa, mesmo sem ser a fundo, deve deixar a impressão de saber tudo. Esta impressão aliás ele não a procura criar por desejo eufórico de aparecer, de se mostrar, mas pela necessidade de ofício,

pela intuição que o professor não deve perder o seu papel. O aluno de ordinário é como o doente ao pé do médico: ele não se satisfaz com a esperança de se salvar; quer a certeza da sua salvação. Sempre supõe quase todo o aluno — independente mesmo da virtuosidade exterior do mestre — que o professor não ignora nada do que ele se propõe ensinar, e tudo o que sabe e ensina deve prender-se intimamente aos seus ideais de vida, e clarificá-los de uma luz esplêndida. E quando o professor falta a essa expectativa o aluno se isola.

Mas seja como for não se pode negar que a influência de qualquer bom professor no espírito do aluno é incomparavelmente superior à do livro, do melhor livro, do mais vivo em gravuras, e do mais rico em detalhes. O professor triunfa poderosamente sobre o livro na memória e na sensibilidade do aluno. O que o aluno leu no livro esquece mais facilmente do que aquilo que ele ouviu do professor. No livro dificilmente uma noção não se mistura a outras colaterais ou não exige para uma assimilação fecunda um esforço por parte do aluno que a palavra, o gesto, toda a sugestão pessoal do professor economizam admiravelmente. O professor como representa a mesma noção numa forma orquestral. Mesmo na idade adulta, mesmo na velhice, nunca o indivíduo perde a memória dos seus primeiros ensinamentos quando eles foram conscienciosamente ministrados. Quando foram ministrados por um professor que sabe o valor sugestivo de certas particularidades de atitudes e de voz, aquelas que aderem a um certo pensamento como a vestimenta ao corpo. Todo o professor deve saber que alma cheia de poros é a do adolescente, e a sensibilidade ansiosa de repercussões que o possui para não pesar o efeito das suas palavras e dos seus gestos.

Não sei de professor de verdade que não se sinta atraído pela sua classe. A lição nunca envelhece para êle, nunca lhe parece um ato de repetição, um saber todo o dia requentado no banho-maria de frases mais novas, ou de noções outras de última hora. Ah, nunca. A verdade não envelhece, não cria rugas, não se torna inhospita nem mais feia com o tempo e o uso, é o que dirão todos os verdadeiros mestres. Ao legítimo professor não é a frase, o estilo, a maneira brilhante de exprimir o que interessa; mas é a maneira persuasiva e lógica com que a verdade ressalta dos seus lábios como da sua fonte mais pura. E tudo como se obedecesse ao mistério de uma revelação.

Não sei que momento de uma alegria mais justamente feliz para o professor de que quando ele pode gozar a surpresa e o encanto dos seus alunos pela aula. Acompanhar na fisionomia e no olhar delicados dos alunos o efeito fecundativo da sua lição. Decifrar a soma de aproveitamento da aula pela soma de emoção que se reflete na atitude concentrada e na atenção ávida de todos os jovens. A sensação que afinal fica é de domínio. Uma superioridade como a do domesticador.

E o que é mais curioso de uma curiosidade como de paradoxo é que apesar de todo esse esplendor de formas, de toda essa dignidade de atitude, de todo o ar nobremente científico que deve cercar o professor como uma auréola — apesar de tudo isto no fundo o professor é sempre um homem capaz de grandes renúncias. Humilde. A ausência de modéstia que falamos no começo pertence à função do magistério e não propriamente ao homem. Porque não é verdade que quem ensina aprende duplamente. Quem ensina aprende para os outros apenas e não para si. digo o professor de vocação, e que tem em ensinar o seu pro-

pósito constante e invariável de vida. Este tudo o que lê, ou observa ou sabe é com o pensamento imediato de passar aos seus alunos, e da melhor maneira de passar. Porque o método é o grande segredo do professor, é o seu fio de Ariana, o seu cabelo de Samsão. Ele nunca aprende por isto despreocupadamente, à vontade, para seu gozo pessoal e único. À medida que novos conhecimentos vêm se ajuntar aos velhos, ele os vai mentalmente arrumando em quadros, agrupando-os em classes, ordenando-os ou reduzindo-os em diagramas, adaptando-os, enfim, pedagogicamente, como se esses conhecimentos não lhe pertencessem senão para um certo e determinado uso — OLIVIO MONTE NEGRO (Do *Jornal do Comercio*, Recife).

VINTE ANOS DE IDEAL

A Associação Brasileira de Educação completa, hoje, vinte anos. É uma grande data, não porque seja o aniversário de uma associação, mas porque representa a soma de vinte anos de luta em torno dos mais puros e elevados ideais. Essa Associação tem primado por suas atitudes, pelo espírito de cooperação que mantém, pelo anseio contínuo de contribuir para o desenvolvimento da cultura entre nós. Olhando a larga trajetória percorrida, só se vê uma linha reta, sem oscilações, procurando levar a respeito dos mais sérios problemas educacionais o resultado de seus cuidadosos estudos. Nunca conheceu interesses próprios, nem ficou a serviço de interesses pessoais de qualquer dos seus componentes. Apenas tem diante de si o interesse público. Isso representa simplesmente a exata compreensão do seu dever.

Nasceu, em 1924, numa das salas da Escola Politécnica. Um grupo de homens idealistas, sinceramente desejosos de trabalhar pela pátria, estava diante de uma

alternativa: ou fundar um partido político, ou criar outra entidade. Já àquele tempo, compreendiam que o progresso dos povos reside na educação e que o maior de nossos problemas é exatamente esse. Optaram pela segunda. E, fora do jogo das paixões partidárias, longe das vicissitudes da política, o novo órgão seria apenas uma sociedade de educadores. Assim se firmou. Assim tem vivido

Os primeiros, que se reuniram em torno de Heitor Lira eram professores de ensino superior, de ensino secundário, de ensino primário e algumas pessoas interessadas pela causa da educação. Muitos se foram juntando ao grupo primitivo. Revendo a lista dos que fizeram parte ou ainda fazem parte da A. B. E., encontramos os maiores nomes do pensamento brasileiro. Que notável galeria ! Honraria a mais alta das instituições culturais. Por sua presidência, têm passado educadores, homens públicos, sociólogos, administradores, todos identificados com os ideais da casa. Não há à sua frente nenhum nome predominante. Há somente o seu programa. E este tem sido fielmente cumprido.

Quantas idéias e inovações saíram da Associação ! -Para citar a mais banal, recordamos o uso das iniciais. Foi a primeira instituição conhecida pelas letras iniciais de seu nome: A. B. E., e, depois, nos seus membros se deu, por força de criação vocabular, o adjetivo "abeano".

Os princípios basilares de respeito à personalidade humana e oportunidades iguais para todos têm sido ali sustentados e defendidos. Constituem a essência da verdadeira educação, e por educação se deve entender exclusivamente a que respeita aqueles dois postulados. Fácil é compreender a clarividência de seus componentes, fiéis a esse pensamento, como que a pressumir a onda de tirania que

varrerá o mundo, com a tentativa de aniquilamento, pelo nazismo, da personalidade e da liberdade. Em todos os momentos, absoluta coerência definiu as atitudes da Associação, propugnando por esse mundo melhor e mais feliz, por que ansiam as nações que lutam, ao lado das quais se encontra, numa exemplar afirmação de suas virtudes, o Brasil. Os Congressos Nacionais de Educação foram iniciativa sua. Reuniões notáveis dos notáveis da educação, realizadas em diferentes capitais de Estado, debateram os temas de mais palpitante atualidade em cada momento, e constituíram o campo comum de encontro de tantas personalidades empenhadas na melhoria do nosso ensino. Nestes últimos anos, outro empreendimento assume, também, feição nacional: são os seus Cursos de Férias, congregando mestres de todos os Estados para rever, em conjunto, os assuntos de pedagogia e acrescentar novos conhecimentos no campo da cultura geral. Desses cursos, participaram, como professores e como assistentes, algumas das nossas melhores expressões no terreno da educação, das ciências e das letras.

A renovação escolar, trazendo ao Brasil o exame dos modernos processos, resultantes da constituição de três ciências fundamentais — a biologia, a psicologia e a sociologia educacionais — encontrou clima de estudo, divulgação e de crítica esclarecida na A. B. E. O manifesto dos pioneiros partiu de lá, e, num de seus últimos Congressos, foram definidas as diretrizes gerais da educação. E' elevadíssimo o número de cursos e é expressivo o de publicações, visando uns e outras o debate dos métodos e processos. Milhares de profissionais se têm beneficiado dessas atividades, em proveito final do próprio público.

A arquitetura especializada constituiu, também, objeto de seus cuidados. Realizou exposições, conferências, palestras.

Fora dessas linhas gerais, seria impossível tentar recordar o que fez. A A. B. E. não se cansa de produzir, nem teve nunca nenhum desfalecimento na sua crença de servir ao Brasil pela educação. O que pressentia, com relação ao mundo, Há vinte anos, teve o desdobramento dessas duas décadas. O caminho, apontado, então, ainda é o mesmo. A educação e sempre a educação. Poderia-mos dizer por outras palavras, repetindo um conceito cristalino: educação e cada vez mais educação ! Há sempre que fazer nesse terreno. Sobretudo, estudar e fixar soluções, ensaiá-las e medir-lhes os efeitos. Não se devem ter idéias fixas num campo tão difícil de especulações. Cumpre-nos examinar os fatos e as teorias, com o espírito voltado para a revisão honesta e franca. A Associação Brasileira de Educação, durante vinte anos, não fez outra coisa. E assim há de ser a sua trajetória futura — CELSO KELLY (*A Noite*, Rio).

DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO

E' sempre oportuno, agora que não se pode mais duvidar da vitória da Democracia sobre o Totalitarismo e o Absolutismo, e quando a maior nação democrática do mundo é chamada livremente para a escolha consciente de seus dirigentes, lembrar a importância e o papel da educação como formadora de atitudes democráticas e como fundamento da própria Democracia. Já fizemos notar que há um conceito democrático da Educação, completamente diferente, oposto mesmo, ao conceito totalitário. Segundo o primeiro, a Educação se resume na formação e desenvolvimento da personalidade. Para o segundo, ela é apenas um instrumento de opressão e de aniquilamento da personalidade. A grande república norte-americana nos tem dado exemplos admiráveis da educação demo-

crática. Só um povo educado politicamente poderia numa época anormal como a que o mundo atravessa presentemente interromper suas atividades beligerantes para levar a termo a maior campanha eleitoral de sua história. Já mostrámos Dewey como o representante máximo da educação democrática, o "filósofo da Democracia".

Estas considerações nos foram sugeridas pelo último número da esplendida "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", a que já temos feito referência em notas anteriores. A escola como elemento formador de atitudes democráticas, que deve ser a sua finalidade precípua, começa, felizmente, a ser compreendida larga e inteligentemente pelos nossos educadores. Serviu de tema a excelente artigo do professor Álvaro Neiva na publicação que mencionamos. Discípulo de Dewey, vê o professor Neiva na socialização da escola o ideal supremo de toda a pedagogia e o germe de toda a atitude democrática. Chama ao século vinte, do ponto de vista da educação, de "século de Dewey". Acredita que êle "demarcará um momento na história, e esse marco terá sua mais expressiva característica na convicção de que só a escola socializada emprestará à alma coletiva da humanidade essa atitude democrática por que os séculos tanto ansiaram e cuja fórmula só agora se achou". A escola secundária é, a seu ver (e no de todos nós) o clima social mais propício à formação das atitudes democráticas. "O educando já não tem aí a plasticidade da criança e ainda não conta com a irredutibilidade do adulto: perdeu a mobilidade do ambiente infantil, sem ter recebido as limitações da maturidade. Cabe-lhe melhor definir os hábitos democráticos, quiçá trazidos do ciclo primário, e preparar a personalidade para as responsabilidades maiores do ciclo superior, vincando-a com essa consciên-

cia de auto-determinação, que é a marca inconfundível do homem livre".

Eis o nosso ideal: fazer da escola não apenas um elemento de instrução, mas também de educação e de formação da personalidade. Um dia, por certo, o atingiremos e então nosso país poderá caminhar com passos mais seguros e, o que é mais importante, poderá chamar à responsabilidade individual e coletiva a toda a sua população. — NOGUEIRA DE MATOS (Do *Correio Paulistano*, São Paulo).

O CINEMA E A DIFUSÃO CULTURAL

Dentre as realizações do Ministério da Educação, desde que foi criado este novo órgão da administração pública, o aproveitamento da arte cinematográfica entre nós, como instrumento de cultura intelectual objetiva, pode ser considerado como um dos mais relevantes serviços prestados à instrução nacional. Eu sempre imaginei que os grandes inventos — dádivas divinas outorgadas ao gênio — têm como finalidade única o progresso útil, o conforto, o bem da humanidade. E se alguém desvirtua uma tal finalidade, está, sacrilegamente, detunpando os próprios desígnios de Deus, realizados por uma classe privilegiada de homens, tais são os inventores geniais. Não havemos mister sair das nossas fronteiras para a demonstração da tese. Santos Du-mont, um desses privilegiados, descobrindo a dirigibilidade do mais pesado do que o ar, não alimentava outro ideal, jamais lobrigou outro objetivo além de encurtar distâncias, promovendo, destarte, um rápido intercâmbio de fraternidade universal, de paz e de amor. E todos sabem de que dimensões incomensuráveis foi a sua revolta, ao ver transformado em instrumento hediondo de destruição o que êle destinara a veículo de

progresso construtivo e de afetividade internacional. Haviam-lhe deturpado a obra, invertendo-lhe o fim nobilíssimo. O mesmo ocorreu com essa outra descoberta maravilhosa, que é o Cinema. Por uma coincidência interessante, os dois inventos são contemporâneos. Entre 1895, quando o famoso L. Lumière surpreendeu o mundo com o seu achado admirável e 1906, quando o nosso imortal patricio, numa triunfal ascensão, voou em torno da Torre Eiffel, em meio ao delírio de uma turba imensa, medeia o curto prazo de um decênio e pouco. Como o pai da aviação, o criador da tela animada quis, também, que a sua prodigiosa descoberta fosse um meio de divulgação de tudo quanto é proveitoso à ciência, ao bem e à instrução da humanidade. Como Du-mont, porém, Lumière amargou a mesma desilusão, foi vítima das mesmas decepções. E' que ninguém ignora o acervo fatal de males, que o mau cinema há produzido.

Fossemos levantar, neste tocante, uma estatística e ficaríamos tomados de puro assombro. Por outro lado — e esse é o nosso caso — seríamos gratamente impressionados, testemunhando os benefícios de ordem individual e coletiva, que pode prodigalizar tão sublime invento, quando a serviço das boas causas. E' o que se dá com o Cinema Educativo. Entre nós, felizmente, contamos, hoje, com esta escola viva, movimentada, utilíssima de difusão cultural. E' o seu diretor — diria mais exatamente o seu apóstolo fervoroso e culto — o nosso erudito patricio, Professor Roquette Pinto. Passei uma tarde com o ilustre brasileiro, ad-mirando-lhe os conhecimentos técnicos e conhecendo, de perto, a obra patriótica, relevantíssima, à que se devota com o melhor do seu iluminado espírito e com o melhor do seu coração generosíssimo. Como um contemplativo, vive esse homem de ciência dentro de um ascetismo

bem comparável ao daqueles monges beneditinos das eras medievais, para quem o mundo se resumia na estreiteza de uma cela, ou nas silenciosas naves de um templo, estudando, orando e difundindo entre os homens o fruto dessa oração e os resultados salutares desse estudo.

Roquete Pinto lembrou-me pelo sí-mile flagrante, a figura desse outro cientista benemérito, que foi Emilio Goeldi, a quem conheci, no Pará, e que constitui uma dessas lembranças gratas e perenes dos meus dias de colegial. Para a autor da *Rondônia* o recinto do "Cinema Educativo" é um encanto, é uma atração perpétua, uma como usina cerebral, de onde ele irradia para o Brasil o próprio Brasil, na sua Geografia portentosa e na sua História formosíssima. E Goeldi, vez por outra, deixava o conforto do notável Museu, que dirigia, em Belém, e se embrenhava no mistério verde da selva amazônica, estudando, *in loco*, a fauna e a flora daquele mundo desconhecido e, com os exemplares que trazia catalogados, revelava ao mundo conhecido produtos raros daquela fauna e daquela flora. E, assim, ia enriquecendo os arquivos da História Natural e ampliando as conquistas da própria ciência. Roquette Pinto faz o mesmo. Percorre o solo pátrio e, unin-

do a geografia à história, filma os cenários em que esta história se desenrolou, heróica e memorável, e distribui, depois, pelas escolas o resultado importante do que viu e do que fotografou. E qualquer criança patricia fica, em curto espaço, sabendo, por ter visto, como foi, *verbi gratia*, a marcha civilizadora dos bandeirantes, sertões a dentro, cordilheiras acima, plantando cidades, violando regiões.

E, assim, toda a nossa natureza e todos nossos fastos surgem, vivos, nítidos. aos olhos dos nossos petizes, cuja curiosidade corre, *pari-passu*, com o acréscimo de amor patriótico ao que é nosso — e ao que fizeram os nossos. Ao lado desses filmes instrutivos, há, também, os recreativos. Se não fosse irri-tantemente repetida a velhíssima fórmula poética do velhissimo Horacio — o arqui-secular *utile dulci* — era o caso de se assinalar, mui de molde, que, mais uma vez, com a devida licença para o chavão, se associa o útil ao agradável. E aqui está, a meu sentir, o que deverá de ser o Cinema. Sim, um admirável instrumento de difusão cultural e de recreação sadia e não uma pernicioso escola de perversão e de aprendizagem nociva ao indivíduo e à coletividade. — Assis MEMÓRIA (DO *Jornal do Brasil*, Rio).

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

DECRETO N.º 16.915 — DE 20 DE
OUTUBRO DE 1944

Aprova o regimento do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do Ministério da Educação e Saúde. O

Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra *a*, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o regimento do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, que, assinado pelo respectivo Ministro de Estado, com este baixa.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Gustavo Capanema

(Publ. no D. O. de 24-10-944).

REGIMENTO DO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1.º O Serviço de Estatística da Educação e Saúde (S. E. E. S.), subordinado administrativamente ao Ministro

da Educação e Saúde e obediente à orientação técnica do Conselho Nacional de Estatística, constitui um dos órgãos executivos centrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.) e tem por finalidade levantar as estatísticas referentes às atividades educacionais, culturais, urbanísticas e médico-sanitárias do país, bem como promover, em publicações próprias, ou por intermédio do S. D. e do I.B.G.E., a divulgação dessas estatísticas.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art 2º O S.E.E.S. compreende: Seção de Ensino Primário (S.E.P.) Seção de Ensino em Geral (S.E.G.) Seção de Atividades Culturais (S. AC.) Seção de Atividades Urbanísticas (S.A.U.) Seção de Atividades Médico-sanitárias (S.A.M.) Seção de Estudos e Análises (S. E.A.) Seção de Administração (S.A.)

Art. 3.º As seções terão chefes designados na forma deste regimento.

Art. 4.º O diretor terá um secretário escolhido dentre funcionários públicos.

Art. 5.º Os órgãos que integram o S. E.E.S. funcionarão perfeitamente coor-

denados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do diretor.

CAPITULO III

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Art. 6.º Compete à S.E.P. :

I — cooperar com as repartições regionais participantes do Convênio de Estatísticas Educacionais, e conexas, para a execução dos trabalhos de estatística do ensino primário em geral.

II — observar e fazer observar as normas estabelecidas naquele Convênio e outras que venham a ser firmadas;

III — criticar as contribuições enviadas pelas repartições regionais, preparar a súmula das informações obtidas e tabelar os resultados de estatística nacional, nos quadros definitivos de síntese e de detalhe;

IV — colaborar nos trabalhos que visem ao aperfeiçoamento ou à uniformização dos registros escolares que se relacionem com a estatística a seu cargo.

Art. 7.º Compete à S. E. G. :

I — proceder à coleta de dados e efetuar a crítica dos mesmos, com o fim de apurar e elaborar as estatísticas referentes a:

A) atividades educacionais a cargo da União, de acordo com as normas constantes do Convênio Estatístico de 1931 e termos especiais que venham a ser firmados, ou com ulteriores decisões do I.B.G.E.;

b) bibliotecas, museus e demais instituições que sejam privativas de estabelecimentos de ensino.

II — manter organizado e atualizado o cadastro das instituições educacionais existentes no país, com exclusão das que 136122 8x30 12 cc. Guimarães 4-12-944 ministrem ensino pré-primário e primário.

III — cooperar com os estabelecimentos de ensino na organização, no aper-

feiçoamento e na uniformização das estatísticas educacionais compreendidas no âmbito de suas atribuições;

IV — fazer a fusão das estatísticas que elabora com as do ensino primário em geral, segundo plano aprovado pelo diretor.

Art. 8.º Compete à S.A.C. : — Proceder à coleta de dados e efetuar a crítica dos mesmos, com o fim de apurar e elaborar as estatísticas referentes a:

I — Bibliotecas e Museus que não sejam privativos de educandários;

II — Institutos científicos e técnico-científicos;

III — Arquivos públicos;

IV — Associações culturais (científicas, literárias, artísticas, educativas, cívicas, recreativas, desportivas, etc);

V — Congressos, e conferências públicas e outros do mesmo gênero;

VI — Sessões cívicas e festividades sociais de caráter público;

VII — Exposições e feiras;

VIII — Monumentos históricos e artísticos que não se relacionem com qualquer culto religioso;

IX — Difusão bibliográfica;

X — Imprensa em geral;

XI — Radiodifusão;

XII — Aspectos culturais da indústria fonográfica;

XIII — Çaiematografia (aspectos culturais da produção e circulação de filmes);

XIV — Espetáculos teatrais e cinematográficos, concertos, festivais e outras diversões;

XV — Teatros, cinemas e outras casas de diversões;

XVI — Belas-artes;

XVII — Cultura-física;

XVIII — Propriedade intelectual (literária, científica e artística);

XIX — Invenções;

XX — Pesquisas e missões científicas liberais;

XXI — Registro das profissões liberais;

XXII — Excursionismo;

XXIII — Escotismo ;

XXIV — Subvenções e auxílios relacionados com o movimento cultural;

XXV — Despesas públicas com a cultura.

Parágrafo único. A S.A.C. compete, ainda, realizar pesquisas estatísticas relativas aos demais fatos concernentes às atividades culturais e científicas, respeitadas, porém, as atribuições das outras seções do S.E.E.S. e das demais repartições centrais do sistema estatístico federal.

Art. 9.º Compete à S. A. U. : — proceder à coleta de dados e efetuar a crítica dos mesmos, com o fim de apurar e elaborar as estatísticas referentes a:

I — Logradouros públicos (vias públicas, praças, parques, bosques, hortos e jardins) ;

II — Balneários, piscinas, lagos artificiais, açudes, represas, canais e outros melhoramentos urbanos e rurais;

III — Pavimentação, arborização e ajardinamento urbanos;

IV — Iluminação pública e domiciliaria ;

V — Abastecimento d'água;

VI — Limpeza das vias públicas e remoção domiciliar do lixo;

VII — Esgotos sanitários;

VIII — Cemitérios.

Parágrafo único. A S.A. U. compete, ainda, realizar pesquisas estatísticas relativas aos demais fatos concernentes às atividades urbanísticas respeitadas, porém, as atribuições das outras seções do S.E.E.S. e das demais repartições centrais do sistema estatístico federal.

Art. 10. Compete à S.A.M.: — proceder à coleta de dados e efetuar a crítica dos mesmos, com o fim de apurar e elaborar as estatísticas referentes a:

I — Serviços preventivos de saúde pública;

II — Defesa sanitária em geral;

III — Campanhas sanitárias;

IV — Assistência médico-hospitalar;

V — Assistência médica em ambulatórios, clínicas e centros de saúde;

VI — Assistência médica escolar;

VII — Despesas públicas com a assistência médico-sanitária.

Parágrafo único. A S.A.M. compete, ainda, realizar pesquisas estatísticas relativas aos demais fatos concernentes às atividades médico-sanitárias, respeitadas, porém, as atribuições das outras seções do S.E.E.S. e das demais repartições centrais do sistema estatístico federal.

Art. II. Compete à S.E.A.:

I — proceder à análise dos trabalhos estatísticos realizados pelas outras seções;

II — elaborar trabalhos expositivos ou analíticos sobre as estatísticas a cargo do Serviço;

III — preparar trabalhos cartográficos para atender a determinações recebidas ou a solicitações da Secretaria-Geral do I.B.G.E., bem como estudar e executar trabalhos destinados a repartições do Ministério e outras da Administração Federal, desde que os assuntos se enquadrem nas atribuições do S.E.E.S. e não haja prejuízo para os seus serviços normais;

IV — elaborar trabalhos para atender a consultas que exijam apurações especiais de elementos de que disponha o S.E.E.S., ou que possam ser encontrados em qualquer outra fonte;

V — planejar e executar desenhos, pinturas e trabalhos de caligrafia e cartografia que se relacionem com as atividades do Serviço;

VI — preparar as publicações técnicas do Serviço, destinadas à divulgação es-

tafística, no país e no estrangeiro, ou à documentação privativa da repartição;

VII — preparar a contribuição do Serviço às publicações próprios do I.B.G.E.;

VIII — organizar e executar trabalhos gráficos destinados a figurar em feiras, exposições e outros certames, nacionais ou internacionais, a que o Serviço deva comparecer;

IX — organizar ou rever os planos necessários aos trabalhos técnicos do Serviço, de acordo com as instruções especiais do Diretor;

X — realizar inquéritos ou pesquisas especiais que não sejam da competência das outras seções;

XI — organizar, registrar e conservar a documentação gráfica do serviço;

XII — organizar e manter em dia a documentação informativa doutrinária, técnica ou científica e colecionar cópias dos trabalhos elaborados pelo Serviço, recortes de jornais, publicações e quaisquer informações necessárias aos interesses da repartição.

Art. 12. Compete à S. A. :

I — receber, registrar, distribuir, arquivar e expedir a correspondência oficial relativa às atividades do S.E.E.S.;

II — preparar e, quando fôr o caso, encaminhar aos respectivos órgãos do Departamento de Administração (D.A.) do Ministério o expediente relativo a pessoal, material, orçamento ou qualquer outro pertinente ao S.E.E.S. e que se refira a atividades compreendidas no campo de ação daquele Departamento.

Parágrafo único. A S.A. deverá funcionar perfeitamente articulada com o D.A. do Ministério, observando as normas e métodos de trabalho prescritos pelo mesmo.

CAPITULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PESSOAL

Art. 13. Ao Diretor incumbe:

I — orientar e coordenar as atividades do Serviço,

II — despachar, pessoalmente, com o Ministro de Estado;

III — baixar portarias, instruções e ordeis de serviço;

IV — comunicar-se diretamente, sempre que o interesse do serviço o exigir, com quaisquer autoridades públicas, exceto com os Ministros de Estado, caso em que deverá fazê-lo por intermédio do Ministro de Estado da Educação e Saúde;

V — assegurar estreita colaboração entre o S.E.E.S. e as repartições centrais e regionais do sistema estatístico brasileiro;

VI — executar as Resoluções do Conselho Nacional de Estatística;

VII — submeter, anualmente, ao Ministro de Estado, o plano de trabalho do Serviço;

VIII — apresentar, anualmente, ao Ministro de Estado, o relatório sobre as atividades do Serviço;

IX — propor ao Ministro de Estado as providências necessárias ao aperfeiçoamento do serviço;

X — reunir, periodicamente, os chefes das seções, para discutir e assentar providências relativas ao serviço, e comparecer às reuniões para as quais seja convocado pelo Ministro de Estado;

XI — aprovar planos de trabalho, pesquisas e estudos sobre assuntos estatísticos;

XII — opinar em todos os assuntos relativos às atividades da repartição, dependentes de solução de autoridades superiores, e resolver os demais, ouvidos os órgãos que compõem o Serviço;

XIII — organizar, conforme as necessidades do serviço, turmas de trabalho com horário especial;

XIV — determinar ou autorizar a execução de serviço externo;

XV — fazer publicar os trabalhos elaborados pelo Serviço;

XVI — admitir e dispensar, na forma da legislação, o pessoal extranumerário;

XVII — designar e dispensar os ocupantes de funções gratificadas e seus substitutos eventuais;

XVIII — movimentar, de acordo com a conveniência do serviço, o pessoal lotado;

XIX — expedir boletins de merecimento dos funcionários que lhes forem diretamente subordinados;

XX — organizar e alterar a escala de férias do pessoal que lhes fôr diretamente subordinado e aprovar a dos demais serviços;

XXI — elogiar e aplicar penas disciplinares, inclusive a de suspensão até 30 dias, aos servidores lotados no Serviço e propor ao Ministro de Estado a aplicação de penalidade que exceder de sua alçada;

XXII — determinar a instauração de processo administrativo;

XXIII — antecipar, ou prorrogar, o período normal de trabalho.

Art. 14. Aos chefes de seção incumbe:

I — dirigir e fiscalizar os trabalhos da respectiva seção;

II — distribuir os trabalhos ao pessoal que lhes fôr subordinado;

III — orientar a execução dos trabalhos e manter a coordenação entre os elementos componentes da respectiva seção, determinando as normas e métodos que se fizerem aconselháveis;

IV — despachar, pessoalmente, com o Diretor do Serviço;

V — apresentar, mensalmente, ao Diretor, um boletim dos trabalhos da seção e, anualmente, um relatório dos tra-

balhos realizados, em andamento e planejados;

VI — propor ao Diretor medidas convenientes à boa execução dos trabalhos;

VII — responder às consultas que lhes forem feitas por intermédio do Diretor, sobre assuntos que se relacionem com as suas atribuições;

VIII — distribuir o pessoal, de acordo com a conveniência do serviço;

IX — expedir boletins de merecimento dos funcionários que lhes forem diretamente subordinados;

X — organizar e submeter à aprovação do Diretor a escala de férias do pessoal que lhe fôr subordinado, bem como as alterações subseqüentes;

XI — aplicar penas disciplinares, inclusive a de suspensão até 15 dias, aos seus subordinados e propor ao Diretor a aplicação de penalidade que escape à sua alçada;

XII — velar pela disciplina e manutenção do silêncio nos recintos de trabalho.

Art. 15. Aos chefes das S.E.P., S.E.G., S.A.C., S.A.U., S.A.M. e S.E.A. incumbe, além do enumerado no artigo anterior:

I — organizar, anualmente, o plano de trabalho de seção e submetê-lo à aprovação do Diretor;

II — organizar projetos ou pareceres sobre os assuntos da seção, que tenham de ser encaminhados ao estudo do Conselho Nacional de Estatística (C.N.E.);

III — contribuir para as publicações relativas às atividades do S.E.E.S., com monografias ou memórias, que expressem os resultados das pesquisas estatísticas da seção;

IV — elaborar, segundo a competência atribuída à respectiva seção, trabalhos especiais destinados aos órgãos técnicos do Ministério, a instituições nacionais ou estrangeiras — públicas ou parti-

culares — e sugerir ao Diretor o expediente necessário à entrega ou remessa dos mesmos;

V — organizar os originais da série especial de tabelas sistemáticas destinadas ao " Anuário Estatístico do Brasil ", às sinopses regionais e a quaisquer outras publicações para as quais contribuem o S.E.E.S. e o I.B.G.E.;

VI — propor ao Diretor os servidores que poderão ser designados para executar, fora da repartição, serviços de 136122 8x30 12 cc. Guimarães 4-12-944 coleta e outros de interesse da seção.

Art. 16. Ao Secretário do Diretor incumbem :

I — atender às pessoas que desejarem comunicar-se com o Diretor, encaminhando-as ou dando a este conhecimento do assunto a tratar;

II — representar o Diretor quando para isso fôr designado;

III — redigir a correspondência pessoal do Diretor.

Art. 17. Aos demais servidores sem funções especificadas neste regimento, incumbem executar os trabalhos que lhes forem determinados pelos seus superiores imediatos.

CAPÍTULO V

DA LOTAÇÃO

Art. 18. O Serviço terá a lotação aprovada em decreto.

Parágrafo único. Além dos funcionários constantes da lotação, o Serviço poderá ter pessoal extranumerário.

CAPÍTULO VI

DO HORÁRIO

Art. 19. O horário normal de trabalho será fixado pelo Diretor, respeitado o número de horas semanais ou mensais estabelecido para o Serviço Público Civil.

Art. 20. O horário do pessoal designado para serviço externo será estabelecido de acordo com as exigências dos trabalhos, observado o mínimo de horas semanais, ou mensais, estabelecido para o Serviço Público Civil, sendo a frequência apurada por meio de boletins diários de produção.

Art. 21. O Diretor do Serviço não fica sujeito a ponto, devendo, porém, observar o horário fixado.

CAPÍTULO VII

DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 22. Serão substituídos, automaticamente, em suas faltas e impedimentos eventuais, até 30 dias:

I — O Diretor, por um dos chefes de seção de sua indicação e designado pelo Ministro de Estado;

II — os chefes de seção, por servidores designados pelo Diretor, mediante indicação do respectivo chefe.

Parágrafo único. Haverá, sempre, servidores previamente designados para as substituições de que trata este artigo).

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. Mediante instruções de serviço do respectivo chefe, as seções poderão desdobrar-se em turmas.

Art. 24. Nenhum servidor poderá fazer publicações e conferências ou dar entrevistas sobre assuntos que se relacionem com a organização e as atividades do Serviço, sem autorização escrita do Diretor.

Art. 25. Os trabalhos realizados no S.E.E.S. poderão ser publicados, desde que para isso haja autorização do Diretor, em revistas científicas nacionais ou estrangeiras, constando, porém, como único subtítulo a expressão " Trabalho

do Serviço de Estatística da Educação e Saúde".

Art. 26. A Juízo do Diretor, poderão ser incluídos, em publicações do S.E. E.S., trabalhos relevantes de técnicos estranhos ao mesmo, quando se referirem a assuntos relacionados com a? suas finalidades.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1944. — *Gustavo Capanema*.

(Puhl. no D. O. de 24-10-944).

CIRCULAR N.º 2 DE 17 DE JUNHO
DE 1944 DO DIRETOR DA
DIVISÃO DE ENSINO
COMERCIAL

Senhor Inspetor:

Recomendo à vossa especial atenção as, normas a seguir, que baixo de acordo com o art. 11 da Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, para satisfação das exigências relativas ao regime escolar estatuído pelo Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943.

1.º Os programas das disciplinas de cultura geral e de cultura técnica, organizados pelos respectivos professores, deverão vigorar até que sejam expedidos os programas oficiais de ensino. (Nota: as comissões encarregadas da organização de programas oficiais receberão com agrado as sugestões que os Srs. Professores lhes queiram apresentar, por intermédio da D.E.C.).

2.º Em todas as disciplinas de cultura geral (exceto em Economia Doméstica) e de cultura técnica, os alunos estão sujeitos à atribuição de notas de exercícios mensais, em número de oito para cada uma, devendo a primeira abranger março e abril e a última processar-se na primeira quinzena de novembro. A média aritmética destas 8 notas, que constituirá a nota anual de exercícios da disciplina, não deverá ser arredondada, mantendo-se a fração apurada até

uma decimal. As notas fracionárias assim atribuídas também deverão ser mantidas.

3.ª Os modelos "A" e "B" — da ficha de escrituração destinam-se ao registro relativo à vida escolar anual de cada aluno, tendo em vista o que estabelecem as Seções IV e V do Capítulo IV do Título II do Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Este registro também deve ser feito em livro de igual dimensão e traçado, um por série ou por curso, cuja escrituração obrigatória deverá ser feita por ocasião do preenchimento de cada ficha, que deverá medir 220 x 330 milímetros, tendo no verso o modelo "B". Terminada a escrituração relativa a um ano letivo, renovar-se-á para outro o fichário escolar, remetendo-se as fichas preenchidas à D.E.G., no mês de abril, por intermédio do inspetor, que as deverá conferir e visar.

Observações relativas à ficha — Na coluna "soma" figura o total de pontos obtidos pelo aluno, somando-se as notas de exercícios mensais, em cada disciplina. Apura-se a "média de exercícios" dividindo esse total de pontos pelo número de notas (8). Obtem-se o "número de pontos" relativos à nota anual com multiplicação pelo peso 2, da "média de exercícios" de cada disciplina. Nas colunas "1.ª P.P." e "2.ª P.P.", figuram as notas obtidas em cada disciplina, respectivamente, na 1.ª e na 2.ª prova parcial. O "número de pontos" correspondente obtem-se multiplicando a 1.ª nota pelo peso 2 e a 2.ª peso 4. Na coluna "1.ª época", figura a nota obtida na prova final, isto é, no exame oral ou prático, e o número de pontos resultante da multiplicação da nota pelo peso 2. Na coluna "soma dos pontos", figura a soma dos resultados da multiplicação, respectivamente, pelos pesos 2, 2, 4 e 2, dos quatro elementos seguintes: nota anual (média de exercícios), nota da

1.^a prova parcial, nota da 2.^a prova parcial e da prova final. Na coluna "nota final": figura o quociente obtido, dividindo-se a "soma dos pontos" pelo total de pesos (10). Na coluna "2.^a época", figurarão, quando fôr o caso, a nota obtida na prova final e o número de pontos resultante da multiplicação da nota pelo peso 2. Na apuração dos resultados em 2.^a época, bastará substituir o número de pontos obtidos na coluna "1.^a época" pelo obtido na 2.^a época". A "nota global" caíu-la-se separadamente para as disciplinas de "cultura geral" e de "cultura técnica"; para isso somam-se, respectivamente, as "notas finais" em cada grupo de disciplinas e divide-se o total pelo número de notas

A lei estabelece que não poderão prestar a prova final de exame (oral ou prática, conforme a natureza da disciplina), os alunos que não obtiverem, como resultado dos exercícios e das duas provas parciais, no conjunto das disciplinas, média aritmética inferior a três. Apura-se esta média condicional adicionando-se o total das somas das notas de exercícios mensais à soma das duas provas parciais e dividindo-se o resultado pelo número de disciplinas multiplicado pelo número de notas, isto é, por dez (10). Também a frequência às "práticas educativas" e às aulas das "disciplinas de cultura geral e técnica" é condição indispensável para a prestação da prova final. Assim, no 1.^o caso, somam-se separadamente as sessões das práticas educativas e as faltas, calculando-se 30% da totalidade das práticas realizadas. Caso o número de faltas exceda esses 30%, o aluno não poderá prestar a prova em 1.^a época. No 2.^o caso, somam-se

separadamente as aulas dadas e as faltas, calculando-se 25% das aulas dadas. Para a prestação da prova final de exames em 1.^a época, torna-se necessário que o número de faltas não exceda a esses 25%. Em 2.^a época, não poderão prestar a prova final os alunos que incidam no dobro das mesmas faltas.

Atenciosas saudações. — *Lafayette Belfóri Garcia*, Diretor.

(Publ. no D. O. de 13-10-944)

PORTARIA MINISTERIAL N.º 468, DE 13 DE OUTUBRO DE 1944

Dispõe sobre o livro didático

O Ministro de Estado da Educação e Saúde, tendo em vista o disposto no art. 2.^o do Decreto-lei n.º 6 339, de 11 de março de 1944, resolve:

Artigo único — Ficam constituídas, na Comissão Nacional do Livro Didático-136122 8x30 12 cc. Guimarães 4-12-944 tico, as seguintes sub-comissões especializadas:

1. Sub-comissão de língua portuguesa e línguas antigas, composta de três membros.
2. Sub-comissão de línguas vivas estrangeiras, compostas de três membros.
3. Sub-comissão de matemática, composta de três membros.
4. Sub-comissão de ciências físicas e naturais, composta de três membros.
5. Sub-comissão de filosofia e ciências sociais, composta de cinco membros. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1944.

Gustavo Capanema

(Publ. no D. O. de 14-10-944).

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

DECRETO N.º 1.252, DE 27 DE
OUTUBRO DE 1944, DO GOVERNO
DO RIO GRANDE DO SUL

Cria uma Escola Experimental anexa ao Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Departamento de Educação Primária e Normal e dá outras providências.

O Interventor Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7.º, inciso I, do Decreto-lei Federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, alterado e retificado pelo de n.º 5.511, de 21 de maio de 1943.

DECRETA:

Art. 1.º. Fica criada, anexa ao Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, uma Escola Experimental, destinada a servir de campo de investigação e experimentação e de demonstração dos resultados dos seus trabalhos e, bem assim, de observação, por parte dos professores, diretores e orientadores, das realizações de ordem prática por êle recomendadas.

Art. 2.º. A Escola Experimental, que se constituirá de instituições de educação primária e pré-primária, terá organização idêntica à das demais instituições

dessa natureza no Estado, obedecendo aos mesmos programas e orientação pedagógica e ficando sujeita à sua regulamentação.

§ único. Para atender às crianças manifestamente desajustadas aos trabalhos escolares das classes comuns, serão organizadas classes especiais, nas quais se lhes dispensará tratamento educativo adequado.

Art. 3.º. Contará a Escola Experimental com os quadros docente e administrativo previstos para os grupos escolares, exceção feita da direção que caberá ao Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais.

§ único. A este órgão técnico caberá a proposta dos elementos que constituirão os quadros docente e administrativo da Escola Experimental.

Art. 4.º. A Escola Experimental fica classificada, para fins de provimento de seus cargos docentes, em quinto estágio.

Art. 5.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Porto Alegre, 27 de outubro de 1944. (ass.) ERNESTO DORNELLKS, Interventor Federal, (ass.) J. P. Coelho de Souza, Secretário de Educação e Cultura. (Publ. no D. O. do Estado a 30-10-944)

COLABORADORES DO II VOLUME

CARLETON WASHBURNE, Diretor de ensino de Winnetka, Illinois. Estados Unidos; antigo presidente da "Progressive Education Association"; atualmente da Comissão de Reconstrução Educacional das Nações Aliadas, na Itália. Autor de " Child Development and the Curriculum", "Adjusting the School to the Child", "A living philosophy of Education", além de outras obras.

CELSO KELLY, professor de Sociologia no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, e da antiga Universidade do Distrito Federal; ex-diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro; presidente da Associação Brasileira de Educação e da Associação Brasileira de Artistas. Autor de " Educação social" e ensaios diversos de sociologia.

DJACIR MENEZES, professor da Faculdade Nacional de Filosofia, antigo professor da Faculdade de Direito de Ceará. Autor de " O outro Nordeste", " Dicionário Psico-pedagógico" e "Preparação ao método científico", além de outros trabalhos.

DONALD PIERSON, professor da Universidade de Fisk, e, desde vários anos, da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, onde tem tido a mais destacada atuação. Autor de "Negroes in Brazil", "Teoria e pesquisa em sociologia ", além de .numerosos outros trabalhos.

ERNESTO DE SOUZA CAMPOS, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, antigo diretor da Faculdade de Filosofia da mesma Universidade, membro da Comissão da Cidade Universitária do Ministério da Educação. Autor de "Educação superior no Brasil", "Instituições culturais e de educação superior", "Estudos sobre o problema universitário", e outros trabalhos.

F. VENÂNCIO FILHO, professor de história de Educação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro; antigo professor do Colégio Pedro II; presidente da Associação Brasileira de Educação. Autor de " Cinema e educação", " A escola e seu aparelhamento moderno", " Educar-sie para educar", além de numerosos outros trabalhos.

GERMANO JARDIM, do Serviço de Estatística da Educação e Saúde; membro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Autor de " Rumos de Organização da Estatística Brasileira" e outros trabalhos.

JOHN L. CHILDS, professor de educação no Teachers College da Universidade de Columbia, Nova York. Autor de "Educational Frontier" e outros trabalhos.

JACIR MAIA, chefe da Seção de Orientação e Seleção Profissional do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação; antigo técnico do Centro de Pesquisas Educacionais do Departamento de Educação do Distrito Federal; autor de "Estatística e experimentação pedagógica".

JOSÉ AUGUSTO, (José Augusto Bezerra de Menezes) antigo parlamentar, que sempre se destacou pela atuação no estudo dos problemas de ensino; ex-presidente do Estado do Rio Grande do Norte; fundador da revista "Educação"; presidente da Associação Brasileira de Educação. Autor de "Pela educação nacional", e outros trabalhos.

LOURENÇO FILHO, M. B., professor de Psicologia Educacional da Universidade do Brasil; diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; ex-diretor geral do ensino em São Paulo e no Ceará; ex-diretor do Departamento Nacional de Educação e do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Autor de "Introdução ao estudo da Escola Nova"; "Testes A B C"; "Tendências da educação brasileira" e outros trabalhos.

MILTON DA SILVA RODRIGUES, professor da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo; ex-diretor do Departamento de Educação no Distrito Federal. Autor de "Elementos de Estatística Geral" e "Educação comparada".

MOISÉS GICOVATE, antigo assistente do Museu Nacional, ex-professor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, professor de geografia no Colégio Rio Branco de São Paulo. Autor de duas séries didáticas sobre "Geografia geral" e "Geografia do Brasil", "Elementos de Cosmografia" e "Geologia".

PAUL ARBOUSSE-BASTIDE* "agrégé" de filosofia na França; professor da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Autor de "Pour un humanisme nouveau", e "Formando o homem", além de numerosos outros trabalhos.

RAUL BRIQUET, professor da Universidade de São Paulo e da Escola Livre de Sociologia e Política, onde rege a cadeira de Educação Nacional. Autor de numerosos trabalhos de medicina, e de "Palestras e conferências", livro em que colige vários estudos sobre educação.

REGINA MONTEIRO REAL, Conservador e Diretor substituto do Museu Nacional de Belas Artes; ex-presidente do Instituto Brasileiro de História da Arte. Autora de "Que é Técnica de Museu?", "A evolução da pintura no Brasil", "O Cristo na Arte" e outros trabalhos.

RUI GUIMARÃES DE ALMEIDA, antigo parlamentar no Estado do Rio de Janeiro; técnico de educação do Ministério da Educação. Autor de vários estudos sobre história da educação e educação comparada.

VOLUME II

ÍNDICE GERAL E ÍNDICE ALFABÉTICO

ÍNDICE GERAL

	PÁGS.
<i>Editorial</i>	3, 177 e 337
Discurso pronunciado pelo Ministro GUSTAVO CAPAJIRMA na solenidade de inauguração da <i>Escola Técnica Naclotutl</i>	179
<i>Idéias e debates:</i>	
RAUL BRIQUET— [nstrução pública na Colônia e no [tnpério (1500-1889) .	5
DONALD PIERSON — Estudo e ensino da sociologia	21
CARLETON WASHBURNE — A pesquisa na educação	65
J A C Y R MAIA — Provas para seleção de calculistas	70
CELSO KELLY e LOURENÇO FILHO --- A "Arte Moderna" educa?	79
LOURENÇO FILHO, A Margem dos "Pareceres" de Rui sobre o ensino	183
JOHN L. CHILDS, Democracia e método educacional	206
Rui GUIMARÃES DE ALMEIHA. A política de educação de Alberto Torres....	212
GERMANO JARDIM, A coleta da estatística educacional!	221
MILTON DA SILVA RODRIGUES. A Faculdade de Educação da Universidade de Harvard	211
PAULO ARBOUSSE-BASTIDE, A disciplina na escola secundária	237
----- A educação na China	215
JOSÉ AUGUSTO, Política americana de educação	339
DJACIR MENEZES, Sumário histórico da educação no Estado do Ceará	351
REGINA M. Real, Os museus de arte na educação	375
ERNESTO DE SOUZA CAMPOS, O problema do assistente nas instituições de educação superior	385
MOISÉS GICOVATE, A geografia e o professor	390
<i>In memorfaii:</i>	
F. VENÂNCIO FILHO, Jônatas Serrano, educador	396
<i>Documentação:</i>	
Movimento geral do ensino no período cio 1932 a 1942	83
X Congresso Brasileiro de Geografia	101
Bibliografia Pedagógjca Brasileira (1941, 19.42 e 1943)	108 e 287
Uma investigação sobre jornais e revista:, infantis	225 e 401
Construções escolares mo Estado do Rio Grande do Sul	422
Instituto Nacional de Cinema Educativo	429
Serviço de Rádio-Difusão Educativa do Ministério da Educação	432

Vida educacional:

A educação brasileira no mês de julho, 134; agosto, 295; setembro.....	436
Informação do país	145, 304 e 446
Informação do estrangeiro	148, 305 e 447
BIBLIOGRAFIA : The education of the adolescents (150); <i>Raul Briquitt</i> , Pa- lestras e conferências (152); <i>I saias Alvei</i> , Dados de psicologia da criança (153); <i>Paulo Arbousse Bastide</i> ; Formando o homem (307); <i>Alceu Amoroso Lima</i> , Humanismo pedagógico (310) : <i>Saul de Na- varro</i> , Um mundo que vai nascer (450); <i>Amaro I. T. América</i> , A seleção pela idade na vida do imaturo (451), 150, 307 e	450
ATRAVÉS DAS REVISTAS E JORNAIS: Ensino e democracia (154); <i>Costa Rígo</i> , O aperfeiçoamento do ensino industrial (155); Congressos de dire- tores de ensino (157); <i>Sikno Rabelo</i> , A propósito de escolas (158): Recenseamento universitário em Pôrto Alegre (160); <i>Re- nato Vieira de Melo</i> , Um mestre (161); Os novos Territórios e a tarefa de educar (162) ; Ensino primário (163) ; <i>Emílio Willeins</i> , As possibilidades de intervenção educativa nas culturas sertanejas (312); Democratização do ensino (314); <i>Antônio d'Avila</i> , Jorna- lismo escolar (315); A Universidade Rural (317).; <i>O. Campo- fortito</i> . O desenho nas artes (318); <i>Artur Ramos</i> , Esplendor e de- cadência da palmatória (454); Visando a obra da reconstrução es- piritual (458); Ensino e experimentação (459); <i>Ollvio Mortene- gro</i> , O professor (400); <i>Celso Kelly</i> , Vim. ano de ideal (463); <i>Nogueira de Matos</i> , Democracia e educação (465); <i>Assis Memória</i> . O cinema e a difusão cultural (466) — 154. 312 e	354

Atos Oficiais:

LEGISLAÇÃO FEDERAL: Decreto-Lei n.º 6.785, de 11-8-944; Decreto n.º 16.448, de 24-8-944; Portaria Ministerial n.º 384, de 16-8-944; Portaria Ministerial n.º 385, de 16-8-944; Portaria Ministerial n.º 386, de 16-8-944; Portaria Ministerial n.º 387, de 17-8-944; Portaria Ministerial n.º 388, de 18-8-944; Decreto-lei n.º 6.890, de 21-9-944; Decreto-lei n.º 6.896, de 23-9-944; Decreto-lei n.º 6.897, de 23-9-944; Circular n.º 6, de 20-9-944, da Divisão do Ensino Se- cundário; Portaria n.º 889, de 25-8-944, do Presidente do D.A.S.P.; Instruções para o concurso de Técnico de Educação; Decreto n.º 16.915, de 20-10-944; Circular n.º 2, da Divisão do Ensino Co- mercial; Portaria Ministerial n.º 168, de 13-10-944, 164, 319 e	468
LEGISLAÇÃO ESTADUAL: Decreto-Lei n.º 14.135, de 17-8-944, do Estado de São Paulo; Decreto n.º 1.252, de 27-10-944, do Estado do Rio Grande do Sul, 173 e	476

ATOS no DISTRITO FEDERAL: Resolução n.º 8, de 22-8-944, da Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal ..	333
<i>Colaboradores do II volume</i>	477
<i>Índice do II volume</i>	479

ÍNDICE ALFABÉTICO

- Administração da Distrito Federal, atos da, 136, 297, 333. Administração estadual, atos da, 136, 175, 207. 438, 476. Administração federal, atos da, 134, 164, 205. 319, 430, 468, Administração municipal, atos da, 1-11. 300, 442. adolescente, Educação do. 150. Alagoas, 144, 297, 304. 444. Alberto TORRES, Política de educação de, 212. Almeida, Rui GUIMARÃES DE, 107, 212. Alunos, Variação do número dr. 88, 94. ALVKS. TSAIAS, 153. Amapá, 148. 303 Amazonas, 142. 144. 451, 445. AMÉRICA, AMARO J. T., 451. AMOROSO LIMA. At.i r.t . 3111. ARBOUSSE-BASTIDE, PAULO, 237. 307. Argentina, 447. Artie moderna e educação, 70. Assistentes no ensino superior, 385. Associação Brasileira de Educação, 276, 463. Atos oficiais, 134, 164. 205. 319, 436, 468 AUGUSTO, JOSÉ, 105, 330. Austrália, 448.
- Bahia, 141. 142. 302, 430. 443, 444, 446, BARBOSA, Rn. 183, 348; Belas Artes, Salão Nacional de, 172.
- Belfort GARCIA, LAFAYETTE, 475. Bibliografia (notas bibliográficas), 150, 307, 450. Bibliografia Pedagógica Brasileira, 108, 287. Briquet, Raul, 5, 152.
- Calculista, Seleção de, 70. CAMPOFIORITO, O., 318. Capanema, GUSTAVO, 164, 165, 166, 179. 321, 431, 468, 474, 475. CARNEIRO LEÃO, A.. 282. Castigos Físicos, 454. Ceará, 297, 298, 302, 304, 438, 443, 444 446. Ceará; História da educação no, 351. CHILDS, JOHN L., 206. Chile, 305. China, A educação na, 245. Cinema e difusão cultural, 466. Cinema Educativo, Instituto Nacional de, 429. COELHO DE SOUZA, J. P., 422. 476. Colômbia, 148, 448.. Congresso Brasileiro de Geografia (X), 101. Congresso de ensino, 157. Construções escolares no Rio Grande do Sul, 422. Convênio do ensino primário, 163. CORREIA, JONAS, 334. COSTA, FERNANDO, 174. Cultura sertaneja e educação, 312.

- D'ÁVILA, ANTÔNIO, .57. Democracia e educação, 465. Democracia e ensino, 154, 314. Democracia e método educacional, 206; I íesenho nas Artes, 318; Difusão cultural e cinema, 465. Disciplina na escola secundária, 237; Distrito Federal, 136, 139, 143, 144. 297.
303, 304, 437, 443,444, 445.
Documentação, 83, 255. 331, 401.
Documentação e ensino, 337.
- Editorial, 3, 177. 337. Educação na China, 245. Educação do adolescente, 150. Educação e arte moderna. 79.
Educação física, 330. Educação no após guerra, 458. Educação no Brasil, em julho, 134. Educação no Brasil, em agosto, 295, Educação no Brasil, em setembro, 436.
Educação, A pesquisa na, 65. Educação e Demodracia, 405. Educação,
Departamento Im ornaciniil
de, 145. Educação c Estatística, 3.
Educação e museus de arte, 375.
Educação, Política americana de, 339.
Educação para o trabalho, 177. Egito, 448.
Ensino, Congresso de, 157. Ensino e crescimento demográfico, 93. Ensina doméstico, 100. Ensino no Brasil, 96.
Ensino, Movimento do (1932 a 1942),
83. Ensino artístico, 99. Ensina comercial. 98, 474. Bnsitjo e experimentação, 459. Ensino normal. 99, 526. Ensino primário. 96, 163, lo4. 326. Ensino profissional, 98i 17.5, 328. Ensino, Retldimento do, .5.57.
- Ensino secundário, 97, 165, li". 307, .521.
Ensino superior, 97, 165, 319, .521, 330
Escola Técnica Nacional, 179, Escola secundária, \ disciplina na, -'7-Espírito Santo. 1.57, 139, 144. 14", 299,
500, 301, 302, 4.50. Estados Unidos, 148, .505, 448. Estatística e educação, .5, 96, 221, 5.5.5,
468. Freqüência
escolar, 90,
Fundo .Nacional do Ensino Primário, 164.
- Geografia, X Congresso Brasileiro '!<■, mi.
' c ografia e o professor, 590. (in o\ ur, MOISÉS, .590. Gotas, 144, 444. t iuap n'. 445. 447.
- História da educação no ('cará, 351.
História <la instrução pública brasileira, 5.
- Idéias e debates, 3, 18.5, 339.
I. N. E, P. 71. 401.
Informação do estrangeiro, 148, 505, 447.
Informação do país, 145, 304. 446.
Inglaterra, 505.
In memoriam, 396.
Instrução pública brasileira, História da, 5,
Investigação sobre jornais e revistas infantis e juvenis. 255, 401.
- Jardim, Germano, 221,
Jornais e revistas infantis. Investigação sobre, 255, 401. Jornalismo escolar. 515.
- KELLY, CELSO, 79, 465.

- Livro didático*, 475.
 LOURENÇO FILHO, 77. 183, 374, 399.
 LOPES, LUIZ SIMÕES, 322.
 MAGALHÃES, LÚCIA, 322.
 MAIA, JACYR, 70.
 MANN, HORACE, 342.
 Maranhão, 137, 141. 142. 143. 146. 299, 302, 303; 440. 442.
 Mato Grosso, 446.
 MEMÓRIA, ASSIS, 468.
 MENEZES, Djacir, 351.
 MENEZES DE OLIVEIRA, ADALBERTO, 276.
 México. 149.
 Minas Gerais, 136, 137. 138, 139, 142, 143. 144, 296, 297, 300, 301. 302. 303. 304, 438, 450, 442, 443. 444. 445. 446.
 MONTENEGRO, Olivio. 464.
 Museus de arte e educação, 373. Museu Nacional de Belas Artes, 377.
 NAVARRO, SAUL DE, 450.
 NOGUEIRA DE MATOS 466.
 Noticiário, 142. 301, 445.
 Orientação educacional, 333.
 Orientação profissional, 332.
 Pará, 134, 142. 297, 299, 300', 505. 504, 437, 1'. 144, 445. Paraíba, 157. 138, 141. 298, 438, 440, 441. 442. 445. Paraná, 154. 139, 140; 142, 144. 297, 298, 200, .100. 5(1). 502. 505, 457. 450. 440. 441. 445, 444. "Pareceres." de Rui sobre o ensino, 183. Pernambuco, 138, 142. 144. 207. 299 501. 302, 504. 45S. 45o. 444.
 PERN wiii co, ULISSES, 161. Peru, 140.
 Pesquisa em Educação, 65. 531. PIERSON, DOSAL.n. I'h. D. 21. Piauí. 141, 142. 145. 299, 500. 501. 458. 440. 445.
 PINTO. ROQUETE, 427.
 Política de educação de ALBERTO TÔRES, 212. Política de educação nas Américas, 339. Portugal, 440. Prafe sores, Variação do número de. 86, 460. Psicologia da criança. Dados de, 153.
 RABELO, SÍLVIO, 160. Rádio-difusão educativa, 452. RAMOS, ARTUR. 457. REAL, REGINA, 375.
 REGO, COSTA, 157.
 Revistas e jornais infantis, 255. 401
 Recenseamento universitário, 160. Revistas e jornais infantis, Investigaçã sobre, 255. 401.
 Rio Grande do Norte, 155. 138, I 12. 298, 438, 439. 441.
 Rio Grande do Sul, 135, 136, 157. 138, 150. 140, 141. 142. 145. 144, 501. 422. 458, 450. 440. 441. 445. 476.
 Rio de Janeiro, 154. 155. 136, 137, 138, 139, 140. 141. 142. 145. 114. 298, 299, 500, 438. 450, 440. 441. 443. 444. 445.
 Rodrigues, MILTON da SILVA, 251.
 Santa Catarina. 157, 138, 150. 140, 207, 299, 501. 502. 439, 44o. 44!. 412, 443.
 São Paulo, 154, 135. 136, 138, 140. 142. 145, 144. 175. 295. 207, 200. 300, 502. 504. 505. 437. 458, 440, 441. 442, 445. 444. 447.
 SAKMH.MO. DOMINGOS FACSTINQ, 544.
 Seleção profissional, 70. 332.
 Sergipe. 157. 207. 208. 440, 412, 445.
 SERRANO. Jônatas, 396.
 Serviço de Estatística da Educação e Saúde, 468. Sociologia. Estudo e ensino da. 21. SOUZA CAMPOS, E. de, 385.

- Suécia, 149.
Suíça, 449.
- Técnico de educação, 322, Territórios
federais e educação, 162.
- Universidade de Harvard, 231.
Universidade rural, 317. Uruguai,
149, 306.
- VARELA, JOSÉ PEDRO, 347.
VARGAS, GETÚLIO, 164, 165, 321, 429,
432, 468.
VENÂNCIO FILHO, F., 396.
Vida Educacional, 134, 295, 436,
Washburne, CARLETON, 65.
Willems, EMÍLIO, 314.